

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**GABRIEL GOMES DA SILVA PASCOM**

**UMA NAÇÃO ENTRE DOIS ESTADOS:  
COOPERAÇÃO E CONFLÍTO ENTRE TAIWAN E CHINA**

**Marília**

**2022**

GABRIEL GOMES DA SILVA PASCOM

**UMA NAÇÃO ENTRE DOIS ESTADOS:  
COOPERAÇÃO E CONFLÍTO ENTRE TAIWAN E CHINA**

Tese apresentada como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em relações internacionais pela faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília.

Orientador: Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

**Marília**

**2022**

P281n	<p>Pascom, Gabriel Gomes da Silva</p> <p>Uma nação entre dois Estados : Cooperação e conflito entre Taiwan e China / Gabriel Gomes da Silva Pascom. -- Marília, 2022</p> <p>97 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha</p> <p>1. Relações Internacionais. 2. Geopolítica. 3. Segurança Internacional. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIEL GOMES DA SILVA PASCOM

**UMA NAÇÃO ENTRE DOIS ESTADOS:  
COOPERAÇÃO E CONFLÍTO ENTRE TAIWAN E CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Campus de Marília

BANCA EXAMINADORA

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

2 ° Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luis Antônio Paulino. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

3 ° Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Noemia Ramos Vieira. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Marília, 25 de abril de 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

Foram praticamente dois anos pesquisando, lendo e escrevendo a respeito deste assunto. O que começou com uma proposta de Iniciação Científica recusada se tornou, posteriormente, neste Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse caminho, como haveria de ser, conheci algumas pessoas e aprofundei minha amizade com outras. Todavia, todas elas, em maior ou menor grau, tiveram suas respectivas contribuições e marcas aqui nesses escritos. Com isso, não poderia deixar de agradecer, primeiramente, à minha família. Meu pai, minha mãe e meu irmão que sempre se constituíram como o meu norte incólume e inabalável. Também deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, o qual foi solícito e amigável desde o primeiro dia em que entrei em sua sala para apresentar esta ideia. Gostaria, também, de mencionar a ajuda dada pelo Dr. Dafydd Fell e o Dr. Jerome Keating, os quais, sem embargo, não se incomodaram em responder um e-mail de um estranho a milhares de quilômetros pedindo algumas dicas de bibliografia a respeito de um assunto que carece de escritos em língua portuguesa. Por fim, agradeço a todos que, por ventura, vierem a ler este trabalho.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus avós paternos Seu Cido e Dona Nena que, infelizmente, não puderam vê-lo concluído.

## EPÍGRAFE

*“As nações, porém, não possuem uma data de nascimento claramente identificável, e a morte delas, quando chega a ocorrer, nunca é natural. Como não existe um criador original da nação, sua biografia nunca pode ser escrita de forma evangélica, ‘avançando no tempo’ ao longo de uma cadeia generacionista de procriações. A única alternativa é moldá-la ‘recuando no tempo’ – até o homem de Pequim, o homem de Java, o rei Arthur, onde quer que a lâmpada da arqueologia lance a sua luz oscilante.”*

Benedict Anderson

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar as relações de cooperação e conflito, existentes desde 1949, entre a então recém proclamada República Popular da China (RPC) frente a então deposta República da China (RC), com esta última se estabelecendo, no mesmo ano, na Ilha de Formosa (província de Taiwan). Com a divisão da nação entre duas unidades políticas distintas, para lembrar Raymond Aron (ARON, 2002, p. 51), estabeleceu-se um regime de conflito, onde a legitimidade do governo sobre toda a China era clamada por ambas as partes. Contudo, com o enorme crescimento econômico da RPC, bem como sua crescente projeção no plano internacional nas últimas décadas, desenvolve-se um novo paradigma: por um lado, a crescente busca por representação por parte de Taiwan – amparada em sua economia igualmente pujante e seu recente regime democrático – e, por outro, o crescente ímpeto da RPC em retomar a “província rebelde” para sua área de influência – não descartando, inclusive, o uso da força e o início de um conflito para tal. Dado tal cenário, levanta-se como hipótese a formação de uma nação taiwanesa com identidade própria, resgatando enquanto referencial teórico Benedict Anderson, que bem delimita o conceito de *nação imaginada*. Contendo, como consequência, a razão maior à não resolução do conflito entre as unidades, ao menos de forma pacífica ou diplomática.

**Palavras-Chave:** Taiwan. República Popular da China. Conflito. Legitimidade. Formosa. República da China. Nação. Identidade.

## **ABSTRACT**

The present work aims to analyze the relations of cooperation and conflict, existing since 1949, between the then newly proclaimed People's Republic of China (PRC) against the then deposed Republic of China (RC), the latter being established, in the same year, on Formosa Island (Taiwan province). With the division of the nation between two distinct political units, to remind Raymond Aron (ARON, 2002, p. 51), a regime of conflict was established, where the legitimacy of the government over all of China was claimed by both parties. However, with the enormous economic growth of the PRC, as well as its growing international projection in recent decades, a new paradigm has developed: on the one hand, Taiwan's growing search for representation – supported by its equally thriving and its recent democratic regime – and, on the other hand, the growing impetus of the PRC to retake the “rebel province” to its area of influence – not even ruling out the use of force and the beginning of a conflict to do so. Given this scenario, the formation of a Taiwanese nation with its own identity is raised as a hypothesis, rescuing Benedict Anderson as a theoretical reference, which well delimits the concept of imagined nation. Containing, as a consequence, the main reason for not resolving the conflict between the units, at least in a peaceful or diplomatic way.

**Key-words: Taiwan. People's Republic of China. Conflict. Legitimacy. Formosa. Republic of China. Nation. Identity.**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

RPC	República Popular da China
RC	República da China
EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
KMT	Kuomintang (Partido Nacionalista da China)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O PRELÚDIO DO IMPASSE: A República Chinesa e seus Antecedentes</b> ....	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>O Declínio Qing e a Ascensão dos Movimentos de Oposição</b> .....	<b>24</b>
2.1.1	A Primeira Frente-Unida Chinesa .....	28
2.1.2	A Segunda Frente Unida Chinesa .....	33
<b>2.2</b>	<b>O Período Taiwanês sob Dominação Japonesa</b> .....	<b>34</b>
<b>2.3</b>	<b>O Retorno de Taiwan à égide Chinesa</b> .....	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>O INÍCIO DO DILEMA: As Primeiras Gerações e o Projeto do KMT</b> .....	<b>44</b>
<b>3.1</b>	<b>A Guerra da Coréia e a Consolidação da República da China</b> .....	<b>50</b>
3.1.1	O Período das Crises do Estreito .....	52
<b>3.2</b>	<b>Do Isolamento à Busca por Legitimidade</b> .....	<b>56</b>
3.2.1	O Milagre Econômico em Taiwan .....	58
3.2.2	Os Movimentos de Richard Nixon e Mao Zedong .....	62
3.2.2.1	A Mudança no Conselho de Segurança da ONU .....	64
<b>3.3</b>	<b>A Alternância entre Chiangs e a Sucessão de Mao</b> .....	<b>66</b>
<b>4</b>	<b>A NOVA CENA DE PARTIDA: A Subida de Lee Teng-Hui e a Contínua busca por Legitimidade</b> .....	<b>70</b>
<b>4.1</b>	<b>A Diplomacia Pragmática: Mudanças de Postura e de Identidade</b> .....	<b>73</b>
<b>4.2</b>	<b>O Balanço de Defesa entre Taiwan e China</b> .....	<b>78</b>
4.2.1	As Crises do Estreito na Década de 1990 .....	81
<b>4.3</b>	<b>O Advento das Eleições Diretas e o crescimento da Oposição</b> .....	<b>84</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>89</b>

## 1. INTRODUÇÃO:

Inicialmente, é importante registrar que Taiwan nem sempre esteve sob o constante domínio político e cultural da China; Sendo sempre alvo de interesses estratégicos ocidentais, grande foi o esforço por parte dos portugueses – seguidos de espanhóis e holandeses - em colonizar a ilha, a partir do século 17. No entanto, sem possuir uma presença bem delimitada na região, tais forças foram sucumbidas pela recém inaugurada Dinastia Qing (1644-1911), a qual tomou o controle da ilha em meados daquele século, colocando-a sob sua jurisdição pelos dois séculos seguintes.

No século XIX, porém, a mesma Dinastia encontrava-se em contínuo esfacelamento. Além de sofrer os efeitos das potências ocidentais, traduzido nas Guerras do Ópio e as subsequentes perdas de territórios, como Hong Kong e Macau; rebeliões internas com um saldo de mais de 20 milhões de mortes, como a de Taiping; e uma crescente deterioração das lideranças internas, a Dinastia sofreu, em 1895, uma enorme derrota para o Império do Japão, sendo então obrigada a ceder a província de Taiwan, a qual ficaria sob o domínio nipônico pelos próximos 50 anos (RIGGER, 1999, p. 5).

Assim como ocorrido no Coréia, a dominação japonesa imputou grandes assimilações culturais na população de Taiwan. Residentes da ilha eram obrigados a adotar nomes japoneses, bem como substituir suas religiões e práticas chinesas a fim de estimular o modo de vida japonês. Apesar disso, o Império do Japão fez de Taiwan uma colônia modelo, investindo consideráveis cifras em infraestrutura, o que gerou enorme crescimento econômico e estabilidade na ilha. Com efeito, ao fim do domínio na ilha – este encerrado com a derrota do império japonês na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – o padrão de vida e a dinâmica econômica ali existente eram superiores do que em qualquer província chinesa. (FELL, 2012, pp. 11-12)

Tal período – assim como a posterior democratização de Taiwan em 1988 por Lee Teng-Hui - constituem-se, sem embargo, como um dos pontos chaves para o presente estudo. Isto, porque, seria uma das primeiras tentativas de se “reimaginar” a comunidade ali existente. Cabe aqui, portanto, esmiuçar o conceito de *comunidades imaginadas* concedido por Benedict Anderson - dando luz, portanto, ao nacionalismo e o sentimento de pertencimento revelado na ilha.

Sua tese central para o surgimento de tal fenômeno remete ao papel do chamado “Capitalismo Editorial” atrelado à “vernaculização”<sup>1</sup> dos idiomas em oposição à predominância do Latim. Este, por sua vez, “permitiu que pessoas, em números cada vez maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas” (ANDERSON, 2008, p. 70), além de gerar umas das primeiras mercadorias: o livro. Doravante, mudanças eram efetuadas em relação ao idioma falado, nomes usados, informações recebidas e memórias vividas, haja vista o aumento exponencial dos meios de informação a partir do surgimento da imprensa – a qual deu origem ao próprio termo “capitalismo editorial”.

Nesse sentido, Anderson definiu como *comunidades imaginadas* uma nação concebida em termos antropológicos e culturais em detrimento de ideológicos, visto que o autor defende que “mais do que inventadas, nações são ‘imaginadas’ no sentido de fazerem sentido para a ‘alma’ e constituírem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, pp.10-11), evidenciando-a, portanto, mais como um fenômeno do que uma ideologia em si. Nada obstante, sendo “imaginada”, a mesma acaba por ser intrinsecamente *limitada* e, ao mesmo tempo, *soberana* (ANDERSON, 2008, p. 32).

De início, nações são imaginadas como comunidades na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Conseqüentemente, entra em cena “a ideia de um “nós” coletivo, irmanando relações em tudo distintas” (ANDERSON, 2008, p. 12). Tal “camaradagem horizontal” se constitui, portanto, como o supra sumo do sentimento de pertencimento compartilhado entre os membros da nação, haja vista que a mesma é concebida a partir de suas relações sociais.

Além disso, se trata de uma comunidade política “*imaginada*” pois, mesmo tendo em vista a impossibilidade de todos os seus membros constituintes se conhecerem, os mesmos compartilham a mesma imagem de seu território, permitindo, portanto, o surgimento de um sentimento de comunhão entre seus eles; “Soberana”, pois o conceito nasceu em um momento onde havia a contraposição em relação à ordem dinástico-hierárquica divina previamente estabelecida, com está sendo substituída pelas garantias imputadas pelo Estado Soberano.

Por fim, entende-se como “limitada” porque, mesmo as maiores das nações – e por mais elástico que seu território possa se tornar – possui fronteiras finitas, onde para além delas existem

---

<sup>1</sup> “Febvre e Martin calculam que 77% dos livros impressos em 1500 ainda eram em latim (o que significa, porém, que 23% deles eram em vernáculo) [...] Shakespeare (1564-1616)... escrevendo em vernáculo, era praticamente desconhecido... Descartes (1596-1650) e Pascal (1623-1662) redigiam a maior parte de suas correspondências em latim, ao passo que praticamente toda a obra de Voltaire (1694-1778) foi escrita em vernáculo” (ANDERSON, 2008, pp. 46-47).

outras nações. Dessa forma, não há a possibilidade de uma nação se estender sobre toda a humanidade, além de que “nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se reunirão à sua nação” (ANDERSON, 2008, pp. 33- 34). Nesse sentido, as nações tem em sua formação um caráter opositivo, visto que se dão por si na medida em que se diferenciam das outras ao seu redor.

Entretanto, tal limitação quanto a extensão das nações permite a elas a possibilidade de determinadas regiões se diferenciarem – ainda que ligeiramente – em relação ao todo. Nessa linha, “muitas ‘nações antigas’, tidas como plenamente consolidadas, veem-se desafiadas por ‘sub’-nacionalismos em seu próprio território – nacionalismos estes, claro, que sonham com algum futuro feliz, livre dessa condição de ‘sub’” (ANDERSON, 2008, p. 28) que é, em partes, o caso de Taiwan.

Dando continuidade ao argumento anterior, por mais que os membros da nação não possuam a menor ideia de quem sejam seus semelhantes, os mesmos se reconhecem como sendo membros de uma mesma comunidade, com esta sendo permeada por uma força anônima e simultânea entre eles. Nessa linha, o túmulo do soldado anônimo exemplifica a comunhão entre os membros desconhecidos dentro da nação citada acima. Mais que isso, explica por que tantas pessoas, ao longo dos séculos, estiveram dispostas a matar e morrer em guerras por uma determinada nação.

Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo que os cenotáfios e túmulos dos soldados *desconhecidos* [...]. E, no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens nacionais espectrais (ANDERSON, 2008, p. 35, grifo do autor)

Ainda que determine apenas em partes o surgimento da “camaradagem horizontal” numa sociedade, os meios de informação seriam usados a fim de instrumentalizar a disseminação e o estabelecimento das identidades dentro das unidades políticas. Tal artifício, por sua vez, pode ser exemplificado nas ações do império Japonês em Taiwan em meados do século XX, além do próprio Kuomintang com seu posterior governo na ilha, os quais serão vistos a seguir.

Por conseguinte, os materiais escolares, folhetins, propagandas governamentais e jornais, imbuídos na repetição sistemática do capitalismo editorial a fim de atender certos fins, catalisam a imagem tida pelos cidadãos em relação a nação, não se preocupando, portanto, com aspectos étnicos e populacionais específicos. Neste sentido, parafraseando Anderson:

É por isso que, nas políticas de “construção da nação” dos novos estados, vemos com tanta frequência um autêntico entusiasmo nacionalista popular ao lado de uma instilação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante. (ANDERSON, 2008, p. 164)

Porém, é a partir do ano de 1949 que as relações existentes entre a RPC e a RC começam a variar entre os mais variados níveis, teores e contradições. Tal cisão e posterior coexistência, todavia, foram frutos de uma prévia guerra civil, onde o Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang) e o Partido Comunista Chinês – respectivamente, liderados pelo Generalíssimo Chiang Kai-Shek e o revolucionário Mao Zedong – digladiavam-se pela hegemonia de poder sobre a China continental. Finda a guerra, com a vitória do Exército Vermelho de Mao e a subsequente proclamação da República Popular da China em agosto de 1949, o derrotado Generalíssimo – em companhia com mais de 1 milhão de indivíduos, dentre eles membros do governo e refugiados – foi obrigado a buscar refúgio na ilha de Formosa (Taiwan) com a promessa de que, cedo ou tarde, esforços seriam unidos com o intuito de reconquistar a China continental (CHENG, 1988, pp. 304-305).

O Generalíssimo, assim dizendo, não planejava residir, doravante, em Taiwan. Pretendia, à sua maneira, retomar ao continente o quanto antes. Com isso, consta que, na época de sua permanência em Taiwan, Kai-Shek perseguiu e executou mais partidários da independência da ilha do que comunistas propriamente ditos (PINTO, 2005, p. 17). O revolucionário Mao Zedong, por sua vez, também compartilhava de ímpeto de reconquista, exemplo disso foram as inúmeras crises do estreito na década de 50, onde a artilharia da RPC atingia, de tempos em tempos, as Ilhas Pescadores e Quemoy – apesar de estarem apouquíssimos quilômetros da China continental, ainda permaneceu sob domínio da RC (HINTON, 1967, p. 308).

Ao passar dos anos, contudo, ficou claro que o projeto de reconquistar o continente tornara-se impossível, ao mesmo tempo que a RPC adquiria espaço e legitimidade no plano internacional. Como consequência, em uma manobra diplomática na Assembleia Geral das Nações Unidas, a RPC assumiu o lugar na ONU que antes pertencia a RC (CHENG, 1988, p. 310). Ao mesmo tempo, ocorria a igual legitimação por parte da comunidade internacional em relação a China continental, fazendo com que, uma a uma, as potências estrangeiras retirassem suas embaixadas de Taipei, realocando-as em Pequim. Tal reviravolta gerou uma crise de legitimidade em Taiwan que, apesar de deter todos os requisitos necessários para existir como país – isto é, um povo, governo e território delimitados – não conseguiu, muitas vezes, se posicionar como tal, devido a carência de reconhecimento por parte das potências do plano internacional.

A morte do Generalíssimo em 1975, no entanto, teve como corolário a ascensão ao poder de seu filho, Chiang Ching-Kuo, o qual permaneceu na presidência até sua morte, no ano de 1988. Embora lá governasse com mãos de ferro, o herdeiro de Kai-Shek legou importantes conquistas a ilha. Ao fim de seu governo, com a já mencionada perda de legitimidade por parte

de Taiwan, Ching-Kuo ordenou a suspensão da Lei Marcial – imposta antes mesmo da fuga de 1949 – além da legalização dos partidos políticos na ilha (FELL, 2012, p. 33). Com isso, os residentes da ilha, imbuídos na seara cultural já mencionada, começariam a ditar seus destinos às suas maneiras, deixando de lado o autoritarismo e as restrições ditadas pelo Kuomintang.

Desde então Taiwan se encontra em um novo paradigma com a sua democratização, a qual fez parte do fenômeno da “Terceira Onda” democrática que ocorreu aos fins do século XX, sendo postulada por Samuel Huntington (FELL, 2012, p. 36). Ou seja, uma democracia eleitoral que permitiu, pela primeira vez, que um nativo alcançasse o poder – que foi caso de Lee Teng-Hui. Sucessor de Ching-Kuo, Lee nasceu e cresceu em Taiwan sob domínio japonês, chegando a afirmar, como consequência, que se sentia mais à vontade em falar no idioma japonês do que em mandarim propriamente dito (RIGGER, 2006, p. 35).

Porém, figuras como Lee seriam ponto chave nos governos pós-democratização em Taiwan, haja vista que tiveram seu desenvolvimento intelectual e cultural restritos a ilha, sem nunca sequer terem visitado o continente. Mesmo sob a alcunha de “traidor do milênio” dada pelo governo da RPC à época de sua presidência, Lee aumentou o sentimento independentista e identitário na ilha, realizando uma política externa ambiciosa, concluindo inúmeras viagens diplomáticas na década de 1990 a fim de promover seu discurso e gerar aliados, ocasião na qual causou insatisfação na RPC. Como consequência, desencadeou-se uma crise diplomática em 1995, tendo a China continental realizado inúmeros testes de mísseis balísticos, junto com enormes incursões militares nas redondezas do estreito (PINTO, 2005, p. 23). Ações como esta, no entanto, sempre estariam presentes ao passo que Taiwan aproximava-se cada vez mais do discurso independentista.

O clímax, contudo, ocorreu ao fim de seu governo, em 1999. Em um pronunciamento, afirmou que as relações entre Taiwan e a RPC deveriam ser “entre dois países”. Ademais, afirmou que era desnecessária a proclamação de independência por parte de Taiwan, haja vista que a RC “já é um país independente desde o seu ano de fundação, em 1912”. Com tais afirmações, Lee inaugurou o discurso presente na ilha até os dias atuais, além de suscitar na RPC um enorme descontentamento para com a questão. Com efeito, após seus discursos, a alcunha dada pelo governo Chinês passou de “traidor do milênio” para “um bebe de proveta defeituoso, gerado nos laboratórios dos inimigos da China”. (PINTO, 2005, p.24)

Tendo isso em vista, tomo com hipótese a formação de uma nação taiwanesa própria, levando em conta o conceito de *Comunidades Imaginadas* - de nosso referencial teórico, Benedict Anderson. Ou seja, ao passo em que Taiwan incorre na privilegiação de sua cultura, ritos e costumes, há, ao mesmo tempo, a formação de um sentimento de pertencimento e

comunhão entre seus habitantes. Conseqüentemente, tendo em vista uma população cada vez mais identificada como taiwaneses ao invés de chineses, surge, também, a impossibilidade de uma reunificação pacífica com a RPC. Sendo assim, uma reunificação por meios militares torna-se, portanto, cada vez mais plausível e iminente.

Assim sendo, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo esmiuçar as relações entre RPC e Taiwan, com estas variando entre tempos de conflito e cooperação. Outrossim, busca-se encontrar um cenário mais provável para a conclusão do conflito, podendo se alterar entre uma agressão armada por parte da RPC em direção à ilha ou, da mesma forma, uma reunificação pacífica entre ambas as unidades políticas. Nesse intento, porém, o surgimento de uma consciência taiwanesa entre como uma variável premente na questão, influenciando, doravante, uma decisão enfática pela RPC.

Quanto a metodologia do trabalho, a mesma foi focada na leitura, análise e comparação entre diversas fontes distintas, com tais fontes transitando em torno de autores estrangeiros, majoritariamente. Nesse sentido, o estudo foi construído por intermédio de livros e artigos, no intuito de cruzar as mais variadas fontes a fim de chegar em uma conclusão em comum. Além disso, utilizando-se de tal maneira, buscou-se encontrar as principais nuances e detalhes essenciais que permeiam o assunto – afastando-se, portanto, do que é corriqueiramente e popularmente dito a respeito do tema.

Contudo, a chegada a tal tema não foi por acaso. Aos fins de 2020, foi notório o aumento exponencial de violações do espaço aéreo taiwanês por parte da RPC. Isso, contudo, somado a ações ostensivas do governo chinês no Mar do Sul da China como, por exemplo, a reivindicação por completo de tal mar – Embora haja inúmeras outras nações com seu espaço marítimo incluído nele – e a construção de ilhas artificiais<sup>2</sup> a fim de firmar sua posição no local. Nessa linha, indo mais a fundo na questão taiwanesa, deparei-me com inúmeras nuances e detalhes que mostravam a complexidade da ilha e sua população, ao contrário de como é dito corriqueiramente que taiwaneses são apenas chinesas e nada mais.

Dentre os materiais que me fizeram enxergar tais nuances, há também que citar a obra do Embaixador Paulo Antônio Pereira Pinto. Este que, inclusive, atuou na direção do Escritório Comercial do Brasil<sup>3</sup> em Taipé. Em seu livro intitulado “Taiwan – Um Futuro Formoso para a Ilha?”- talvez a única obra em português usada nesse trabalho - o embaixador discorre,

---

<sup>2</sup> **China desafia vizinhos e constrói ilhas artificiais.** O GLOBO, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/china-desafia-vizinhos-constrói-ilhas-artificiais-15838601>. Acesso em: 6 março 2022

<sup>3</sup> Devido a carência de representatividade que a ilha possui, tais escritórios comerciais buscam substituir, em partes, as atuações referentes a uma embaixada nacional.

justamente, sobre o ponto de virada que foi o governo de Lee Teng-Hui, mostando como o mesmo imputou um rearranjo no paradigma existente na ilha desde então. Outrossim, não poderia deixar de citar os professores Daffyd Fell e Jerome Keating que, além de possuírem obras atuais e pertinentes a respeito do tema, também me orientaram a respeito de textos chave a serem lidos – haja vista, novamente, a carência de materiais em português sobre o assunto.

Por fim, o trabalho se divide em três capítulos principais. O primeiro se atém aos precedentes ocorridos antes do restabelecimento da RC em Taiwan no ano de 1949, tanto em relação a história chinesa em si, como também no domínio japonês sobre a ilha no mesmo período. O segundo capítulo, por sua vez, contém toda a dinâmica inicial entre RPC e RC após o estabelecimento desta em Taiwan. Com isso, conta desde os pontos altos do partido na ilha até sua perda de legitimidade e isolamento no âmbito internacional. O terceiro capítulo, por fim, conta com a nova cena de partida em que Taiwan se inseriu após sua democratização. Assim, se discorre a respeito do fim da Lei Marcial no país, a subida do primeiro nativo da ilha à presidência e as medidas tomadas por este quanto ao endosso da identidade taiwanesa

## 2 O PRELÚDIO DO IMPASSE: A República Chinesa e seus antecedentes

A princípio, torna-se imperativo ressaltar os dois principais ciclos de regime existentes na história recente de Taiwan: de um lado, os 50 anos sob o jugo do Império Japonês (1895-1945) – os quais, todavia, legaram importantes influências culturais e econômicas na ilha – e, de outro, o período sob a dominação do Partido Nacionalista Chinês, Kuomintang – encabeçado por Chiang Kai-Shek, que não obstante sua derrota em uma guerra civil contra o PCC de Mao Zedong, refugiou-se logo após na ilha de Formosa, realocando a República da China.

A China, porém, também se viu em meio de grandes agitações e revoltas em meados do século XIX. Sendo alvo dos interesses de potências estrangeiras – como Inglaterra, França e Estados Unidos – em tal período, o país viu o século XX nascer em cinzas. Torna-se necessário, portanto, discorrer sobre tal período histórico, visto que as agitações presentes desde meados do século XIX até o término da guerra civil em 1949 iriam definir, doravante, os aspectos políticos internos, bem como a política externa em Taiwan.

Inicialmente, é tomado como base o total desequilíbrio interno que existente na China desde as duas Guerras do Ópio travadas contra a Inglaterra, em meados dos séculos XIX. Em momentos anteriores, a China vivia sob o controle da Dinastia Qing – de procedência Manchu – a qual se entendia como detentora de um “mandato celestial”. Isto é, o imperador – assim como visto com Faraós do antigo Egito e os reis absolutistas da Europa – possuía a transigência divina para governar a China, vista por eles mesmo como a civilização central do planeta – como diz o próprio nome em chinês: *Zhongguo*, ou “país do centro”.

Tendo isso em mente, tal dinastia chinesa não possuía medos ou receios em relação as potências ocidentais, dado que as mesmas eram chamadas pelos chineses de “bárbaros de cabelos vermelhos”. Mais ainda, a China da Dinastia Qing não possuía o ímpeto de lançar enormes incursões militares a fim de conquistar novos territórios, tampouco se preocupava demasiadamente com o comércio estrangeiro, o qual chegavam em seus portos de maneira cada vez mais intensa. Em contrapartida, a Europa, na época, já vivia o paradigma da revolução industrial e, por conseguinte, a busca incessante por mercados consumidores no exterior.

Dentre tais mercados-alvo estava a China. No fim das contas, se tratava de um país de

dimensões continentais, uma população gigantesca e um mercado interno pujante. Estima-se, inclusive, que o PIB Chinês no começo do século XIX era “ainda cerca de sete vezes maior do que o da Grã-Bretanha” (KISSINGER, 2011, p. 37), tamanha sua dinâmica e proporções internas. Atentas disso, as potências europeias decidiram em tentar a sorte no mercado chinês. Afinal, os lucros seriam simplesmente exorbitantes.

A sorte, contudo, não estava do lado europeus, haja vista os diferentes paradigmas os quais cada nação estava inserida. De um lado, estavam as potências europeias, estas que viviam sob o paradigma da Paz de Westfália e da revolução industrial - priorizando a diplomacia entre os relativamente recentes Estados Nacionais e entendimento da busca pelos próprios interesses entre cada um deles – e de outro, a China, uma nação milenar e tradicional - ainda detentora de uma economia agrária - e que se entendia como o centro de todas as civilizações por meio de um Mandato Celestial. Portanto, uma vez relacionadas, tais nações teriam uma “conversa entre surdos”, tomando por base as diferentes formações culturais e econômicas de cada uma delas.

Tal “conversa entre surdos” pode ser claramente evidenciada na dita “Missão Macartney”, liderada por Lord George Macartney em 1793 – um personagem do alto escalão britânico que já havia realizado negociações diplomáticas no Império Russo. A ocasião, por sua vez, ficou conhecida como “o mais notável, bem-concebido e menos “militarista” esforço europeu de alterar o formato prevalente das relações sino-ocidentais e de conquistar o livre-comércio e a representação diplomática em iguais termos.” (KISSINGER, 2011, p. 32-33). Ou seja, tratava-se de uma tentativa diplomática que visava arrefecer as regulações comerciais chinesas e, por conseguinte, tentar concluir uma aproximação entre ambas as nações – as quais, mais uma vez, eram perdidamente diferentes em questões culturais.

De maneira curiosa, Macartney levou consigo uma série de artefatos científicos e industriais da Inglaterra com o intuito de impressionar o imperador chinês. Nisso, o grupo de Macartney incluía um cirurgião, um médico, um mecânico, um metalúrgico, um relojoeiro, um fabricante de instrumentos matemáticos e cinco músicos alemães que deveriam se apresentar toda noite.

Seus presentes para o imperador incluíam produtos manufaturados destinados ao menos em parte a mostrar os fabulosos benefícios que a China poderia obter no comércio com a Inglaterra: peças de artilharia, uma carruagem, relógios de pulso cravejados de diamantes, porcelana inglesa (copiada, observaram os funcionários Qing de modo aprovador, do artesanato chinês) e retratos do rei e da rainha pintados por Joshua Reynolds. Macartney levou até um balão de ar quente vazio, planejando enviar membros de sua própria missão num voo de demonstração sobre Pequim, mas o plano fracassou. (KISSINGER, 2011, p. 34)

Apesar dos desmedidos esforços, a missão fracassou - não atingindo, assim, nenhum de seus objetivos iniciais. A princípio, o imperador chinês enxergou tais presentes como meros tributos à grandeza do Império do Meio – como era comum em relação aos comerciantes estrangeiros que chegavam aos portos chineses. Além disso, como já enfatizado, as diferenças culturais eram simplesmente grandes demais. Exemplo disso foi a recusa por parte de Macartney de realizar uma reverência ao imperador, conhecida como *Kowtow* – a qual consistia em beijar o chão frente ao mesmo. Ao contrário, Macartney se reservou apenas a dobrar o joelho como reverência, assim como fazia com seu soberano na Inglaterra.

No fim das contas, o imperador rejeitou todas as solicitações da missão. Isto é, uma maior abertura dos portos chineses em relação as mercadorias inglesas; a permissão de Macartney de residir em Pequim como diplomata; e o estabelecimento de fato de uma embaixada Britânica na capital chinesa. Tamanhas indiferenças e rejeições por parte do Império do Meio fez crescer nos britânicos um único pensamento: Se os chineses insistissem em não abrir suas portas, as mesmas teriam que ser derrubadas na força (KISSINGER, 2011, p. 38, apud PEYREFITTE, Alain, *The Immobile Empire*, 2013)

A frase acima, por sua vez, pode ser justamente desenrolada nas duas Guerras do Ópio terminadas, respectivamente, em 1842 e 1860, e que legaram inúmeras desvantagens e humilhações para a China. Além de, é claro, antever a derrocada da dinastia Qing e o estabelecimento de uma república em um futuro próximo.

As potências industriais ocidentais em ascensão definitivamente não tolerariam por muito tempo um mecanismo diplomático que se referia a elas como “bárbaros” prestando “tributo”, tampouco um comércio sazonal rigidamente regulamentado e limitado a uma única cidade portuária chinesa (KISSINGER, 2011, p. 38).

Um dos imperativos para a derrubada das portas chinesas, contudo, repousou sobre uma mercadoria específica, a qual adentrava de maneira quase irrestrita para dentro da China – sendo por meio de contrabandos ou comércios oficiais. Um produto que era, por sua vez, produzido em massa na Índia Britânica e angariado por comerciantes ingleses e contrabandistas chineses. Aliás, era um dos únicos produtos que penetrou de fato no mercado chinês – à revelia das manufaturas e produtos mirabolantes exibidos anteriormente por Macartney – o que fazia com que os mesmos mercadores relutassem em cessar seu comércio: tal mercadoria era, é claro, o Ópio. (ANDRADE, 2016, p. 2).

Tamanha adoção do mercado chinês em relação a essa mercadoria chamou a atenção dos soberanos chineses – os quais, todavia, repudiavam seu consumo, ao passo que na Inglaterra o mesmo era tolerado. Com isso, o ópio foi definitivamente proibido na China na década de 1830, com oficiais do governo sendo encarregados a vigiar a entrada do produto nos portos chineses – com uma ênfase maior nos portos do Cantão. Enfim, não tardou muito para que os navios, fábricas e contrabandistas da fossem confiscados e presos.

A partir disso, o pretexto para o início de uma guerra já estava montado. Com o confisco das mercadorias britânicas, os mesmos alegavam um ultrage em relação as suas propriedades privadas, além de considerar as ações chinesas uma afronta totalmente inaceitável. Sobre as reações britânicas frente ao episódio:

Os lobistas do “comércio com a China” pleitearam uma declaração de guerra junto ao Parlamento [...] à luz da “importância urgente” da questão e da grande distância que separava a Inglaterra da China, o governo britânico ordenava que uma frota imediatamente “bloqueasse os principais portos chineses”, tomasse “todas as embarcações chinesas que [esta] cruzasse pelo caminho” e tomasse “alguma parte conveniente do território chinês” até Londres ter recebido satisfações. A Guerra do Ópio começara (KISSINGER, 2011, p. 40)

Apesar das ameaças vindas dos ocidentais, os chineses não se acanharam. Afinal, “séculos de primazia distorceram o senso de realidade da Corte Celestial” (KISSINGER, 2011, p. 40). Prova disso eram as afirmações de membros da própria corte, os quais desmereciam o poderio bélico britânico, afirmando inclusive que a distância entre China e Inglaterra faria com que os britânicos ficassem em uma situação desfavorável no campo de batalha. Sobre a opinião chinesa em relação as ameaças estrangeiras:

“Os bárbaros ingleses são uma raça insignificante e detestável, confiando cegamente em seus navios poderosos e enormes canhões; mas a distância imensa que terão atravessado tornará a chegada periódica de provisões impossível, e seus soldados, após uma única derrota, vendo-se privados de suprimentos, ficarão desencorajados e perdidos.” (KISSINGER, 2011, p. 40 apud SCHURMANN; SCHELL, *Imperial China: The Decline of the Last Dynasty and the Origins of Modern China, the 18th and 19th Centuries*, 1967, p. 146-47.)

Tal indiferença quanto as capacidades britânicas logo tiveram seu preço. Isto porque os ingleses, ao adentrarem de fato no conflito, conseguiram deferir inúmeros golpes certos. Melhor dizendo, os navios estrangeiros romperam facilmente as defesas costeiras chinesas e bloquearam os principais portos do país. No entanto, apenas quando os britânicos ameaçaram atacar a capital Nanquim os chineses concordaram em negociar. Com isso, a indiferença por parte dos chineses em relação às forças estrangeiras se transformou em terror.

“Sem o menor vento, ou mesmo maré favorável, eles [os navios a vapor] deslizam contra a corrente e são capazes de fantástica velocidade. [...] Suas peças de artilharia são montadas sobre suportes giratórios, possibilitando aos canhões serem virados e apontados para todas as direções.” (KISSINGER, 2011, p. 41 apud TSIANG, Ting-fu, *História moderna da China*, 1955, p. 139)

Dessa forma, cabe enfatizar as perdas sofridas pela Dinastia Qing frente as incursões estrangeiras. Primeiramente, as concessões chinesas ao fim da primeira guerra do Ópio foram materializadas no Tratado de Nanquim de 1842, com o mesmo estabelecendo a transferência de Hong Kong, um dos melhores portos de águas profundas da região, para os britânicos; o pagamento de massivas indenizações para a Inglaterra pelo conflito; a abertura do mercado chinês, outrora terrivelmente restrito para os estrangeiros; e o estabelecimento de alíquotas fixas e mínimas para produtos importados pela Inglaterra. (HINTON, 1966, p. 23).

Já a derrota na Segunda Guerra do Ópio, pelo seu lado, foi materializada no chamado Tratado de Tianjin de 1860. O mesmo, contudo, estabelecia aquilo que os britânicos buscavam por décadas – na verdade, desde a Missão Macartney: o estabelecimento de uma embaixada britânica em Pequim, instituição inexistente para qualquer nação anteriormente, haja vista a auto visão de proeminência e unicidade da Dinastia Qing na época (POMAR, 2003, p. 31).

Além da Inglaterra, outras nações tomaram parte em tais acordos sob a cláusula da Nação Mais Favorecida – que permitia a adoção das beneficiações que outrora foram dados a outras nações. Como consequência, Estados Unidos e França também entraram em cena e concluíram seus próprios tratados e concessões. Entretanto, cabe também citar as ações da Rússia no mesmo período que, atenta na fragilidade aguda do Império Chinês, se ofereceu para mediar a paz entre as potências estrangeiras.

O preço cobrado pelos russos para tal, no entanto, foi estonteante: uma ampla fatia do território da Manchúria na costa do pacífico, na qual incluí hoje a conhecida cidade russa de Vladivostok – um dos principais portos russos. Com isso, “de um só golpe, a Rússia obtivera uma nova e importante base naval, uma posição avançada no mar do Japão e 900 mil quilômetros quadrados de território antes considerados chineses” (KISSINGER, 2011, p. 53).

Cabe lembrar que, além do imperialismo ocidental, um dos principais fatores que possibilitaram a derrocada chinesa no século XIX foi justamente a ascensão do próprio imperialismo japonês. Consequentemente, não se tratou somente da culpa dos ocidentais e de rebeliões internas. Ao contrário, tratava-se de um inimigo logo às portas da China. Exemplo disso é a derrota na Guerra Sino-Japonesa em 1895.

Em síntese, o conflito foi impulsionado pelo controle político e diplomático sobre a Coreia – a qual muito devido a sua posição geográfica foi, por muito tempo, um dos principais vassallos do Império Chinês. De início, era esperado uma grande vitória por parte dos chineses – afinal, embora os mesmos tivessem sido espoliados pelas potências ocidentais nas décadas anteriores, ainda possuíam um grande contingente de tropas a disposição. Os chineses, porém, não contavam com a modernização das forças armadas japonesas, esta que ocorria já alguns anos sob o contexto da Restauração Meiji. (FELL, 2012, p. 11)

Em última análise, portanto, ainda que o contingente chinês fosse maior, a qualidade de seus armamentos e poderio bélico não eram superiores. Tal fato levou a inúmeras batalhas vitoriosas por parte dos japoneses, os quais dominavam tanto por terra, quanto por mar. Ao fim do cabo, as forças chinesas sucumbiram à qualidade dos armamentos e treinamentos japoneses, sendo, portanto, obrigados a assinar o Tratado de Shimonoseki o qual, curiosamente, transformou a então província de Taiwan em uma colônia do Império Japonês – período no qual será revisitado mais à frente. Dessa maneira, “o êxito do Japão acentuou, grandemente, o fracasso da China” (HINTON, 1966, p. 23)

## **2.1 O Declínio Qing e o Ascensão dos Movimentos de Oposição**

Tamanhas perdas e humilhações geraram, no seio da sociedade chinesa, a formação de partidos políticos e agremiações locais que, definitivamente, tomaram a cena de oposição no fim do século XIX. Consternados com sucessivas espoliações por parte de potências estrangeiras e o domínio político regional dos chamados Senhores da Guerra – personagens que detinham o poder militar e agiam conforme os interesses da burguesia local e potências estrangeiras – iniciou-se uma fase de descontentamento na China, onde atores das mais variadas classes organizavam-se em prol de formular alternativas para o futuro do país.

Um destes atores foi Sun Yat-Sen, homem central e decisivo não só para o presente estudo, como também para a história chinesa. Filho de um agricultor que possuía dificuldades para exercer o ofício devido aos impostos exorbitantes, veio ao mundo em uma vila situada nas redondezas de Hong Kong e Macau, na província do Cantão. Sun recebeu, de início, uma educação baseada nos clássicos chineses. Além disso, por ter nascido em uma época próxima a ocorrência da Rebelião

de Taiping<sup>4</sup> (1866), o mesmo nutriu grandes paixões pelo seu líder – Hong Xiuquan - e seu espírito revolucionário.

Aos 13 anos, contudo, Sun começava sua formação no Havaí. Chegando lá, se juntou com seu irmão Sun Mei – este que lá se constituiu como um empresário de sucesso – e recebeu uma educação nos moldes ocidentais, além de aprender o idioma inglês. Com isso, é justo afirmar que quatro aspectos da juventude de Sun o influenciaram no seu pensamento político: Suas experiências com as questões da agricultura camponesa, haja vista a dificuldade de seus pais; sua educação nos moldes não só chineses, como também ocidentais; e sua admiração pela Rebelião de Taiping (WELLS, 2001, p. 1).

Era notável que, ainda no Havaí, Sun começou a atraindo-se pelo cristianismo. Temendo sua conversão, seu irmão o mandou de volta para a China. Lá, iniciou seus estudos de medicina em Hong Kong – lugar onde foi mandado após um episódio de iconoclastia, onde o mesmo destruía imagens sacras no memorial de sua vila. Em 1883, Sun entrou para a Escola da Igreja Inglesa, lugar onde recebeu, de fato, seu nome Yat-Sen<sup>5</sup>. Posteriormente, Sun também seria batizado, mergulhando de cabeça no cristianismo (WELLS, 2001, p. 3).

Embora se tratasse de um médico, Sun possuía uma aura revolucionária e, mais ainda, nacionalista, sendo ele uma das figuras a encabeçar o surgimento dos movimentos nacionalistas dentro na China pré-república. Primeiramente, abdicou-se da carreira médica. Depois, em 1905, com o auxílio de outros intelectuais e dirigentes, fundou o *Tungmenghui*, ou Liga Revolucionária, que se constituía como uma amálgama entre estudantes, nacionalistas, republicanos, democratas e socialistas (POMAR, 2003, p. 37).

Tal liga se balizava nos chamados “Três Princípios do Povo”, os quais seriam invocados por Sun pelo resto de sua trajetória. Os mesmos princípios se constituíam como diretrizes a serem seguidas em conformidade com as intenções da Liga, com seu motivo teleológico sendo a criação de uma república democrática. Mais precisamente, os três princípios elaborados eram constituídos

---

<sup>4</sup> “Liderada por um carismático místico chinês que afirmava ser o irmão mais novo de Jesus e um parceiro seu que dizia ser dono de poderes telepáticos, a Rebelião Taiping visava substituir os Qing por um novo “Reino Celestial da Grande Paz”, orientado pela grotesca interpretação dada por seus líderes a textos missionários importados. As forças Taiping conseguiram arrancar dos Qing o controle de Nanquim e de grande parte da China meridional e central, governando ao modo de uma dinastia nascente. Embora pouco conhecido da historiografia ocidental, o conflito entre os Taiping e os Qing foi um dos conflitos mais devastadores da história, com baixas estimadas em dezenas de milhões” (KISSINGER, 2011, p. 51)

<sup>5</sup> A princípio, seu nome de nascimento era Sun Wen.

pelo “o nacionalismo (luta contra a dominação estrangeira), a democracia (redistribuição da propriedade da terra e Estado voltado para servir ao povo) e o bem-estar do povo (distribuição da renda e industrialização com participação do Estado)” (POMAR, 2003, p. 38).

O supracitado amálgama entre as mais variadas classes e grupos que compunham a Liga também evidencia o caráter inicial dos movimentos pré-república na China. Levando em conta o grande período despótico vivenciado sob o jugo da Dinastia Qing, aquele a fim de promover uma alteração em sua estrutura haveria de promover ideias revolucionárias, além de, é claro, táticas revolucionárias – em detrimento de uma defesa daquele status quo vigente, o qual reprimia o aparecimento de quaisquer movimentos que o ameaçavam.

Dentre suas táticas, Sun partia da premissa que – tendo em vista a situação da sociedade chinesa naquele momento – um governo apenas alcançaria o advento de uma república democrática plena e sem embargos seguindo três etapas: Etapa Militar, Etapa de Tutela e Etapa do Governo Constitucional. Dessa forma, Sun pretendia um movimento democrático planejado e ordenado, com os dois primeiros possuindo, em tese, um prazo de existência de três e seis anos, respectivamente. (CHIANG, 2014, p. 43)

A princípio, o papel da Etapa Militar seria o de eliminar os inimigos do povo ao mesmo tempo em que se proporcionava benefícios a ele. O Governo de Tutela, por sua vez, haveria de iniciar a ação de tornar autônomos os respectivos distritos locais do país. Por fim, o Governo Constitucional teria como papel a realização de fato do objetivo central: estabelecer uma república democrática na China, livre de influências dos senhores da guerra e de potências estrangeiras.

Dessa maneira, se travava uma luta contra o atual status quo naquele momento, ou seja, o governo da Dinastia Qing, com esta esfacelada, pilhada e influenciada por potências estrangeiras nas décadas anteriores - influência esta que ainda permeava nas entranhas do sistema dinástico e nas tomadas de decisão do governo chinês. Tal dinâmica, por sua vez, gerou uma situação onde o país estava fragmentado entre grupos com as mais variadas intenções<sup>6</sup>.

Voltando à formação da Liga Revolucionária em 1905 - mesmo ano que os comerciantes na china realizavam um boicote aos produtos norte-americanos – Sun tratou de angariar ainda mais membros para a mesma, na medida em que a monarquia dos Qing também modernizada suas

---

<sup>6</sup> Isto é, apesar de ter havido o surgimento de movimentos de oposição contra o regime vigente naquele período, muitos deles não convergiam entre si no que dizia respeito a suas intenções. Dessa maneira, ao passo em que uma república era acatada por alguns grupos, outros ainda visavam, por exemplo, a permanência de uma monarquia, porém sem a liderança da Dinastia Qing.

próprias forças armadas – com esta formando o chamado Exército Novo. Além disso, a monarquia, pelo seu lado, autorizou, concomitantemente, a realização de eleições das Assembleias Provinciais – uma promessa da imperatriz Cixi.

Entretanto, “apenas em 1909, em meio a conflitos por toda a China, foram escolhidas essas assembleias, que se tornaram novos focos de agitação e revolta contra a monarquia” (POMAR, 2003, p. 37). Nos anos seguintes, entre 1910 e 1911, inúmeras rebeliões estouraram dentro do próprio Exército novo – estas que, vale citar, ocorreram devido a infiltração de membros da Liga Revolucionária. Tal infiltração, no entanto, também ocorreu dentro das Assembleias Provinciais. Como consequência, inúmeras proclamações republicanas e de independência foram realizadas dentro das mesmas.

Nesta altura, a maioria das províncias chinesas já se encontravam sob o controle dos rebeldes amalgamados por Sun Yat-Sen. Com efeito, em uma reunião com representantes de 16 províncias em Nanquim, foi-se proclamada uma República no país. Sun, por sua vez, foi eleito como o presidente provisório na mesma ocasião, fazendo com que o sistema, de fato, tomasse forma.

Entretanto, à revelia dos avanços dos grupos opositores, o governo da Dinastia Qing ainda prevalecia, em menor grau, nas terras do norte – as quais eram igualmente influenciadas e tomadas pelos já citados Senhores da Guerra chineses. Ou seja, “A república (1912-1928) nunca foi capaz de alcançar uma unidade territorial e nacional diante das comunicações precárias e de ampla disseminação de armas modernas através de todo país” (HINTON, 1966, p. 23). Em outras palavras, os rebeldes não possuíam a maioria do poder político – haja vista a existência de dois governos concomitantes na época, a Dinastia Qing ao norte e a recém proclamada república ao sul – e, em ainda menor grau, o controle bélico e militar no país.

Em suma, “O Tongmenghui conseguiu derrubar os machus e criar a república, mas não atingiu o objetivo de realizar uma democracia constitucional na China” (CHIANG, 2014, p. 44, tradução nossa). Porém, ao passo em que os movimentos contra a Dinastia ganhavam força na mesma época, Sun tratou de somar forças com outros partidos revolucionários insurgentes e em ascensão. Como resultado, o Partido Nacionalista da China (Kuomintang) era finalmente criado. Um partido que não só deteve um papel crucial no desenvolvimento político da China naquele período, como também se tornaria o partido único em Taiwan por mais de 40 anos após a sua chegada na ilha.

Apesar deste conluio, o poderio bélico e militar prevaleceu na China, fazendo com que os seus detentores – isto é, principalmente, os senhores da guerra - se tornassem os verdadeiros governantes do país. A mesma configuração provocaria um solavanco na recém proclamada república sob a égide de Sun Yat-Sen. Com isso, Yuan Shih-kai, um dos mais influentes senhores da guerra, minou a liderança de Sun por meio da sua capacidade de unir seus exércitos e províncias.

Yuan Shih-Kai, comandante do poderoso exército de Pequim, conseguiu forçar a abdicação de Puyi e sequestrar a nova república. Yuan foi o único capaz de unir todas as províncias. Ele então se declarou presidente provisório e teve a sede do governo transferida para Pequim. Com pouca escolha, Sun Yat-Sen deixou o cargo. [...] Em 10 de outubro de 1913, ele se elegeu formalmente presidente. Ele fez com que o KMT fosse dissolvido e em 1914 suspendeu o parlamento (KEATING, 2008, p. 40, tradução nossa)

Dessa maneira, o KMT foi forçado a se reagrupar em Tóquio, na medida em que seus membros eram exilados. Contudo, o cenário tornara-se mais favorável para os revolucionários nos anos seguintes, considerando a morte de Yuan e o vácuo de poder deixado por ele. Levando isso em conta, dirigentes do KMT retornam à China e reiniciaram o processo político e militar em união com o recém formado Partido Comunista Chinês.

### **2.1.1. A Primeira Frente-Unida Chinesa.**

Aos tempos da morte de Yuan, por volta de 1916, a China estava prestes a conhecer uma nova força insurgente daquele período; levando em conta o êxito da Revolução Russa em 1917 e sua luta contra influência estrangeira e o imperialismo que assolavam o país, intelectuais, estudantes e dirigentes chinesas começavam a se assemelhar com o espectro do comunismo.

O marxismo, como nova forma de explicar as mudanças capitalistas, passara a ser difundido entre os grupos revolucionários e fomentara a criação de círculos de estudo no interior do país e entre os chineses que estudavam em Paris e Tóquio. Em julho de 1921, um congresso de representantes desses círculos, realizado em Xangai, fundou o Partido Comunista da China, tendo como participantes Wang Jinmei, Deng Enming, He Shuheng, Dong Biwu, Chen Tanqin, Mao Zedong, Zhang Guotao e outros. (POMAR, 2003, p. 38-39)

Com isso, estavam formadas as duas principais lideranças que, devido a sua magnitude e influência sobre os desejos das massas, tornaram-se os norteadores da política chinesa no século XX. Contudo, é interessante notar que, os mesmos partidos que viriam a se digladiar pelo controle do país nas décadas seguintes formaram, em um primeiro momento, uma aliança formal entre

ambos, com o intuito de liquidar definitivamente o poderio remanescente dos senhores da guerra e a influência estrangeira sobre a política local. Assim dizendo, nada une mais dois grupos do que um inimigo em comum.

Na medida em que o KMT se aproximava não só do recém formado PCC – que tomou forma de fato em 1921- como também da Terceira Internacional Comunista na época, o partido ganhava forte influência leninista - sem necessariamente ser marxista (KEATING, 2008, p. 41). Aliás, Lenin, antes mesmo da revolução de 1917, já lançava olhares sobre a China, enxergando-a como um poderoso aliado contra o Imperialismo. Além disso, Lenin em pessoa “identificava Sun Yat-Sen como o mais promissor dos líderes nacionalistas chineses.” (HINTON, 1966, p. 28). Sobre outros aspectos que possibilitaram tal aproximação com a Internacional Comunista:

E não foi só a tradição chinesa que ficou desacreditada; também foi, em grande parte, sua alternativa liberal ocidental, em virtude do fracasso das instituições parlamentares na China sob a república e do comportamento arbitrário do Japão e das Potências Aliadas para com a China por ocasião da Conferência de Versalhes. Diante de tais circunstâncias, o marxismo-leninismo, a Revolução de Outubro, o Comintern e, em particular, o apoio de Lenin a uma luta mundial contra o “imperialismo” tinham considerável atração. (HINTON, 1966, p. 29)

Dado este fato, “Sun Yat-Sen aproximou-se dos comunistas, manteve contatos com os movimentos socialistas europeu e japonês e estabeleceu relações com a jovem república soviética, que lhe enviou assessores para ajudar na organização do Guomindang e de seu exército. (POMAR, 2003, p. 39). Levando isso a cabo, “em 1923, um acordo da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) com Sun Yat-Sen do partido Kuomintang lhe fornece armas, munições e recursos recusados pelas potências europeias e o Japão para sua luta interna.” (ANDRADE, 2016, p. 5)

Nesse contexto, portanto, tornou-se viável a construção de uma aliança. Mais do que isso, um exército conjunto a fim de solidificar a dominância política e militar no país. Afinal, ambos estariam lutando, ao mesmo tempo, contra uma força do imperialismo estrangeiro e do autoritarismo regional, o que os deixava em uma situação favorável em relação às graças do povo. O inexorável destino dos homens, no entanto, daria novas diretrizes e desenvolvimentos para esta mesma aliança.

Com a morte de Sun em 1925, seu sucessor entrava em cena: Chiang Kai-Shek. Nascido como *Jiang Jieshi* em uma pequena vila no interior da província de Chequião (*Zhejiang*), o garoto era filho de comerciantes de sal – produto de certa forma monopolizado pelo governo na época, o que fazia com que seus produtores gozassem de uma razoável estabilidade. Aliás, sua família se

constituía como uma das mais proeminentes do vilarejo, fato que propiciou uma formação diferenciada a Chiang. Mais à frente, devido a seu sotaque, receberia o apelido que cunharia de fato seu nome na história: Kai-Shek. (FENBY, 2003, p. 18)

Ainda jovem, ouviu um de seus professores exaltar a importância das forças armadas e seu papel dentre da sociedade – fato que ecoou na escolha de seu caminho. Não tardou, portanto, para Chiang decidir perseguir uma carreira militar. Curiosamente, escolheu, no começo do século XX, o Japão para embarcar em seus estudos – tendo em vista, sobretudo, o moderno e bem equipado exército nipônico, o qual contrastava com o ainda obsoleto exército chinês na época.

Por fim, sua destinação se deu na Escola Militar de Shimbu Gakko, onde os cursos para estudantes chineses eram pagos pelo próprio governo chinês. Após sua graduação, serviu em um regimento de artilharia no norte do Japão, fato que ocorreu até o banimento de estudantes chineses no país nipônico por parte de Pequim. Apesar disso, ainda em Tóquio, Chiang encontrou um conterrâneo de sua província – Chequião – chamado Chen Qimei, o qual fazia parte de um movimento oculto fundado por um revolucionário chamado Sun Yat-Sen. (FENBY, 2003, p. 23 e 25).

Tal encontro iria definir, doravante, a trajetória de Chiang. Isto porque não demorou para Chen introduzir Chiang a um grupo de organizações ocultas anti-manchu (Dinastia Qing) estabelecidas por Sun: o já citado Tungmenghui que, na época, tinha Tóquio como quartel-general. Em 1911, no entanto, Chiang recebeu um telegrama codificado vindo de Chen, o qual dizia-lhe para retornar a China, visto que uma revolução havia acabado de estourar contra os manchus. Com isso, Chiang pegou um trem para Nagasaki e depois navegou até Xangai. Em suas próprias palavras: “Isso era o real começo de minha carreira revolucionária”<sup>7</sup>

Mais à frente, encabeçando a liderança da Academia Militar de Whampao – na qual, ironicamente, tinha a presença dele como Comandante Militar e Zhou En-Lai (Futuro ministro das relações exteriores da República Popular da China) como Comissário Político – o General Chiang já detinha enorme prestígio e controle sobre brigadas militares (POMAR, 2003, p. 39). A partir disso, era lançada a Expedição do Norte, um movimento que tinha como objetivo justamente liquidar os Senhores da Guerra – seguindo, a princípio, a Etapa Militar outrora conceituada por Sun. Dessa maneira, se Sun era o cérebro por trás do movimento, Chiang era o braço e o punho do mesmo.

---

<sup>7</sup> FENBY, 2003, p. 25 apud Hahn, Chiang, pp. 13-14; Furaya, p. 30

Sem embargo, tomando primeiramente Xangai ao sul seguido de Pequim ao norte, Chiang consolidou o movimento nacionalista e estabeleceu sua capital em Nanquim. Consequentemente, com o apoio da burguesia local e estrangeira, latifundiários e notáveis do antigo regime, o KMT unificou a China sob o cano dos fuzis. Nesse momento, o ocidente também já reconhecia Chiang como o governante de toda a China. O Generalíssimo, porém, havia, finalmente, de liquidar seus até então aliados: os membros do PCC.

Com o fim da Etapa Militar e a unificação da China, o KMT, supostamente, haveria de adotar a Etapa de Tutela em seu governo. Ao contrário disso, porém, o poder militar tomou para si o poder do partido, bem como o poder do povo. Isto devido a intolerância dos comandantes militares em relação a autonomia que seria dada as províncias na Etapa de Tutela postulada por Sun. Nesse sentido, “os militares sempre dominaram o partido e interferem em sua atividade” (CHIANG, 2014, p. 50, tradução nossa).

Na verdade, com a Etapa de Tutela ignorada ao fim da Expedição para o Norte, o governo do partido foi enfatizado ao passo que o governo civil era ignorado. Ou seja, “no início da república, o Kuomintang teve grande sucesso com seus movimentos democráticos de antidespotismo e antiguerra, mas fracassou na construção democrática” (CHIANG, 2014, p. 52, tradução nossa). Isto posto, seguindo teores autoritários e contrários aos conceitos de Sun, o KMT também iniciou uma tentativa de liquidar a força do PCC - partido que prestou auxílio na campanha que consolidou o poder do KMT.

Com isso, um enorme expurgo foi realizado em diversas capitais chinesas, com uma ênfase maior em Xangai, cidade na qual encontrava-se um enorme núcleo do movimento operário e estudantil pró-PCC. Na verdade, era bem mais que isso. A cidade era também um berço cosmopolita, sendo um dos lugares mais vibrantes e modernos da China – eclipsando, inclusive, a capital do país – com “magnatas, classe média insurgente, estudantes nacionalistas, escritores aventureiros, pintores e cineastas, comunistas, concessões estrangeiras, refugiados e metade dos veículos semi-motores do país” (FENBY, 2003, p. 133, tradução nossa).

Além disso, Xangai – por estar as margens do rio Yang-Tze – recebia não só metade do comércio exterior do país devido a seus portos, como também possuía metade das fábricas existentes na China. Tais fatores levaram o PCC a estabelecer seu quartel-general na cidade – afinal, se existisse alguém pronto para uma revolução marxista urbana, seria justamente o proletariado de Xangai. Tamanha miscelânea chamou a atenção dos nacionalistas, os quais

iniciaram um movimento de extrema repressão em direção a tais núcleos. (FENBY, 2003, p. 134)

Quando as tropas de Chiang entraram na cidade, estudantes fundamentalistas se colocavam nas ruas com pedidos de sua expulsão. Ondas de trabalhadores seguravam cartazes com frases que pediam a derrubada de Chiang. Ademais, sindicatos montaram barricadas fortificadas em posições estratégicas na cidade, como prédios e construções relevantes. (FENBY, 2003, p. 145). No fim das contas, se desenrolou o que ficou conhecido, pelos comunistas, como “O massacre de Xangai” e, pelos nacionalistas, como “A Purificação do Partido”, com um saldo de milhares de mortos.

Entretanto, o expurgo que começou em Xangai rapidamente se espalhou por inúmeros cantos do país, em direção aos mais variados partidários do comunismo. Tais acontecimentos assinalam o rompimento dos nacionalistas com seus então aliados comunistas, abrindo as portas para uma guerra civil entre ambos - ao mesmo tempo em que Chiang diminuía sua concorrência e se postava como soberano incólume do país.

Da mesma maneira, inúmeros novos levantes e revoltas do movimento comunista surgiram sem, contudo, conseguir realizar seus objetivos esperados devido as respostas de Chiang. Enfraquecido o PCC, seus dirigentes, incluindo Mao Zedong – um revolucionário e entusiasta ao poder dos movimentos camponeses e de guerrilha – se refugiaram nas montanhas e iniciaram a “Longa Marcha”, ao passo que Kai-Shek tratava de consolidar ainda mais seu poder – embora o mesmo já houvesse se tornando presidente de fato em 1928.

Longe de dar um fim ao período contraditório ao qual passava a China desde o início do século XX, a consolidação do poder nacionalista tornou a semear a discórdia e o autoritarismo naquele país – dando inclusive, um vislumbre do teor governamental que seria visto não só na China nos anos a seguir, como também do governo do KMT em Taiwan nas décadas seguintes. Com isso, o KMT tornou-se, ao cabo de sua consolidação no poder, o que jurou destruir anteriormente.

Dessa maneira, percebe-se a existência na China de “dois partidos de orientação leninista se esforçando por poder e privilégio; cada um empenhado em criar seu próprio estado de partido único” (KEATING, 2008, p. 50). De um lado, o Kuomintang, partido formado por Sun Yat-Sen e herdado por Chiang Kai-Shek – onde ambos realizaram coligações tanto com a Internacional Comunista, quanto com o PCC em si – e, de outro, o Partido Comunista Chinês, o qual recebeu igualmente, apoio e treinamento de Moscou, muito embora Mao, em seu livro intitulado “Nova Democracia”, discorreu sobre a possibilidade de “uma economia mista sob o controle comunista,

tal como existira na União Soviética durante o período da Nova Política Econômica” (HINTON, 1966, p. 25) – aliás, muito levado pela ideia de que a China, apesar de ter presenciado significativas mudanças em sua política interna, ainda se tratava de um país subdesenvolvido e agrário.

É importante enfatizar, aqui, que ambos os partidos apenas uniram-se frente a existência de um inimigo em comum. Os dois grupos, portanto, não pretendiam realizar um projeto nacional e político em conjunto; mas sim, evitar o completo esfacelamento da nação frente as já citadas ameaças da época. Ambos os partidos, em essência, eram revolucionários à sua maneira, haja vista que lutavam contra o estamento burocrático vigente à época: O KMT (na época ainda Liga Revolucionária) frente a Dinastia Qing em 1911; e ambos os partidos na Primeira Frente-Unida em decorrência do período dos Senhores da Guerra após o desequilibrado estabelecimento da República em 1911.

O tabuleiro político, porém, mudaria de sentido ao passo que Chiang, saindo vitorioso da Expedição do Norte e consolidando seu poder, inicia uma fase de repressão contra o PCC e o movimento rural no país. Ainda assim, no entanto, haveria espaço para a criação de mais uma frente-unida, visto que um novo inimigo em comum se aproximava das fronteiras chinesas. Melhor dizendo, o Império Japonês, o qual observava a fragilidade que imperava na China naquele período, iniciou uma série de invasões à sua costa marítima em meados da década de 1930

### **2.1.2. A Segunda Frente-Unida Chinesa**

A partir de 1935, a violência da máquina de guerra japonesa tornou-se mais que evidente, tornando a invasão dos demais territórios do leste chinês o centro das discussões. Os comunistas, em número reduzido – por decorrência aos expurgos e batalhas contra o exército nacionalista e seu posterior refúgio junto com a Longa Marcha – reiteravam o término da guerra civil entre os partidos em prol de uma nova união, dessa vez contra as invasões do Império Japonês. Como condição, no entanto, os mesmos “queriam a suspensão dos ataques às suas bases, liberdades e direitos para o povo e a adoção, pelos nacionalistas, de medidas para armar a população” (POMAR, 2003, p. 45).

Os nacionalistas, por sua vez, apesar de atentos aos ataques cada vez mais eminentes do exército nipônico na costa leste, recusavam-se a se reunirem com os comunistas, o que fez com que estes assumissem a linha de frente na resistência. Com isso, era de opinião popular tanto nas

capitais, quanto no campesinato que “Chiang Kai-Shek estava mais interessado na guerra civil do que na defesa nacional. Recusou tais sugestões e tornou-se ainda mais ativo na "supressão" dos comunistas e da oposição” (POMAR, 2003, p. 46).

Contudo, persistência de Chiang gerou rixas e discordâncias em seu próprio Alto Comando, fazendo com que uns de seus generais, como consequência, sequestrassem Chiang e o obrigassem a tomar medidas mais transigentes no que ficou conhecido como o “Incidente de Xi’an”. A eliminação de Chiang, portanto, não era pretendida tanto pelos comunistas, quanto pelos generais dissidentes, haja vista que havia o receio de gerar ainda mais desentendimentos e separações dentro da China e, com isso, diminuir ainda mais as chances de vitória em uma guerra contra o Japão.

Levando isso em conta, os comunistas interviram enviando Zhou En-lai ao cativo de Chiang – o mesmo que conviveu com Chiang na Academia de Whampao e que se tornaria Chanceler de Mao Zedong após a revolução comunista – para negociar com o Generalíssimo. Como resultado, Chiang se comprometeu a atender as condições apresentadas. Apesar disso, o que se viu até a expulsão completa do Japão foi o KMT tendo como política ser “‘ativo contra os comunistas’ e ‘passivo contra os japoneses’ esperando que os comunistas saíssem tão enfraquecidos que fossem incapazes de suportar uma nova guerra civil” (POMAR, 2003, p. 50)

## **2.2. O Período Taiwanês sob Dominação Japonesa**

Inicialmente, torna-se importante frisar, aqui, que os eventos analisados a seguir ocorreram, concomitantemente, aos eventos que vieram a cabo na China continental no início do século XX – isto é, a Revolução de 1911, a qual instaurou a república na China; e a primeira e segunda Frente-unida entre KMT e PCC, a qual capitulou os senhores da guerra e o Império do Japão em 1927 e 1945, respectivamente. Ou seja, ao passo que a China vivia tempos de guerras e conflitos, Taiwan gozou de relativa estabilidade e paz sob o jugo dos nipônicos no mesmíssimo período.

Em 1885, a despeito dos trágicos antecedentes que castigaram o país – tais como as duas Guerras do Ópio, Revolta de Taiping e início da Revolta dos Boxers – a Dinastia Qing do Império Chinês admitiu a ilha de Taiwan como uma de suas províncias. Com isso, o então designado como governador provincial, Liu Ming-Chuan, possuía a incerta missão de modernizar a ilha, além de

prepará-la e militarizá-la frente a uma possível incursão militar estrangeira

Tais pretensões chinesas, no entanto, se mostraram inglórias. Primeiro, pela já citada conturbada situação interna a qual se passava a dinastia Qing – que refreava maiores medidas em relação a ilha. Segundo, pelo inexorável avanço econômico e, sobretudo, militar do Império do Japão no período após a restauração Meiji, eclipsando as demais nações na região. Além do mais, naquela época, Taiwan era vista como um refúgio de pobres e moribundos, fato que também explica a falta de atenção e cuidado para com o território até sua mudança de postura em 1885 (CHU; LIN, 2001, p. 104 e 105).

O êxito espetacular do exército japonês (na base do alistamento obrigatório) contra a China em 1894-1895 e da marinha contra a Rússia czarista em 1905, e mais a anexação de Taiwan (1895) e da Coreia (1910), todos os propagandeados através das escolas de imprensa, foram de imensa valia para criar a impressão geral de que a oligarquia conservadora era uma representante autêntica da nação, enquanto os japoneses começaram a se imaginar membros dela. (ANDERSON, 2008, p. 144)

Quer dizer, dada tamanha indiferença por parte da dinastia Qing frente a ilha, a mesma acabou por entrar nas exigências japonesas com o fim da já citada guerra sino-japonesa em 1895. No mesmo ano, com a assinatura do famigerado Tratado de Shimonoseki por ambas as nações, Taiwan passaria definitivamente para a esfera de controle japonesa. Doravante, o Império Japonês teria, fundamentalmente, dois desafios a frete: rechaçar a resistência armada na ilha ao passo que decidia controlar de maneira política, cultural e econômica a população chinesa residente na ilha.

Torna-se pertinente, nesse íterim, frisar a importância de tal período para o futuro de Taiwan, haja vista que aqui inicia-se a miscelânea de influências culturais e políticas que seriam notadas na ilha em suas próximas décadas. De início, foi-se cogitado por teóricos do Império japonês um “modelo ocidental” de colonização, onde os residentes da ilha seriam tratados com um teor de inferioridade e desdém. Outros, no entanto, consideravam tal postural implausível, tendo em vista a proximidade geográfica que possibilitava uma colônia modelo e estratégica para o Império do Japão.

Nesse sentido, eram consideradas, resumidamente, duas alternativas para a colonização de Taiwan: assimilação ou não-assimilação. A primeira, apesar de ter sido amplamente considerada, mostrou-se impraticável devido a posição hostil e intransigente dentre os locais da ilha. Isto é, os residentes de Taiwan mostravam-se mais como desafiadores da ordem do que cidadãos propriamente ditos. Restou, pelo menos naquele momento, a segunda opção, realizando alianças com a elite da ilha em virtude de se introduzir em sua sociedade. Dessa maneira, “os colonizadores

ficaram, portanto, com apenas uma opção viável: construir um estado colonial dirigido por uma elite que era penetrante e eficiente” (CHU; LIN, 2001, p. 105, tradução nossa)

Seguindo essa linha, para governá-los sem incorrer em assimilação, era necessário para o governo japonês realizar uma espécie de estudo de campo na ilha, a fim de compreendê-la para melhor governá-la. Para tal, inúmeras pesquisas em Taiwan a fim de sanar as dúvidas quanto a situação real em que a ilha se encontrava – isto é, suas respectivas taxas de desemprego, analfabetismo, além da própria situação econômica e social. Como resultado, “essas investigações ajudaram o governo colonial a usurpar propriedades não reclamadas, retribuir propriedade de terras, implementar reforma tributária, monopolizar indústrias-chave e obter independência financeira” (CHU; LIN, 2001, p. 106, tradução nossa)

Isto posto, agentes policiais do governo infiltraram-se em cada esquina de Taiwan. Estima-se que, no ano 1905, havia cerca de 4.817 policiais em Taiwan, cada sendo encarregado a uma média de 617 nativos taiwaneses. Isto, porém, levando em conta que o número total de funcionários públicos no mesmo ano era de cerca de 13.000 indivíduos – evidenciando a pertinência de tais ações para o governo japonês.

Embora o mesmo governo tivesse escolhido a abordagem de não assimilação para com a população nativa à época, os mesmos nativos não gozavam de direitos plenos dentro de tal sociedade.

Embora discriminados pelo governo japonês, os taiwaneses viveram sob a jurisdição do Japão e devem ter uma identidade no império japonês. De acordo com o Tratado de Shimonoseki (Artigo 5), os residentes de Taiwan foram autorizados a escolher a nacionalidade nos primeiros dois anos de ocupação. Apenas alguns milhares partiram para a China, e o restante tornou-se súditos japoneses. Mesmo assim, os taiwaneses estavam longe de gozar da cidadania japonesa completa. Eles foram excluídos do governo e de órgãos representativos, nem mesmo possuíam sufrágio parcial, eram vulneráveis aos abusos da polícia e não tinham o direito de servir nas forças armadas. (CHU; LIN, 2001, p. 106, tradução nossa)

Entretanto, o início e término da Primeira Guerra Mundial legou inúmeras reformas políticas e econômicas na ilha. Neste período, o Império Nipônico presenciou um “boom” econômico, na medida em que as potências europeias se retiravam de suas colônias na Ásia e iniciava-se – devido ao fim do conflito - uma grande demanda pelos mais diversos produtos ao redor do mundo. Tal expansão econômica, por sua vez, aumentou a demanda por alimentos – especialmente o arroz - dentro do Império do Japão, fato que trazia uma importância maior em direção a Taiwan, haja vista que a ilha era o maior fornecedor de tais alimentos para o Império.

Nesta altura, a Ilha Formosa se tornava muito mais pertinente do que havia sido a algumas

décadas atrás, no final do século XIX – ainda mais com o idioma japonês se tornando cada vez mais corriqueiro entre as classes mais abastadas. Tendo isso em vista, no início da década de 1920, o Primeiro-ministro na época, Hara Takashi, propôs a “Lei número 3”, a qual aumentava a influência e controle político do governo na ilha. Em tese, tal lei fazia com que as leis promulgadas dentro próprio Japão deveriam, em princípio, serem aplicadas em Taiwan – sob a condição de que o poder do governador geral de Taiwan fosse reconhecido e mantido. (CHU; LIN, 2001, p. 107)

Além disso, na iminência de uma guerra contra a China na década de 1930, o Império Japonês elevou ainda mais o papel que a ilha viria a desempenhar em seus planos. Melhor dizendo, a ilha teria como prioridade o manejo logístico e de suprimentos militares. Mais do que isso, com as diversas tentativas japonesas de adentrar o território Chinês por via marítima, Taiwan ganhou o status de base militar naval (CHU; LIN, 2001, p. 109). Tamanhas mudanças de teor econômico e militar na ilha forçariam seus governantes a, equitativamente, imputar reformas de caráter cultural e social dentro da mesma.

Voltando ao contexto do teor governo japonês, a postura do mesmo para com a ilha teria uma grande mudança devido ao envolvimento japonês em uma segunda guerra com a China. Nesse período, especificamente, figuras da velha guarda do alto escalão militar tornaram a formar o governo da ilha, fato que não ocorria desde o começo do século XX. Nessa manobra, Kobayashi Seizo, um almirante aposentado, assumiu o posto de governador geral de Taiwan em 1936 e delimitou imperativamente três políticas para o governo colonial: “japanizar” o povo taiwanês, construir indústrias militares e transformar Taiwan em uma base para o avanço para o sul

Este período, contudo, compõe-se como um verdadeiro ponto de virada nas questões culturais e identitárias presentes na ilha. Isto é, se ao início do domínio japonês na ilha se aplicaram ações de não-assimilação frente a população local – assim, preservando sua identidade ao passo que se realizava alianças com a elite local visando uma maior transigência governamental – a partir de 1936, no entanto, com o endurecimento do teor das ações governamentais, muito levado pelo novo governo dirigido por militares e a guerra com a China, Taiwan se veria imbuída em uma política de total assimilação em relação ao seus governantes – ou, em outras palavras, uma completa “japanização” (*Kominka*).

Nesse sentido, Taiwan presenciou uma situação similar a ocorrida na Coréia, país que também testemunhou um forte domínio e assimilação pelo Império Japonês. Em resumo, as

políticas governamentais na ilha, doravante, forçaram a adoção de tradições, linguagens e costumes japoneses, sem contar nas novas ofertas dentro dos meios de informações, as quais permitiriam imaginar a ilha de uma maneira diferente – instrumentalizada, vale ressaltar, pelo advento do capitalismo editorial:

O governo colonial impôs a adoção de costumes, religião, língua e até nomes japoneses. O número de crianças em idade escolar que aceitam a educação japonesa aumentou acentuadamente durante este período, indicando o andamento do movimento. O chinês clássico foi totalmente removido do currículo em 1937 e todas as escolas particulares de educação chinesa foram banidas em 1940, enquanto a porcentagem de idade dos alunos taiwaneses nas escolas primárias subiu para 71,17% no final da guerra. (CHU; LIN, 2001, p. 110, tradução nossa)

Dessa forma, iniciava-se a primeira tentativa de reimaginar a comunidade de Taiwan, além de, é claro, antever as duras medidas que os governos teriam para com a ilha – tanto japoneses, quanto os Chineses que viriam refugiados do continente em 1949. Como diria Anderson sobre tais medidas: “Era precisamente a reprodutibilidade cotidiana infinita das suas insígnias que revelava o verdadeiro poder do Estado.” (ANDERSON, 2008, p. 251). Sobre tal reprodutibilidade perante o sistema educacional e social em Taiwan na época:

Uma ferramenta chave na construção da nação japonesa foi o sistema educacional. Durante este período, o japonês era a única língua de instrução, com o chinês clássico retirado do currículo. As autoridades japonesas até tentaram banir as práticas culturais de Taiwan, como ópera e shows de marionetes, e incentivar casamentos e funerais no estilo japonês (FELL, 2012, p. 12, tradução nossa)

Com efeito, a penetração japonesa frente a sociedade taiwanesa aumentou a cada década de dominação. Ou seja, iniciando-se de maneira branda – mantendo intacta a cultura e identidade presentes na ilha a época, apesar de manter a elite dirigente a vista – ao passo que, nas últimas décadas do domínio nipônico na região, se foi implementado uma política de assimilação concreta – deixando de lado as políticas anteriores e mergulhando na tentativa de transformar de fato a sociedade presente na ilha.

Tal assimilação, no entanto, esteve imbuída nos mais diversos níveis, teores e contradições – fazendo com que nem todos os habitantes da ilha se imaginassem como tal. Ou seja, as referidas políticas obtinham os mais diversos resultados perante a sociedade, com sua eficácia variando entre as gerações presentes na ilha, além de suas devidas classes – em outras palavras, entre indivíduos de gerações mais antigas e simpatizantes da identidade chinesa Han e aqueles mais jovens e, de certa forma, marginalizados.

A velha nobreza com educação chinesa pode achar o movimento de japanização um

embaraço, mas teve que permanecer submisso para proteger seus interesses de classe [...] O alvo mais vulnerável do movimento de japonização acabou sendo os marginais sociais que chegaram à adolescência durante a guerra. O império japonês deu a esses jovens não apenas esperanças, mas também educação e oportunidades de trabalho. (CHU; LIN, 2001, p. 110, tradução nossa)

Consequentemente, a situação identitária em Taiwan na época mostrou-se uma incógnita, haja vista a carência de homogeneidade perante ao efeito das políticas efetuadas pelo Império Japonês. Ao contrário, devido a sua implementação tardia – ocorrendo nos anos anteriores a derrota do Império Japonês na Segunda Guerra Mundial e, consequentemente, de sua saída da ilha – seu processo e efeito foram, em sua maioria, políticos. Além disso, visavam, sobretudo, a atuação japonesa na guerra contra a china na década de 1930 e, posteriormente, na Segunda Guerra Mundial. Vale ressaltar, todavia, que tal assimilação se deu em medidas governamentais em detrimento de uma evolução natural e orgânica ao longo dos tempos.

Tendo isso em vista, “se os japoneses tivessem começado o projeto *Kominka* mais cedo, ou governado por mais algumas décadas, o cenário poderia ter sido bem diferente” (FELL, 2012, p. 12). Assim sendo, o projeto japonês foi coibido e esfacelado devido a sua perda na Segunda guerra Mundial e, a partir de então, a ilha seria governada, novamente, pela China. Independentemente das contradições do governo japonês no que tange questões econômicas e políticas, o mesmo conseguiu prover um rápido e concreto desenvolvimento econômico na ilha, além de permitir melhoras na educação e infraestrutura na ilha.

O período de colonização japonesa viu um rápido desenvolvimento econômico na ilha. O governo colonial estava determinado a demonstrar sua eficiência e habilidade construindo infraestrutura, ampliando o acesso à educação e integrando Taiwan às redes econômicas regionais. embora a economia da ilha permanecesse principalmente agrícola, o governo colonial aumentou a escala da agricultura de commodities e promoveu as indústrias de processamento agrícola. como resultado dessas políticas, em 1945 Taiwan havia superado a China continental na maioria dos indicadores de desenvolvimento. (RIGGER, 2006, p. 34, tradução nossa)

À vista disso, embora durante seu mandato o governo tenha se balizado em questões como assimilar ou não assimilar e reprimir ou não reprimir, o Império Japonês, por fim, realizou não apenas melhorias em setores chave da sociedade – como infraestrutura e educação – como também os deixou em níveis consideravelmente superiores a quaisquer províncias existentes na China. Tal mandato, porém, veria seu fim juntamente com o crepúsculo da Segunda Guerra Mundial, em 1945, período no qual a ilha passaria, novamente, para a esfera de influência chinesa, na época comandada pelo Generalíssimo Chiang Kai-Shek, o qual encabeçava a liderança do KMT.

Como dito acima, Taiwan presenciou um desenvolvimento perdidamente diferente em

relação a china continental, tendo em vista o domínio japonês iniciado em 1895. Nestes 50 anos, no entanto, a Ilha Formosa havia presenciado, paralelamente, inúmeros episódios históricos: A expansão militar e territorial pelo sudeste asiático; o início e derrocada da Primeira Guerra Mundial, a qual permitiu uma enorme participação e aumento das capacidades estratégicas do Império Japonês; a invasão da China e sua parcial anexação; além de, é claro, o início e fim da Segunda Guerra mundial.

### **2.3. O Retorno de Taiwan à Égide Chinesa**

Após o esfacelamento do Império Japonês por decorrência do término da Segunda Guerra Mundial, os territórios conquistado pelo país nipônico no sudeste asiático ao longo das últimas décadas presenciaram um retorno às suas unidades políticas anteriores. A vitória na expulsão dos japoneses da China, no entanto, não coibiu a continuação da guerra civil que já estava em curso na década anterior, dado que “as tropas de Chiang Kai-Shek começaram na época a “receber agora reforço dos EUA para esmagar de vez os antigos parceiros comunistas” (ANDRADE, 2016, p. 10).

O fato ocorreu tão logo quanto o restabelecimento do governo por Chiang, onde, ao passo que incorria em negociações com os comunistas, lançava, ao mesmo tempo, ofensivas contra bases e regiões controladas pelos mesmos (POMAR, 2003, p. 56). Neste mesmo período, Chiang tratou de restabelecer, igualmente, seu controle político em relação a Taiwan e suas ilhas circundantes, como a de Pescadores. A ocasião, porém, se mostrou inusitada devido à falta de um tratado que permeava a passagem do território de volta sob a égide chinesa (FELL, 2012, p. 12).

É importante avaliar, contudo, o desinteresse dos partidários da China – isto é, tanto comunistas quanto nacionalistas – frente ao território de Taiwan nos períodos anteriores, com Mao Zedong, inclusive, apoiando a independência do território em relação ao japoneses em uma entrevista à um jornal norte-americano, em 1936. Chiang Kai-Shek, pelo seu lado, ao tomar notícia de que as ilhas foram listadas na Conferência do Cairo como territórios que haveriam de ser devolvidos pelo governo japonês, estabeleceu um comitê de investigação a fim de realizar os preparativos para a devolução (FELL, 2012, p. 12). Sobre os detalhes de tal trâmite:

A ordem geral número um do general Macarthur, de 15 de agosto de 1945, deu a Chiang Kai-Shek o controle de fato de Taiwan e dos pescadores, concedendo-lhe o poder de aceitar a rendição das forças japonesas ali. Na ausência de um tratado com os japoneses, as autoridades nacionalistas administraram as ilhas como uma ocupação do exército, quando Chiang transferiu seu governo para Taiwan em 1949, ele o fez apesar de sua falta de título (CHENG, 1988, p. 300)

Assim como foi visto há 50 anos atrás com a conquista japonesa, os residentes de Taiwan não tiveram voz quanto as mudanças políticas que estavam em curso (FELL, 2012, p. 13). O mesmo unilateralismo ocorria em relação a políticas internas adotadas no mesmo período. Em 1947, era promulgada a nova constituição da República da China, a qual foi mantida no posterior governo em Taiwan e, inclusive, nos dias atuais.

Além disso, sob ataques cada vez mais contundentes do PCC, Chiang impôs uma lei marcial no país, juntamente com a emenda das “Provisões temporárias durante o período de revolução comunista” que, na prática, dava poderes irrefreáveis à cabeça do executivo – Chiang Kai-Shek – e, inclusive, suspendia a recém promulgada constituição (FELL, 2012, p. 44).

No mesmo ano, porém, ocorreu a primeira grande revolta da sociedade de Taiwan frente ao novo governo da República da China – gerando, também, seus primeiros mártires. Importante avaliar, aqui, o teor que se tinha nas relações entre aqueles recém-chegados do continente frente aqueles que já residiam na ilha há décadas. Estes, por sua vez, eram vistos com inferioridade pelos chineses advindos do continente – tanto pela sua natureza em si, quanto pelo suposto colaboracionismo tido com os japoneses.

Tais discriminações foram materializadas no que ficou conhecido como “o Incidente de 28 de fevereiro”. Na ocasião, uma mulher acabou assassinada em rua pública por estar vendendo cigarros em um local supostamente sem permissão. Os transeuntes, vendo a cena, jogaram-se contra os guardas e foram igualmente assassinados. Tal fato gerou uma comosão generalizada na ilha, com inúmeras revoltas estourando por toda a sua parte e gerando um saldo de milhares de mortos e perseguidos. Entretanto, o ocorrido seria totalmente apagado da história de Taiwan até meados de 1970, com o afrouxamento da lei marcial. Até nesse período, a censura do KMT fez com que tal ocasião sequer tenha existido. (FLEISCHAUER, 2007, p. 381).

Além de evidenciar, mais uma vez, a veia autoritária do KMT, tal incidente viria a se tornar a semente dos movimentos políticos de oposição na ilha. Ou seja, apesar da sua censura, o incidente ecoou de maneira irrefreável nas mentes dos residentes da ilha. Com isso, a despeito da impossibilidade da formação de movimentos de oposição até o arrefecimento da lei marcial em

1986, um círculo de dissidentes políticos surgiu na área oculta “fora do partido” (*Dangwai*).

Durante o primeira fase do período dangwai entre 1970-80, 228 foi mencionado apenas uma vez em um artigo na revista Formosa (美麗島). [...] Na fase posterior do movimento dangwai depois de 1980, uma infinidade de revistas políticas que apareceram consideravam sua primeira e mais urgente preocupação uma maior conscientização da 228 Incidente entre o público em geral. (FLEISCHAUER, 2007, pp. 381-382)

Com isso, além dar à luz a forma discriminatória a qual os Chineses do continente tratavam aqueles que residiam em Taiwan – forma esta que seria reproduzida nas décadas seguintes – o dito indidente auxiliou, posteriormente, na construção de parte da imagem que a população taiwanesa viria a ter sobre sua *comunidade imaginada*, seguindo a linha de nosso referencial teórico. Melhor dizendo, um sentimento opositivo em relação àqueles que vieram do continente, priorizando as histórias e acontecimentos infligidos sob os residentes de Taiwan. Entretanto, no mesmo ano, do outro lado do estreito, o governo de Chiang também passava por turbulências frente a sua população.

Determinado a levar a guerra civil até o fim, Chiang não se preocupou com a estabilidade econômica do país, pois “o Guomintang enfrentava séria crise econômica e financeira, com elevação da inflação, quebra de indústrias e empresas comerciais, e deterioração do padrão de vida da população.” (POMAR, 2003, p. 60). Isto somado com o acréscimo do poderio militar do PCC – que na época somava mais de 1,2 milhões de pessoas – culminou em um cenário onde os comunistas ficavam cada dia mais capacitados e poderosos, ao passo em que Chiang perdia seu apoio e estabilidade.

Ou seja, “o Guomintang tinha pela frente uma situação bem diferente de 1927, quando rompeu a frente-única com os comunistas por meio de um golpe militar sangrento.” (POMAR, 2003, p. 56). A despeito disso, a fatia da população chinesa que ainda nutriam afetos com o KMT, acreditando que o mesmo não continuaria com seu modo político ditatorial. No entanto, para finalizar com sucesso sua campanha militar, o KMT também haveria de ganhar a batalha política. Por conseguinte, Chiang deu sinal verde em relação as propostas de paz advindas do PCC – afinal, o generalíssimo se encontrava em uma condição devidamente desfavorável. Frente a isso, o PCC enviou Mao Zedong, Zhou En-Lai e outros dirigentes para negociá-la.

Ainda assim, “Enquanto negociava com os comunistas, o Guomintang jogou oitocentos mil homens contra as Áreas Libertadas. Em setembro e outubro, treze de suas divisões, com 38 mil homens, atacaram as bases comunistas em Shandong, sendo derrotadas.” (POMAR, 2003, p. 58).

Nesse ínterim, inúmeros comandantes nacionalistas, tendo em vista a derrota iminente, desertavam de suas posições e passavam para o lado do PCC.

Embora em posição cada vez mais vantajosa, em meados de 1947, Chiang angariou esforços em conluio com os norte-americanos a fim de esmagar definitivamente as forças comunistas. Em relação ao contingente, “Os EUA haviam equipado 45 divisões, treinado 350 mil homens de todas as armas e serviços, e seus navios e aviões haviam transportado para as linhas de frente 41 divisões regulares e oito regimentos de comunicação, com mais de 540 mil homens.” (POMAR, 2003, p. 59).

Em dezembro do mesmo ano, sem embargo, o PCC lançou uma ofensiva sem precedentes na região nordeste – nessa altura, os exércitos do PCC já haviam sido unificados, formando definitivamente o Exército de Libertação Popular (ELP), como é conhecido. Nesse contexto, o KMT lidava não só com baixas advindas do front de batalha, como também se enfraquecia ainda mais na medida em que a troca de lado por parte de comandantes do KMT se tornou eminente.

isso levou Chiang Kai-Shek, em 1º de janeiro de 1949, a declarar seu desejo de reatar as negociações de paz. Os comunistas dispuseram-se a aceitar a proposta, desde que o Guomindang punisse os criminosos de guerra, abolisse as falsas autoridades constitucionais "constituídas", reorganizasse as tropas em bases democráticas, confiscasse o capital burocrático, reformasse o sistema agrário, revogasse os tratados desiguais, convocasse uma Conferência Consultiva Política, sem a participação dos elementos reacionários, e formasse um governo democrático de coalizão. (POMAR, 2003, p. 62).

Levando em conta as traições anteriores de Chiang – que durante as negociações de paz lançava concomitantemente ofensivas contra área dominadas pelo PCC – além das próprias sucessivas postergações do mesmo em relação a um encontro para discutir uma resolução pacífica, “Mao Zedong, como presidente da Comissão Militar Revolucionária do Povo Chinês, e Zhu De, como comandante-chefe do EPL, emitiram uma ordem a todos os seus exércitos para a ofensiva foral.” (POMAR, 2003, p. 62). Conseqüentemente, em 1º de outubro de 1949, na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), em Pequim, Mao Zedong proclamou a República Popular da China.

### 3. O INÍCIO DO DILEMA: As primeiras gerações o projeto do KMT

Em questão de apenas um dia, a ilha de Taiwan viu um acréscimo de quase 2 milhões de habitantes originários do continente em sua população, devido, é claro, ao êxodo do KMT após sua derrota na guerra civil contra o PCC em 1949 – o que incluía, em sua maioria, cidadãos comuns do continente, militares dos destacamentos nacionalistas restantes, médicos, professores e, em menor grau, políticos e membros e funcionários do governo da República da China (FELL, 2012, p. 15).

De maneira rápida, o que se viu foi a formação da chamada “primeira geração de chineses do continente”(RIGGER, 2006, p. 36). Isto é, chineses que jamais presenciaram a dominação japonesa da ilha no que tange a seus ritos, tradições e até mesmo influências socio-econômicas geradas pelo já citado desenvolvimento infraestrutural e educacional no período nipônico. Além disso, viu-se, por parte desta geração, um grande sentimento de isolamento, no sentido em que eles se sentiam como forasteiros em meio a uma terra desconhecida, fato este que levou os mesmos a tomarem medidas violentas e discriminatórias em relação a população local, chegando mesmo a situá-los como colaboracionistas dos japoneses – povo o qual detinha a repulsa dos chineses por decorrência das atrocidades cometidas em relação a estes nos anos anteriores..

Silmultaneamente, havia, também, uma grande miscelânea étnica que se destacava na população local da ilha, a qual também ficou conhecida como “a primeira geração de residentes de Taiwan”(RIGGER, 2006, p. 34). Apesar de não se constituir como uma questão absoluta, a influência japonesa era premente em certos círculos da sua sociedade, fazendo com que a visão de mundo nos mesmos fosse balizada de acordo com os ritos e tradições advindas dos 50 anos de período de dominação nipônica – ou, como diria Anderson (2008, p. 32), imaginada de acordo com tal. Ainda assim, apenas os mais assimilados mergulharam de cabeça em tal influência, ao passo que alguns tinham apreços tanto pelo japão, quanto pela China (RIGGER, 2006, p. 35). De todo modo, é possível afirmar que os Chineses do continente – de etnia Han, por assim dizer – eram apenas uma parte da população – a qual transitava, em maior ou menor grau, entre um apreço pela identidade chinesa e japonesa.

Tendo isso em vista, é possível observar, sem embargo, uma grande dissimetria entre os grupos de indivíduos que passaram a se relacionar e conviver juntos a partir de 1949. Tal discrepância pode ser explicada pela igual diferença política e econômica presenciada por ambas as gerações em suas respectivas terras: de um lado, a primera geração de chineses do continente –

os quais foram consebidos dentro da República da China situado do outro lado do estreito, em meio a períodos conturbados de incessantes guerras civis e invasões estrangeiras – e, de outro, a primeira geração de residentes de Taiwan – consebidos já dentro do domínio japonês, o qual proporcionou um significativo desenvolvimento econômico juntamente com uma invejável estabilidade política.

Os chineses no continente e os taiwaneses nativos haviam experimentado a construção do Estado moderno e a luta nacionalista distintamente diferentes ao longo do meio século anterior. As diferenças sociais, políticas e culturais entre os dois grupos eram enormes. A ilha passou por um período prolongado de desenvolvimento social e econômico estável e, como consequência, foi mais moderno do que a maioria do continente chinês. Toda a ilha compartilhava um sistema unificado de administração, direito, educação, comércio e agricultura sob um estado colonial repressivo e onipresente. As fronteiras e regras coloniais foram fundamentais para moldar um senso compartilhado de espaço social e identidade entre os moradores de Taiwan. (CHU; LIN, 2001, p.112, tradução nossa)

Ou seja, essa mesma maneira com que a primeira geração de residentes de Taiwan foi formada – sem maiores ameaças internas e externas e seu bem-estar - catalizou a formação de um sentimento de pertencimento e, por assim dizer, uma identidade insurgente dentro da ilha – muito embora, como já aprofundado acima, não gozassem de direito de forma integral, como por exemplo a participação em eleições majoritárias. Dessa maneira, o indivíduo residente em Taiwan “havia adquirido um senso de história e identidade cultural intrinsecamente diferente da consciência histórica dos chineses do continente”(CHU; LIN, 2001, p. 112).

Contudo, não só a questão identitária foi fundamental para estabelecer o teor das relações entre chineses do continente e residentes de Taiwan. A maneira com que Chiang Kai-Shek – então presidente da República da China – enxergou sua derrota frente os comunistas determinou as ações vindouras dentro da ilha a partir de então. O Generalíssimo, muito longe de reconhecer sua derrota, logo lançou uma campanha em prol da reconquista do continente – aproveitando-se para tal da então configuração da guerra-fria existente na época, a qual desfavorecia a imagem e legitimidade de Mao Zedong como fundador da República Popular da China.

Além disso, a estrutura governamental existente em Nanquim – capital chinesa sob o governo nacionalista antes de 1949 – foi transferida de maneira incólume para a continuação do governo em Taiwan – o que incluía políticos e congressistas com seus respectivos mandatos intactos - , de maneira que a República da China, em tese, nunca cessou sua existência. É notório, portanto, que o Generalíssimo reservou para si o mesmo papel que detinha anteriormente, haja vista que o mesmo provinha o caráter ideológico e estratégico para o partido nacionalista:

No entanto, ainda era Chiang Kai-Shek quem fornecia a ideologia, a liderança e a inspiração que mantinham o Kuomintang unido. [...] Chiang Kai-Shek exercia todas as responsabilidades executivas práticas em virtude de sua tríplice posição como chefe partidário do Kuomintang, presidente do governo nacional e comandante em chefe das forças armadas. (CHENG, 1988, p. 302, tradução nossa).

Chiang, da mesma maneira, não pretendia dividir seu poder ou passá-lo em sucessão – apesar de ser uma prerrogativa da Constituição de 1947 que o presidente era limitado a dois termos de mandato. Ao contrário, ao passo que seus mandatos iam espirando a cada ano, o mesmo tratou de realizar barganhas com o Yuan legislativo (congresso) a fim de conseguir emendas constitucionais que postergavam sua saída.

A cartada final para o permitir reinar até a sua morte foi dada por intermédio de um adedendo a um artigo das já citadas “Provisões Temporárias Durante o Período de Revolução Comunista” de 1948. Na prática, a mesma fazia com que "durante o período de rebelião comunista, o presidente e o vice-presidente podem ser reeleitos sem estarem sujeitos à restrição de dois mandatos prevista no artigo 47 da Constituição" (CHENG, 1988, p. 303). Dessa forma, Kai-Shek governou incólume até o final de sua vida em 1976, na medida em que cada quaternário seu mandato era virtualmente renovado.

Sendo averso a liberdade de expressão, oposição e maiores eleições – sem contar na clara simbiose entre Estado e partido – o Kuomintang permaneceu em Taiwan com a mesma configuração que possuía anteriormente em Nanquim: um governo de partido único (FELL, 2012, p. 20). Dessa forma, “O KMT não era apenas um partido comum sob este sistema político, mas era ele próprio o estado. Assim como com o PCC na China, foram os Chiangs e o KMT que definiram a política do governo” (FELL, 2012, p. 20, tradução nossa). A respeito dos níveis dessa simbiose entre partido e Estado:

Isso se manifestou em três níveis de construção do Estado. Primeiro, significou uma fusão de partido e estado, tanto em termos organizacionais quanto de pessoal. Em segundo lugar, significava dependência mútua entre os dois sobre as principais áreas funcionais. [...] Em terceiro lugar, a simbiose significava que a legitimidade do autoritarismo de partido único estava, em última análise, ligada à legitimidade da estrutura estatal. (CHU; LIN, 2001, pp. 116-117, tradução nossa)

Muito embora tivesse ganhado a aura de cerceador, o governo também se utilizava da força em casos extremos, tendo em vista que “onde o corporativismo, a lavagem cerebral, a melhoria material e o clientelismo não funcionaram, o KMT empregou severas políticas repressão” (FELL, 2012, p. 22, tradução nossa). Dado a esses fatos, tal período – este que ocorreu desde o estabelecimento do KMT em Taiwan até a sua abertura democrática em meados dos anos 80 – ficou

conhecido como “O terror branco”, tamanho o Estado policial que se constituiu nesse período. Curiosamente, esta mesma repressão semearia a própria derrocada do partido, na medida em que fomentava uma grande leva de oposições devido ao aumento gradativo e incessante de suas atrocidades.

Tendo em vista fragilidade na qual o KMT se encontrava após seu estabelecimento em Taiwan, Chiang tratou de revitalizar sua estrutura interna por intermédio das sucessivas reformas ocorridas entre 1950 e 1952. Assim, “por esta reforma, Chiang pretendia reconstruir o KMT em um instrumento para a revolução, cuja liderança ele acreditava ter herdado de Sun Yat-sen.” (TSANG, 1999, p. 2, tradução nossa). Aliás, visto que os comunistas que haviam recém tomado o poder em Pequim, tais reformas também ocorreram a fim de tornar competitivo o partido contra seus rivais de décadas. Parafraseando Chiang: “se queremos derrotar os bandidos comunistas, devemos entender todos os seus métodos e usar suas técnicas para superá-los” (TSANG, 1999, p. 2, tradução nossa)

Consequentemente, tal afirmação por parte do Generalíssimo “serviu de base para a construção em Taiwan do que parece ser um estado partidário ao estilo leninista” (TSANG, 1999, p. 2, tradução nossa). Como parte de suas reformas, há de se citar o expurgo frente a círculos chave, com Chiang realizando um movimento para “eliminar os corruptos, traidores, ineficazes e descomprometidos das fileiras do partido” (TSANG, 1999, p. 2, tradução nossa).

seguindo o exemplo do PCC de exigir que todos os membros se registrassem novamente, Chiang eliminou seus adversários, os fracos de coração e aqueles que não queriam segui-lo. Forjou, com isso, uma liderança unitária que lhe deu um controle sem precedentes sobre o partido (TSANG, 1999, p. 2)

Falando em termos estruturais, aquilo que Kai-Shek formou ao fim de suas reformas se assemelhava, praticamente, a um partido de Estado comunista. Isto é, o KMT havia se reorganizado em células locais as quais percorriam até o seu topo, fazendo com que seu Comitê Central Permanente lembrasse o Politburo comunista. Assim, os desenvolvimentos econômicos na ilha eram pautados e regulados por uma série de planos que se alteravam a cada quatro anos.

Além disso, as agências de segurança à época – completamente moribundas e desatreladas – foram reorganizadas em um aparato de segurança semelhante ao KGB soviético – dessa forma, foi formado o *Garrison Command* (TSANG, 1999, p. 3). Em suma, “enquanto Chiang só podia falar sobre um Estado do partido enquanto ele estava no continente, em Taiwan ele acabou construindo um real.” (TSANG, 1999, p. 2, tradução nossa) Ao fim do cabo, Chiang manipulou a ideologia

para que a mesma servisse aos seus propósitos, organizando o KMT em um “partido revolucionário democrático”.

A despeito das semelhanças apresentadas acima – com a defesa de que o KMT deveria adotar métodos comunistas a fim de derrotá-los -, cabe lembrar, aqui, que Kai-Shek ainda repousava como um assíduo anticomunista. Com isso, “enquanto que o sistema político que ele criou se assemelhava a um estado partidário de estilo leninista centrado no KMT, o mesmo era, de fato, diferente quanto a sua natureza” (TSANG, 1999, p. 3, tradução nossa). Em outras palavras, a colocação do KMT sob princípios organizacionais e estruturais leninistas era estritamente pragmática e servia para fazer frente ao PCC, não dizendo respeito, portanto, ao seu caminho teleológico – isto é, uma ditadura do proletariado.

Chiang adotou tais métodos porque acreditava que eles permitiram que ao PCC derrotasse o KMT na mobilização de todos os tipos de recursos para a guerra, na propaganda, na guerra psicológica, no trabalho de inteligência e no uso de táticas de frente única. O objetivo de Chiang, portanto, não era o de transformar o KMT em um clone do PCC, mas sim torná-lo em um instrumento revolucionário tão eficaz quanto o PCC, embora com um ethos diferente (TSANG, 1999, p. 5, tradução nossa)

Em virtude disso, com seu poder definitivamente reorganizado, o partido – ou melhor, a cabeça dele, Chiang Kai-Shek – não tardou a mostrar seu projeto de governo e seu já citado ímpeto de reconquista do continente. De início, o partido pretendia contruir um novo sentimento nacionalista na ilha – chamado por alguns especialistas de “nacionalismo chinês da República da China” ou ainda “nacionalismo do Kuomintang” (FELL, 2012, p. 22). O mesmo, por sua vez, pretendia realmente reimaginar a sociedade presente em tal território com a propagação de ritos e tradições do continente – estritamente chineses - por intermédio do “capitalismo editorial” e a incessante propagação midiática – como enunciado por Benedict Anderson anteriormente (ANDERSON, 2008, p. 70)

Como é de ciência hoje em dia, inúmeras pretenções estavam imbuídas nessa sociedade construída pelo partido nacionalista. Inicialmente, “o KMT argumentou que a RC era o único governo legítimo de toda a China e o protetor da cultura tradicional chinesa.”(FELL, 2012, p. 22, tradução nossa). Dessa forma, concordava com o conceito de “Uma China”, haja vista que a missão primordial do partido – e de Kai-Shek – naquele momento era a de angariar esforços a fim de lançar uma ofensiva para reconquistar o continente e unificar ambos os Estados (FELL, 2012, p. 22). Tal preceito, curiosamente, entrava de acordo com a linha que seria seguida por Pequim nos anos

vindouros – ou seja, a ausência da coexistência de duas Chinas sob o slogan “Um país, dois sistemas”.

Outro fator chave nessa construção lançada pelo partido nacionalista foi, justamente, a questão identitária presente na ilha. Nessa linha, o partido argumentava que “taiwaneses são chineses, e que as identidades chinesas deveriam substituir quaisquer outras identidades nacionais locais ou estrangeiras” (FELL, 2012, p. 22, tradução nossa). Conseqüentemente, quaisquer linhas que prezavam por determinadas identidades e nacionalismos específicos – tais como o de cunho japonês ou o próprio taiwanês – eram perseguidos. Tal fato também elucidava a questão de que, na época de sua presidência, Kai-Shek perseguia partidários da independência de Taiwan com mais afinco do que perseguia os comunistas propriamente ditos (PINTO, 2004, p. 17)

As ações de assimilação e reimaginação do KMT para com a sociedade da ilha tomaram cada vez mais forma ao passo que o partido endurecia seu controle sobre a mesma. Há de se citar, por exemplo, a mudança nos nomes das ruas e avenidas em cada canto da ilha – com as mesmas sendo mudadas para nomes eminentes do KMT, como Sun Yat-Sen – além de, principalmente, ter havido uma intensa campanha de imposição do idioma mandarim – fato esse que legitima ainda mais a tese de Anderson (ANDERSON, 2008, p. 251) no sentido em que os meios de informação e publicação eram utilizados como instrumento para reimaginar a identidade presente no território.

Depois de banir o japonês logo após 1945, o governo expandiu progressivamente seu projeto de mandarinização. O mandarim tornou-se a única língua no setor educacional e em ambientes oficiais. A partir de 1956, crianças em idade escolar foram multadas por falar línguas locais. Uma parte importante da política linguística foi a Lei de Radiodifusão e Televisão de 1976, que limitava a transmissão não-mandarim. Isso levou a uma queda acentuada nos programas de TV de Taiwan, passando de 50% dos programas no início da década de 1970 para menos de 10% no final da década [...] O KMT desenvolveu um currículo altamente político para todos os níveis de ensino. Os alunos tinham que fazer cursos sobre o pensamento de Sun Yat Sen e a constituição da ROC, e havia uma orientação centrada na China para a maioria dos cursos, particularmente história e geografia. dentro das escolas, os alunos estavam cercados por símbolos nacionalistas da ROC, como estátuas e retratos de Chiang Kai-shek e Sun Yat Sen, e os mapas nacionais da ROC na parede da sala de aula mostravam Taiwan como apenas uma pequena província dentro do vasto país da China (FELL, 2012, p. 23, tradução nossa)

Nesse quesito, “A extensão das políticas linguísticas da ROC a Taiwan não foi, portanto, impulsionada por considerações linguísticas, mas pela noção ideológica de que Taiwan era uma província da China e que o mandarim representava a língua nacional da China” (FELL, 2012, p. 23, tradução nossa). Isto é, mais uma confirmação da retórica constituída sob o princípio de “Uma

China”. Por último, além do uso da mídia e da educação para balizar suas intencões, o partido, da mesma maneira, utilizou-se do simbolismo militar para alcançar o “nacionalismo do KMT”.

### **3.1. A Guerra da Coréia e a consolidação da República da China**

Contudo, da mesma maneira que havia um grande ímpeto de reconquista por parte do KMT e Chiang Kai-Shek, tal pretensão também ecoava no pensamento e ações tomadas pelo PCC e seu Exército de Libertação Popular – sob a liderança de Mao Zedong. Este que, logo após sua vitória frente ao partido nacionalista, iniciou uma grande campanha de influência quanto ao seu modelo para com os países do sudeste asiático. Nesse sentido, “começou o PCC a recomendar a outros movimentos comunistas asiáticos ‘o caminho de Mao Tse-Tung’, com ênfase sobre a luta armada” (HINTON, 1966, p. 45).

Dessa forma, o que se seguiu foi uma grande contribuição de Mao para com tais movimentos, tendo em vista, por exemplo, as insurreições ocorridas na Birmania, Malásia, Indonésia e Filipinas no mesmo período – sem contar as ações comunistas contra a então Indochina francesa (HINTON, 1966, p. 45). Mao, no entanto, reservava esforços a fim de completar seu ciclo revolucionário, o qual se traduzia na tomada de Taiwan e, conseqüentemente, o fim da guerra civil chinesa com a supressão final dos nacionalistas – aproveitando-se, com isso, da grande desmoralização a qual sofria as tropas de Chiang Kai-Shek após sua derrota no continente (FELL, 2012, p. 15).

Tal ofensiva comunista tornou-se cada vez mais iminente após a tomada da ilha de Hainan pelo Exército de Libertação Popular – uma pequena ilha a poucos quilômetros da costa chinesa e que se assemelhava com a geografia de Taiwan (FELL, 2012, p. 15). Com isso, somada a situação desfavorável de Chiang, uma invasão de Taiwan se mostrava cada vez mais clara. O que salvou o destino da ilha, porém, foi a eclosão da Guerra da Coréia (1950-1953) em junho de 1950, com a invasão da Coréia do Norte à Coreia do Sul.

Na ocasião, no entanto, ocorreu uma intervenção norte-americana no conflito, com o país em poucos dias posicionando a poderosa Sétima Frota naval – que incluía um eminente porta-aviões – no entreito entre Taiwan e a China continental. Tal deterrância forçou a RPC a se ater em vias diplomáticas a fim de tentar realizar o que foi coibido na força: A admissão da República

Popular da China no Conselho de Segurança da ONU, a retirada da proteção americana à Taiwan e a própria retirada de tropas da Coreia do Sul (HINTON, 1966, p. 46).

Citando esse fato, é interessante notar a permanência da República da China (nacionalista) como representante político de todo o território Chinês – incluindo o continente – mesmo após sua derrota na guerra civil em 1949. Apesar das propostas de resoluções direcionadas ao Conselho de Segurança já em 1950 – nessa ocasião, encaminhada pela União Soviética – “o governo de Taiwan (República da China) insistiu no seu direito de continuar como representante legal dos milhões de chineses do continente nos assuntos internacionais” (CHENG, 1988, p. 309, tradução nossa). Além disso, tais resoluções seriam incessantemente repetidas nos anais da ONU, até que a mesma fosse aceita no início dos anos 70 – fato esse que será elucidado mais a frente.

De volta para o contexto da Guerra da Coreia, a intervenção americana frustrou os ímpetus comunistas, visto que “a decisão americana de proteger Taiwan, anunciada pelo Presidente Truman a 27 de junho, ameaçava não só perturbar o término da guerra civil chinesa de acordo com os desejos comunistas como também prejudicar a ofensiva coordenada comunista” (HINTON, 1966, p. 252). Ou seja, contribuiu não só para coibir maiores ações referentes ao caso de Taiwan, como também paralizou os ímpetus comunistas em relação a luta armada na periferia do sudeste asiático. Nesse sentido, “por importante que a questão de Taiwan parecesse ao PCC, a crise coreana rapidamente assumiu proporções ainda mais críticas” (HINTON, 1966, p. 252).

No entanto, cabe lembrar que, em um primeiro momento, a China se ateu a mandar, discretamente, apenas voluntários chineses aos campos de batalha. Apesar disso, com a situação escalando de uma maneira inesperada por meio da já citada intervenção norte-americana, Mao Zedong definiu a entrada oficial da China no conflito - especialmente após o avanço além do paralelo 38 ordenado pelo General MacArthur. Em outras palavras, temendo mais pela sua segurança nacional do que a integridade norte-coreana – haja vista que tamanho avanço aliado em direção ao norte colocava as tropas estrangeiras próximas a Manchúria – a RPC deixou de ater-se apenas a voluntários no campo de batalha, enviando, portanto, centenas de milhares de soldados aos campos de batalha.

Com a escalada do conflito por decorrência da entrada chinesa, a guerra outrora móvel se tornou uma guerra inerte. Isto é, apesar dos avanços anteriores do General MacArthur contra o norte, o mesmo acabou por voltar a sua posição inicial devido a somatória de tropas chinesas e coreanas. Tal dinâmica levou, sem embargo, a assinatura de um armistício entre as potências, fazendo com

que, na prática, Coreia do Sul e Coreia do norte estejam em guerra até os dias atuais – visto que tal armistício, por sua vez, se constitui como um simples cessar-fogo, ao contrário de um acordo formal de paz.

### **3.1.1. O Período das Crises do Estreito**

Na medida em que o partido comunista se sentia compelido em assinar um armistício que cessava as hostilidades na Coreia, o mesmo iniciou um plano que colocava toda sua atenção e esforços em direção à Taiwan – mesmo tendo em mente a proteção americana que existia na época. O armistício, no entanto, foi assinado a contragosto – especialmente após a ameaça do governo de Eisenhower de usar bombas nucleares táticas com o intuito de terminar de vez as hostilidades que já se arrastavam a alguns anos (HINTON, 1966, pp. 46-47 e 306).

Tal assinatura, por sua vez, deixou o PCC a “ver navios”, dado que, devido o tamanho da ameaça sofrida para dar cabo a tal acordo, o partido comunista terminou o conflito sem que nenhuma de suas exigências quanto a seu lugar na ONU e libertação de prisioneiros de guerra fosse acatada. Este episódio, portanto, deu um motivo a mais para o partido lançar uma grande ofensiva contra Taiwan em 1954 – como seria feito anteriormente, antes da intervenção norte-americana – a fim de testar tanto a resposta dos Estados Unidos, quanto para obter uma ideia da grau de resistência que governo nacionalista em Taipei teria.

Muito além de ainda possuir a representação sobre todos os Chineses do continente - fato que por si já desagradava Pequim – o governo nacionalista em Taipei detinha o controle de inúmeras pequenas ilhas à volta da Ilha Formosa (Taiwan). No contexto, o controle de ilhas como a de Quemoy (Ilha dos Pescadores) “estava ajudando os nacionalistas a manter um bloqueio bastante eficaz da costa chinesa, desde Xanguai até o Cantão” (HINTON, 1966, p. 306). Contudo, levando em conta o aumento das exportações chinesas naquele período – além do advento da transferência de investimentos industriais do interior em direção a região costeira - o bloqueio nacionalista se constituía como um terrível empecilho para RPC (HINTON, 1966, p. 306).

Além disso, como um segundo fator catalizador, as forças armadas comunistas ainda se encontravam em uma etapa inicial de modernização, ao passo que as forças nacionalistas, em 1954, já se encontravam em um processo avançado de modernização quanto a sua organização e

equipamentos – muito levado, é claro, ao irrestrito apoio norte-americano que vinha desde a eclosão da Guerra da Coréia em 1950. Levando em conta este apoio, “a RPC alegou acreditar nessa ocasião que os EUA estavam tentando formar uma Organização do Tratado do Nordeste Asiático, à semelhança da SEATO” (HINTON, 1966, p. 307).

Por fim, como um fator geral, havia o enorme receio por parte do PCC de que o KMT estaria se fortalecendo demasiadamente – tendo em vista, sobretudo, o apoio incessante dos EUA. De maneira contrária, era do interesse da RPC “concluir o processo de unificação nacional a tempo para as comemorações do quinto aniversário de fundação da RPC a 1 de outubro de 1954” (HINTON, 1966, p. 307). Ainda assim, era do interesse do PCC atrapalhar e coibir de qualquer maneira a progressiva evolução do partido nacionalista tanto em Taiwan quanto nas ilhas de seu entorno. Ademais, após os armistícios na Coréia, o estreito de Taiwan se revelaria como o único local plausível onde o PCC poderia exercer pressão contra os Estados Unidos.

Dado este conjunto de variáveis, em 3 de setembro de 1954, “a artilharia comunista começou um pesado bombardeio a Quemoy” (HINTON, 1966, p. 308), ao passo que os nacionalistas retaliaram com ataques aéreas em áreas específicas do continente. Nesse mesmo momento, muitas dúvidas pairaram sobre o governo dos Estados Unidos em relação a qual atitude tomar em tal situação. Frente a isso, “O General Ridgway, que acreditava que os planos comunistas tinham um propósito mais defensivo do que ofensivo, opôs-se a qualquer emprego de forças americanas em defesa das ilhas do largo, como o fizeram alguns outros.

Tal dúvida gerou, em dezembro do mesmo ano, a ratificação de um acordo de defesa mútua que cobria Taiwan e as demais ilhas do largo. Dessa maneira, “a assim chamada Resolução de Formosa, aprovada pelas duas casas do Congresso ao fim de janeiro de 1955, autorizava o presidente a defender as ilhas ao largo” (HINTON, 1966, p. 308). Esta defesa, porém, apenas se daria se julgasse que um ataque comunista contra elas fazia parte dum ataque a Taiwan.. Dessa maneira, se reforçava a configuração de “Duas Chinas” – mesmo que rejeitada por Mao e Chiang – haja vista que tal acordou tendeu a “perpetuar a divisão da China ao impedir a ‘libertação’ comunista de Taiwan” (HINTON, 1966, p. 161).

Consequentemente, o acordo assinado possuía um teor necessariamente defensivo – de maneira que o mesmo não poderia ser invocado por Chiang para lançar uma ofensiva conjunta ao continente. Apesar disso, em março de 1955, poucos meses após a ratificação do acordo, o Secretário de Estado norte-americano na época, John Foster Dulles, “ameaçou a China Comunista

com o emprego de armas nucleares táticas em caso de ‘flagrante agressão armada’” (HINTON, 1966, p. 50). Dessa maneira, entregue a si mesma – haja vista que a União Soviética estava mais preocupada com problemas europeus junto com as negociações do Pacto de Varsóvia – a RPC reduziu em abril de 1955 sua pressão sobre as ilhas ao largo.

Tamanha retirada da RPC, no entanto, também se deu por causa da iminente Conferência de Países Afro-Asiáticos em Bandung no mesmo ano, ocasião na qual a China comunista pretendia melhorar sua relação frente a países neutros afro-asiáticos. Nesse evento, com Zhou En-Lai representando a RPC, conversações com líderes como Gamal Abdel Nasser do Egito assinalaram a “transição da RPC da situação de potência quase que exclusivamente asiática para a de uma potência afro-asiática (HINTON, 1966, p. 50).

Tomando um teor reconciliatório - devido, sobretudo, ao virtual empate na Primeira Crise do Estreito que se desenrolou no ano anterior – a fase seguinte ao embate em Quemoy “foi marcada por uma campanha de propaganda para a “libertação pacífica” de Taiwan por meio de acordo com os nacionalistas” (HINTON, 1966, p. 52) – este que nunca de fato veio a cabo. Outrossim, ainda na Conferência de Bandung, Zhou En-Lai chegou a propor maiores conversações sino-americanas tanto em relação a questão de Taiwan, quanto em referência a relação de ambas as potências em si. Com efeito, “conversações diplomáticas entre os Estados Unidos e a RPC tiveram início em Genebra em agosto de 1955” (HINTON, 1966, p. 51). Com isso, abriu-se caminho para uma “quebra de gelo” frente as então conturbadas relações entre ambas as nações.

O que se seguiu – apesar de tais insinuações de tranquilidade – foi, na verdade, uma verdadeira “paz armada” entre ambos os países. De um lado, os nacionalistas – continuando, por sinal, suas fortificações nas ilhas do largo, bem como em suas próprias forças armadas – e, de outro, os comunistas – com estes dando ênfase na construção de fortificações na província Chinesa paralela ao estreito de Taiwan (*Fujian*) (HINTON, 1966, p. 310). O estopim para a retoma das hostilidades, no entanto, se deu a partir do momento em que a RPC teve certeza de não poder obter ganhos significativos com relação a ilha através das conversações sino-americanas de embaixadores que tiveram início em agosto no contexto da Conferência de

No entanto, antes disso, inúmeros convites contendo um tom conciliatório foram despachados da RPC em direção a ilha. Neles, convidava-se as autoridades de Formosa a fim de discutir “medidas e condições específicas para a libertação pacífica de Taiwan” (HINTON, 1966, p. 311). Em maio de 1957, contudo, foi-se assinado mais um acordo entre Taiwan e os Estados

Unidos, dessa vez com a pretensão de instalar na ilha mísseis da classe “Matador”. Apesar disso, assim como foi enunciado no acordo entre os mesmos países em 1954, tais instalações seriam de uso exclusivamente defensivo, não se tratando, portanto, de uma carta branca para a invasão ao continente.

No ano seguinte – tornando-se, também, uma variável premente na questão - as relações entre a União Soviética e a RPC estavam se deteriorando a cada dia – especialmente devido a declarações de Khrushchov que subentendiam coibir uma maior expansão da influência chinesa no mundo. Além disso, os nacionalistas se mostravam cada vez mais no ímpeto de realmente lançar uma ofensiva ao continente – isto levando em conta os incessantes apoios militares e econômicos vindos dos EUA; a diminuição da representação deste nas conversações de Genebra; e o iminente término do último mandato de Chiang Kai-Shek como presidente da República da China, em 1960.

Tendo isso em vista, iniciou-se no continente um grande fervor propagandístico a respeito da real “libertação” de Taiwan em 1958. Pela primeira vez, também, o PCC começou a “concentrar aviões de combate, inclusive jatos, nos aeródromos que a partir de 1955 contruíra defronte a Taiwan” (HINTON, 1966, p. 313). Pela primeira vez, alarmado com a situação, Khrushchov voou secretamente a Pequim a fim de tentar arrefecer os ânimos comunistas, argumentando que a URSS apenas poderia contribuir com apoio simbólico em caso da escalada das hostilidades. Apesar da tentativa, o mesmo não obteve êxito em dissuadir por completo os comunistas chineses.

De maneira repentina, contudo, o PCC iniciou, novamente, um grosso bombardeio de artilharia em direção a Qemoy em 23 de Agosto daquele ano. Curiosamente, tal dia se tratava do “aniversário do Pacto Hitler-Stalin e data provavelmente escolhida para lembrar a Khrushchev as consequências de transigir com o ‘imperialismo’” (HINTON, 1966, p. 313) - Ou seja, a visita de Khrushchev projetou certa desconfiança nos dirigentes do PCC. Porém, em nenhum momento foi dada a ordem de atacar a ilha de Formosa em si, “de modo a não dar aos Estados Unidos motivo de invocar a Resolução de Formosa como justificativa para acorrer em defesa das ilhas do largo” (HINTON, 1966, p. 313).

Mesmo assim, nos fins de 1958, a situação que se despendia era, virtualmente, um impasse. Visto que o PCC, doravante, repousaria apenas em meio políticos para a resolução da questão. Não obstante, os mesmo meios políticos propostos se caminhariam à uma não-resolução – ainda se levado em conta as demasiadas divergências entre os respectivos líderes de cada nação (Mao e Chiang) que, nos últimos trintas anos, praticamente se digladiavam sem retrocesso. Apesar disso,

após esta última crise de 1958, ambos os lados continuaram a fortificar suas posições no estreito de Taiwan, de maneira a repousarem numa eterna desconfiança.

### **3.2. Do Isolamento à Busca por Legitimidade**

Poucas coisas possuem o poder de unir dois grupos do que a existência de um inimigo em comum entre ambos. Não por acaso, antes da conhecida retomada diplomática entre Estados Unidos e a RPC nos anos 1970, entraram em cena breves períodos onde o desentendimento entre Moscou e Pequim – no sentido de, muitas vezes, haver uma aura de competição entre as ideologias e as medidas de ambos os países – era premente. Portanto, assim foi a relação entre URSS – encabeçada na época por Nikita Khrushchev – e a RPC no final dos anos de 1950, seguindo até a década de 1960.

Resumidamente, Khrushchev chegou ao poder após uma breve transição que se sucedeu após a morte de Stalin – este que havia governado a URSS por 30 anos com mão de ferro. Porém, pode-se afirmar que, ao menos em relação à China, a posição de Khrushchev foi de “condescendência com nuances de frustração pelo atrevimento dos autoconfiantes líderes chineses em desafiar a predominância ideológica de Moscou.” (KISSINGER, 2011, p. 110). Ou seja, apesar de reconhecer os benefícios da aliança com a RPC, Moscou temia as implicações da própria ideologia chinesa.

Nessa época, aliás, a RPC já compreendia que a aliança sino-soviética se tratava de uma “aliança estritamente defensiva, e não uma a que a RPC pudesse recorrer em apoio ao seu esforço para ‘libertar Taiwan’” (HINTON, 1966, p. 175) tendo em vista, principalmente, as ações da URSS nas já citadas Crises do Estreito. Na verdade, no mesmo ano da ocorrência da Segunda Crise do Estreito, “Khrushchev começou a dar amostras de arrependimento pelo seu recente compromisso de ajudar a RPC a produzir armas nucleares como, por exemplo, a cessação unilateral de testes nucleares” (HINTON, 1966, p. 55).

Dessa maneira, Nikita cada vez mais foi sendo empurrado pela RPC para o grupo dos “revisionistas modernos” – estes que, por sua vez, estavam dentro do grupo dos inimigos da RPC. Tal postura foi ainda mais endurecida após a retirada dos mísseis soviéticos em Cuba e a subsequente assinatura do Tratado de Proscrição de Testes Nucleares no início da década de 1960

pela URSS (HINTON, 1966, p. 65). Nessa altura, Khrushchev era visto, realmente, como uma persona transigente para com as intenções “imperialistas” e, portanto, como um inimigo em potencial.

Tamanhas rotulações e acusações mostravam que a ideologia havia unido Pequim e Moscou, mas a ideologia também os afastara, haja vista que “A União Soviética encarava o mundo comunista como uma entidade estratégica homogênea cuja liderança estava em Moscou.” (KISSINGER, 2011, p. 111). Tal visão não poderia aviltar mais a visão de Mao, este que levava em conta uma visão sinocêntrica junto com características próprias quanto a ideologia comunista em si – isto é, posições completamente antagônicas que impediam a concordância com as premissas básicas de Moscou.

Posteriormente, um grande debate surgiu a respeito desse período de divergências entre Moscou e Pequim, no sentido de se argumentar a possibilidade de os Estados Unidos incorrerem em uma aproximação com Pequim já naquele período, aproveitando tal oportunidade – e não como naturalmente se sucedeu, cerca de uma década depois. De fato, muitas ideias e pretensões com tonalidade conciliatória tomaram forma nos governos de John Kennedy e Lyndon Johnson, apesar de que, nesse primeiro, ações majoritariamente hostis relacionados à RPC terem tomado conta do cenário internacional – como os próprios desentendimentos no estreito e a campanha chinesa contra a Índia em 1962.

Fora isto, a RPC também presenciava nos períodos de Johnson o contexto da Revolução Cultural, tornando possíveis encontros ainda mais improváveis. Dessa maneira, “Essas opiniões foram externadas como esperanças abstratas derivadas de certa mudança indefinida nas atitudes chinesas. Nenhuma conclusão prática veio em seguida. Tampouco poderia” (KISSINGER, 2011, p. 133). Afinal, os Estados Unidos também estavam debruçados em questões de maior relevância naquele momento, sobretudo com a situação na Guerra do Vietnã.

Com o passar dos anos e, junta a eles, o agravamento da situação interna chinesa, Mao começou a deixar de lado suas posições mais fundamentalistas – levando em conta, principalmente as turbulências deixadas com O Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. Então, Mao Zedong, que outrora afirmara que “a China deve lutar contra os imperialistas, revisionistas e reacionários

de todos os países”<sup>8</sup>, foi constrangido pelo contexto a tornar mais prudente quanto a estabilidade de seu país. Sobre tal contexto:

No fim, à medida que a década de 1960 progredia, até Mao começou a admitir que os potenciais perigos para a China se multiplicavam. Ao longo de suas vastas fronteiras, a China via na União Soviética um potencial inimigo; na Índia, um adversário humilhado; uma mobilização maciça norte-americana e uma guerra se agravando no Vietnã; autoproclamados governos exilados em Taipei e no enclave tibetano do norte da Índia; um oponente histórico no Japão; e, do outro lado do Pacífico, uma América que enxergava a China como um adversário implacável. (KISSINGER, 2011, p. 134)

Coincidência ou não, o destino reservou para Richard Nixon o dever de mover-se em direção a Mao Zedong. Curiosamente, na época do início das aproximações, ambos os países se encontravam em uma situação interna calamitosa. De um lado, Nixon - recém herdando os protestos e estragos causados pela Guerra do Vietnã juntamente com o claro imperativo de terminá-la – e, de outro, Mao Zedong – recém exaurindo seu país com os desdobramentos da Revolução Cultural (KISSINGER, 2011, p. 135).

### **3.2.1. O Milagre Econômico em Taiwan**

Embora ter se configurado como um período conturbado, os anos 50 foram igualmente importantes para a construção de uma estabilidade política e, principalmente, econômica dentro de Taiwan. Na verdade, o fator de crescimento econômico no mesmo período foi fundamental para a legitimidade doméstica do KMT – fora, é claro, as medidas autoritárias para assegurar tal estabilidade pelo meio da força (FELL, 2012, p. 17).

Durante o período da Lei Marcial vigente em Taiwan – isto é, entre 1946 e 1987 – a ilha obteve um crescimento médio anual na casa dos 8.9%<sup>9</sup>. Além disso, “em 1987, Taiwan era o décimo primeiro maior exportador do mundo e, em 1986, o país tinha a segunda maior reserva externa do mundo.” (FELL, 2012, p. 17, tradução nossa). Contudo, como dito anteriormente, tal “milagre” econômico e crescimento anual repousam, inicialmente, nas medidas tomadas pelo

---

<sup>8</sup> KISSINGER, 2011, p. 134 apud LI, Jie, “Changes in China’s Domestic Situation in the 1960s and Sino-U.S. Relations”, in Robert S. Ross e Jiang Changbin, eds., *Re-examining the Cold War: US-China Diplomacy, 1954-1973*, 2001, p. 185-305

<sup>9</sup> FELL, 2012, p. 17

partido na década de 1950 – bem como, alíás, nos generosos empréstimos e auxílios militares propiciados pelos Estados Unidos na mesma época.

Tal auxílio norte-americano se constituiu como uma constante no crescimento econômico inicial da ilha, visto que “as medidas tomadas pelo governo não poderiam ter sido realizadas sem um aumento constante da ajuda americana” (CHENG, 1988, p. 306, tradução nossa). Não obstante, em fatores per-capita, Taiwan provavelmente recebeu dos Estados Unidos auxílios inigualáveis a qualquer outro lugar no mundo. A respeito do nível desta assistência:

A ajuda dos Estados Unidos afetou praticamente todos os aspectos da economia civil da ilha, tanto rural quanto industrial, desde ferrovias e rodovias até saúde pública e habitação até a exploração de recursos naturais. Grandes quantidades de trigo, soja, algodão cru e ferramentas maquinárias foram embarcadas praticamente de graça para Taiwan. Programas de educação, intercâmbio e treinamento para taiwaneses foram pagos pelos Estados Unidos com as verbas destinadas à assistência técnica. (CHENG, 1988, p. 306, tradução nossa)

Dessa maneira, é possível afirmar que, inicialmente, “Taiwan praticamente não tinha automóveis, máquinas industriais ou bens de capital de qualquer tipo, exceto recebidos de fontes americanas” (CHENG, 1988, p. 306, tradução nossa), e, portanto, quaisquer medidas tomadas pelo governo interno nos primeiros anos sem tais auxílios estariam praticamente fadadas ao fracasso. Melhor dizendo, a ilha “não teria sido capaz de equilibrar sua conta de renda internacional, nem evitar uma inflação ruínosa, sem o fluxo constante de matérias-primas, máquinas e veículos dos Estados Unidos.” (CHENG, 1988, p. 306, tradução nossa).

Muito além de visar apenas o bem-estar dos cidadãos da ilha, as ajudas prestadas pelos Estados Unidos em relação a Taiwan tinham, sobretudo, fins políticos e militares. Isto é, era da pretensão norte-americana evitar, de fato, uma invasão comunista da ilha e, por conseguinte, o aumento de influência comunista em torno do sudeste asiático. Mais ainda, planejava o governo dos Estados Unidos a construção de uma “vitrine de democracia”. Logo, “estimulando e desenvolvendo a economia, os formuladores de políticas americanos esperavam demonstrar que uma nação democrática poderia superar uma comunista.” (CHENG, 1988, p. 306, tradução nossa). A grande ironia, no entanto, era a de que os nacionalistas não se assemelhavam integralmente com a primeira.

Outrossim, ainda que os auxílios econômicos e militares por parte dos Estados Unidos compreendessem grande parcela do desenvolvimento econômico da ilha naquele período, há de se citar, também, outros fatores que igualmente propiciaram o grande crescimento econômico que se seguiu após o estabelecimento do KMT na ilha em 1949. Primeiramente, não obstante a desregada

administração por parte do KMT ainda em 1945 após o fim da Segunda Guerra Mundial, as construções e infraestruturas deixadas pelo governo japonês na ilha, por exemplo, constituíram-se como fator decisivo para a alavancagem econômica que se seguiu nos anos seguintes (FELL, 2012, p. 17).

Entretanto, Taiwan, à semelhança da China continental, ainda se tratava de uma sociedade agrária – apesar de tamanhos incentivos econômicos. Tendo isso em vista, outro fator de suma importância no desenvolvimento econômico da ilha – e, de certa forma, inédita – foi a realização de uma reforma agrária – haja vista que, nos tempos da guerra civil no continente, a falha do KMT em não realizar reformas desse tipo se constituiu como uma das causas, por assim dizer, de sua derrota para os comunistas (FELL, 2012, p. 17).

Com isso, o primeiro passo tomado nesta direção “envolveu a redução de aluguéis e, mais tarde, a redistribuição de terras de propriedade de antigos japoneses [...] A partir de 1953, os proprietários foram obrigados a vender ao governo qualquer terra com mais de 2,9 hectares, que o governo, por sua vez, revendia aos arrendatários.” (2012, p. 17, tradução nossa). Devido a radicalidade desta última, “em troca, os proprietários recebiam o governo títulos e ações de empresas governamentais.” (2012, p. 17, tradução nossa). Como resultado, “a reforma agrária levou ao aumento da produtividade agrícola e à distribuição mais equitativa de renda e libertou trabalhadores agrícolas dos empregos industriais” (FELL, 2012, p. 17, tradução nossa).

Além de consequências econômicas, a reforma agrária gerou, do mesmo modo, consequências políticas, isto porque a mesma “diminuiu muito o status dos proprietários de terras taiwaneses, um grupo de oposição potencial ao KMT, deixando as áreas rurais sob seu domínio contínuo nas próximas décadas.” (FELL, 2012, p. 17). Com tal movimento, portanto, o KMT não só ganhava as graças da massa rural no país – ou seja, a maioria de seus cidadãos – como também retirou grande parte da influência de latifundiários frente a política interna do país.

Dentre uma das principais políticas adotadas em relação à economia, tomou força no início do governo uma política de substituição de importações. Isto, contudo, atrelado a ao aumento de tarifas a fim de proteger sua indústria doméstica (FELL, 2012, p.17). contudo, ao passo que o desenvolvimento tomava forma, um crescimento a partir de uma orientação quase que exclusivamente exportadora tomou conta. Como consequência, “em 1952, a produção industrial recuperou os níveis anteriores à guerra e, na década seguinte, dobrou. produção de energia elétrica,

mineração, instalações de transporte e novas indústrias foram expandidas” (CHENG, 1988, p. 307, tradução nossa)

A ênfase durante esta fase foi na indústria leve de mão-de-obra intensiva, como a têxtil. Em 1956, no entanto, o mercado interno estava saturado e uma nova política de crescimento liderado pelas exportações foi lançada. O novo dólar de Taiwan foi desvalorizado em relação ao dólar americano, as taxas de importação foram cortadas e o governo iniciou programas para incentivar o investimento estrangeiro direto. (FELL, 2012, p. 17, tradução nossa)

Tal incentivo ao investimento estrangeiro tomou as rédeas do crescimento econômico na ilha a partir do fim da década de 1950 pois, dentre outros fatores, “foi considerado insalubre pelos Estados Unidos ter tão pouca iniciativa privada na ‘vitrine da democracia de Taiwan’” (CHENG, 1988, p. 307, tradução nossa). Afinal, investidores estrangeiros viam com relutância um aporte massivo na ilha, visto que a mesma ainda se encontrava em uma conjuntura de futuro incerto – levando em conta as políticas agressivas pretendidas por Chiang Kai-Shek, bem como as recentes Crises do Estreito que afligiram tal período.

Nesse sentido, pelo ano de 1959, leis foram passadas a fim de permitir estrangeiros a investirem em quaisquer tipos de indústrias ou companhias “necessárias” para o desenvolvimento econômico e social da ilha. Ademais, “a remessa integral dos lucros foi prometida, juntamente com um privilégio de reparação de capital de 15% ao ano.” (CHENG, 1988, p. 307, tradução nossa). Além disso, grupos de pesquisa advindos dos Estados Unidos realizaram pesquisas extensivas com o intuito de angariar oportunidades para investidores em Taiwan que, por fim, encontraram grandes oportunidades naqueles insumos outrora já fornecidos pelos Estados Unidos por meio de empréstimos – isto é, maquinário industrial, carros, produções no setor elétrico e de estradas.

Muito embora houvesse, de fato, avanços significativos em nível estatal e empresarial, o progresso ao nível individual ainda se encontrava em prostração. Em outras palavras, “entre 1952 e 1962, a renda nacional real dobrou, mas o ganho per capita foi limitado pelo aumento fenomenal da população” (CHENG, 1988, p. 308, tradução nossa) – pois, como dito anteriormente, Taiwan viu a chegada de mais de 2 milhões de indivíduos em 1949. Com isso, de maneira controversa, na medida em que a renda per-capita dava sinais de aumento, a mesma era corroída em virtude do aumento de preços no país – haja vista que, embora a oferta de bens continuasse escassa, a impressão monetária era quase ilimitada, fazendo com que o fenômeno da inflação fosse inevitável.

Em suma, tamanho crescimento estava atrelado, portanto, à boa vontade dos Estados Unidos – além, é claro, da prudência do governo interno em medidas referentes à inflação, controle

cambial e aumento na taxa de juros. Além disso, a visão dos chineses advindos do continente não era a de uma vontade incessante de construir ali uma nação, possuindo, portanto, pontos conflitantes com aqueles que ali já residiam a décadas. Isto é, os primeiros “viam Taiwan como a recompensa de uma vitória militar. embora não tivessem nada para trazer a Taiwan além de 'sangue, suor e lágrimas', eles estavam determinados a não ficar abaixo dos taiwaneses na escala social” (CHENG, 1988, p. 309).

### **3.2.2. Os movimentos de Richard Nixon e Mao Zedong**

Muito além de se limitar apenas por questões internas, uma reaproximação entre ambas as nações ainda era coibida, em parte, por termos históricos e ideológicos, haja vista que seus países se pautavam como inimigos implacáveis. Desse modo, “a China classificara a América como um país “capitalista-imperialista” (KISSINGER, 2011, p. 135). Em termos marxistas, se tratava da forma suprema de capitalismo, a qual, assim que concebida, seria capaz de superar suas “contradições” somente por meio da guerra.

A percepção norte-americana, contudo, espelhava a chinesa. Isto tendo em vista que “uma década de conflitos militares, e ameaças de conflitos, aparentemente arraigara o veredicto nacional de que a China, atuando como fonte da revolução mundial, estava determinada a expulsar os Estados Unidos do Pacífico ocidental.” (KISSINGER, 2011, p. 135). Tal celeuma, aliás, incutiu na opinião norte-americana a ideia de que Mao Tse-Tung parecia ainda mais intransigente com os líderes soviéticos. Ainda que o fosse, a atitude de Mao quanto a sua postura para com os Estados Unidos começou a se arrefecer por volta da metade da década de 1960.

O mesmo, inclusive, se utilizava de entrevistas com o jornalista norte-americano Edgar Snow – o qual apresentava Mao como um “guerrilheiro camponês romântico” – para endereçar seus pensamentos aos Estados Unidos e, sem embargo, pronunciava recados com tom conciliatório, afirmando desacreditar num conflito aberto entre Estados Unidos e China. Ademais, levando em conta a crescente posição hostil da URSS, “Mao estava mais predisposto do que qualquer um se deu conta na época em considerar a aplicação da máxima de que se deve manter um inimigo por perto, no caso, os Estados Unidos.” (KISSINGER, 2011, p. 136).

Pouco tempo depois, Mao apresentou suas intenções no curto prazo com seu médico, registrando uma conversa pertinente em 1969:

Mao me apresentou um enigma. ‘Pense nisso’, disse para mim certo dia. ‘Temos a União Soviética a norte e a oeste, a Índia ao sul e o Japão a leste. Se todos nossos inimigos se unissem, nos atacando do norte, sul, leste e oeste, o que acha que deveríamos fazer?’ Quando o interlocutor de Mao respondeu com perplexidade, o líder continuou: “Pense bem. [...] Além do Japão estão os Estados Unidos. Nossos ancestrais não aconselhavam negociar com países distantes quando há um conflito com os de perto? (KISSINGER, 2011, p. 139 apud CHEN; WILSON, “All Under the Heaven Is Great Chaos”, p. 161)

No mesmo ano, contrariando as expectativas, marechais chineses exibiram o igual interesse em realizar uma mudança de postura quanto ao isolamento chinês. Os mesmos, por sua vez, prosseguiram argumentando a respeito dos benefícios estratégicos em uma relação com os Estados Unidos, afirmando que “em grande medida, a decisão dos revisionistas soviéticos de lançar uma guerra de agressão contra a China depende da atitude dos imperialistas norte-americanos.” (KISSINGER, 2011, p. 141 apud CHEN; WILSON “All Under the Heaven Is Great Chaos”, p. 170.) Em um gesto ainda mais arriscado, os mesmos marechais propuseram uma retomada de fato em relação ao impasse diplomático estabelecido com os Estados Unidos.

Dessa forma, condicionado tanto pelos seus estrategistas próximos, quanto por, principalmente, motivos de conjuntura externa, Mao passou a encarar a aliança com os Estados Unidos como um verdadeiro imperativo estratégico.

A pressão soviética servia de impulso crescente. Diante das concentrações cada vez maiores de tropas soviéticas e do agravamento da batalha na fronteira de Xinjiang, em 28 de agosto o Comitê Central do Partido Comunista chinês ordenou uma mobilização de todas as unidades militares ao longo das fronteiras da China. A retomada de contato com os Estados Unidos tornara-se uma necessidade estratégica. (KISSINGER, 2011, pp. 141-142)

Quanto a Richard Nixon, o mesmo não tardou para concordar com os auspícios de Mao – haja vista que os receios quanto a URSS eram igualmente inquietantes. Aliás, “quando Richard Nixon fez seu juramento ao assumir o cargo, as inquietações da China ofereciam uma extraordinária oportunidade estratégica” (KISSINGER, 2011, p. 142). Em relação a isso, era da intenção de Nixon inaugurar uma nova fase na política externa norte-americana. Nesse sentido, portanto, “Nixon pretendia libertar a política americana das oscilações entre extremos de comprometimento e retraimento, e embasá-la em um conceito de interesse nacional que pudesse se manter conforme os governos sucedessem uns aos outros” (KISSINGER, 2011, p. 142).

Tendo isso em vista, é claro que a China desempenhava um papel pertinente na questão, visto que “Mao tratava a aproximação como um imperativo estratégico, Nixon, como uma

oportunidade de redefinir a abordagem americana da política externa e da liderança internacional.” (KISSINGER, 2011, p. 142). Tais problemáticas uniram o útil ao agradável entre Nixon e Mao e, como consequência, fizeram convergir os interesses de ambos os líderes. Com isso, é possível afirmar que, frente a conjuntura do período, a aproximação entre as nações se tornaria quase inevitável e, portanto, factível independente se fosse naquele governo ou em outro futuro.

### **3.2.2.1 A mudança no Conselho de Segurança da ONU**

Na medida em que as relações entre a República Popular de China e os Estados Unidos ganhavam o ensejo de seus respectivos líderes, um igual descompasso entre a aliança deste com a República da China ganhava força – levando em conta, também, o arrefecimento das contribuições militares e econômicas dos norte-americanos na ilha que vinham, ano a ano, diminuindo desde o seu ápice na década de 1950.

Contudo, apesar da aproximação, as intenções da política chinesa no futuro estariam situadas numa junção entre a ideologia e o interesse nacional. Ou seja, tamanha transigência não iria coibir as futuras pretensões chinesas, muito embora os mesmos prezassem pelo estabelecimento de uma cooperação ao longo das décadas. Nesse sentido, cada lado iria perseguir os seus próprios interesses, ao passo em que cada lado buscava, também, usar o outro como instrumento a fim de balizar suas relações com Moscou.

Não obstante, como Mao sempre enfatizara, “o mundo não permaneceria estático; a contradição e o desequilíbrio eram uma lei da natureza” (KISSINGER, 2011, p. 179). A partir dessas declarações, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês emitiu um documento na época descrevendo a visita de Nixon como “um exemplo da China utilizando as contradições, dividindo os inimigos e realçando a nós mesmos” (KISSINGER, 2011, p. 179), reforçando, ainda mais, o teor pragmático que ecoava nas ações chinesas. Tais “contradições”, contudo, foram materializadas na declaração do “Comunicado de Xangai”, o qual balizou, doravante, as relações entre China e Estados Unidos.

Contudo, cabe ressaltar que, na época da reaproximação com a RPC, não havia diferenças entre Pequim e Taipei em matéria do Estado chinês. Isto é, ambos os lados reconheciam o princípio de “uma China” e se postavam como representantes de tal – Com Chiang discriminando pretensões

independentistas ao passo que Mao rechaçava igualmente apoiadores nacionalistas. Apesar disso, escolheria os EUA o lado de Taipei, fato esse que possui força até 1971. Sobre o teor das relações entre a RPC e os Estados Unidos até este ano:

Em 1971 — é duro lembrar — os Estados Unidos não reconheciam Pequim como a capital da China. A China e a América não tinham diplomatas nas capitais um do outro e não havia um canal direto de comunicação aberto entre os dois países. O embaixador norte-americano para a China foi designado a Taipei, e o embaixador chinês para os Estados Unidos representava Taiwan. Nenhum diplomata ou funcionário público norte-americano foi indicado para Pequim. (KISSINGER, 2011, p. 164)

Tal configuração não viria a cessar até o ano de 1979 – ano em que foi presenciada outra mudança drástica nas relações entre EUA e Taiwan, com aquele, definitivamente, mudando suas embaixadas e reconhecimento de Taipei em direção a Pequim. Tamanho ganho de influência por parte de Pequim com a reaproximação, no entanto, propiciava uma maior pressão em relação a outros assuntos, como assim ocorreu frente as mudanças no Conselho de Segurança da Onu – lugar no qual Taipei ainda encabeçava a representação sobre todo o território chinês.

Antes mesmo da visita de Nixon a Pequim, inúmeras moções eram apresentadas na Assembleia geral da ONU em relação a quem deveria deter o assento da China no órgão do Conselho de Segurança – Afinal, o mesmo era capaz de imputar e ratificar resoluções de grandes proporções quando tomadas de forma unânime pelos seus membros. Estes pedidos na Assembléia Geral eram, geralmente, encabeçados pela URSS ou por outro país alinhado a seus interesses – ao passo que eram igualmente postergadas, pedido a pedido, pelos Estados Unidos e seus aliados (CHENG, 1988, p. 310).

Em 1963, porém, a URSS parou de tomar a dianteira em tais pedidos, fazendo com que, e maneira inesperada, a Albânia ficasse a cargo da incumbência. Após isso, a decisão majoritária entraria em cena - justamente no ano de 1971, após a viagem de Nixon a Pequim. Na ocasião, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a resolução da Albânia e, com 76 votos a favor versus 35 contra a RPC tomou os assentos que outrora pertencia a RC<sup>10</sup> (CHENG, 1988, P. 310).

### **3.3. A alternância entre Chiangs e a sucessão de Mao**

---

<sup>10</sup> Dessa maneira, por intermédio da obtenção de uma maioria simples dentre da Assembléia Geral da Onu, a moção apresentada pela Albânia acarretou na aprovação da Resolução 2758, a qual reconhecia Pequim como a única representante da China dentro das Nações Unidas. Consequentemente, Taipei perdeu sua representatividade dentre da mesma, minando por completo sua legitimidade ao passo que permanecia cada vez mais isolada no âmbito internacional.

A esta altura – por volta de meados da década de 1970 – tanto a RPC quanto a RC passavam por um período de transição atrelado a grandes instabilidades internas. De um lado, Taiwan, recém desagregada do Conselho de Segurança da ONU e com sua legitimidade internacional cada vez mais minada; e, de outro, a China comunista que, por mais que tenha saído vitoriosa de suas articulações com os Estados Unidos, passava por uma crise de sucessão em relação a Mao Zedong, haja vista que o mesmo se encontrava enfermo e próximo de sua morte.

Nesse sentido, as diferentes sucessões incorridas em ambos os países suscitaram, por conseguinte, diferentes destinos quanto aos seus futuros modelos de governo. Em resumo, “embora tanto o PCC quanto o KMT tenham se adaptado às suas mudanças políticas ambientes nas décadas de 1970 e 1980, o conteúdo distinto de sua adaptação organizacional resultou em sistemas políticos bastante diferentes.” (FELL, 2012, p. 38). Nesse sentido, devido a sua conjuntura interna, Taiwan caminhava mais em direção ao sistema democrático, ao passo que a RPC se encontrava em direção a reformulação de sua economia e preservação de sua estrutura política e governamental.

Com a morte do Generalíssimo Chiang Kai-Shek em 1975 – este que, até o fim de sua vida, se impunha a favor do conceito de “uma China” e, em seus momentos de maior inspiração, da reconquista nacionalista do continente – se alçou ao poder Chiang Ching-Kuo. Igualmente autoritário e filho de Kai-Shek, Ching-Kuo era, na época, líder do já citado *Garrison Command* – uma espécie de serviço secreto existente na ilha e que teve grande influência no período do “Terror Branco”.

Tal cargo, contudo, não lhe foi dado por acaso. Como dito no primeiro capítulo, o *Garrison Command* se assemelhava em demasia com a KGB da URSS quanto ao seu modo de operar. No entanto, assim que Ching-Kuo assumiu seu controle, a mesma semelhança se arraigou ainda mais. Olhando para a biografia do filho de Kai-Shek, percebe-se que o mesmo, em sua juventude, estudou em Moscou, onde inclusive recebeu uma bolsa de estudos. Chegando lá, iniciou seus estudos na Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente, lugar onde recebeu, curiosamente, o nome russo pelo qual seria chamado pelos seus colegas: *Vladimirovich Elizarov*. (FENBY, 2005, p. 70).

A despeito disso, Vladimirovich, ou melhor, Ching-Kuo, permaneceu na presidência de Taiwan até sua morte – assim como fez seu pai – a qual se deu no ano de 1988. Em seu período, porém, Ching-Kuo legou, aparentemente, inúmeras conquistas importantes para a população local – apesar, é claro, de seu teor autoritário. Dentre elas, é importante citar a legalização dos partidos políticos na ilha – o qual influenciou na criação do “Partido Democrata Progressivo” – e na

suspensão da Lei Marcial no governo – esta que foi imposta por Kai-Shek ainda na China continental, em 1947.

Fora isto, “Chiang tentou ampliar seu apoio social recrutando mais taiwaneses nativos para a liderança do partido e do estado e modernizando o processo de industrialização com projetos de infraestrutura em grande escala.” (CHU; LIN, 2001, p. 121) Com isso, promoveu, de maneira ambígua, uma “Taiwanização” da estrutura governamental. A partir disso, Ching-Kuo tinha em mente que a legitimidade do KMT estava com os dias contados. Ciente disso, o mesmo não tardou a atribuir maiores liberdades individuais para os cidadãos da ilha, bem como focar em seu desenvolvimento econômico – afinal, a impossibilidade de uma reconquista do continente – como senhava seu pai – havia se tornado impossível em várias maneiras.

Do outro lado do estreito, a RPC se encontrava em uma igual fase de transição da era de Mao Zedong. Em um momento ligeiramente anterior, “A crise envolvendo Lin Biao<sup>11</sup> destruiu o sucessor apontado por Mao. Agora o líder não tinha nenhum herdeiro aceito, e não havia plano algum para uma China pós-Mao.” (KISSINGER, 2011, p. 191). Além disso, Mao provocara uma grande ambivalência dentro do sistema político chinês, com o mesmo promovendo personalidades com ideias, supostamente, divergentes. Nesse movimento, surgiram duas facções opostas em direção a sucessão de Mao.

Tal ação tinha como objetivo contrapor os poderes entre as facções, de maneira a impedir que as mesmas emergissem com poderes iguais aos que Mao detinha. A Respeito de tais facções e seus representantes:

De um lado havia uma facção de administradores práticos liderados por Zhou e subsequentemente Deng; de outro havia os puristas ideológicos em torno de Jiang Qing e seu grupo de radicais baseados em Xangai (a quem Mao posteriormente aplicaria o rótulo derrisório de “a Gangue dos Quatro”). Eles insistiam numa aplicação literal do pensamento de Mao Zedong [...] As duas principais facções se envolveram em numerosas disputas sobre cultura, política, política econômica e as prerrogativas do poder — em resumo, sobre como governar o país (KISSINGER, 2011, p. 191).

Dessa forma, via-se o grupo daqueles supostamente atrelados ao “revisionismo” – levando em conta suas ideias quanto as relações que a China deveria obter no plano internacional, bem como a direção que se deveria levar a economia, concentrando-a ainda mais no paradigma do mercado – encabeçados por Zhou En-Lai e Deng Xiao-Ping; como também o grupo dos “puristas”

---

<sup>11</sup> Comandante do Exército Vermelho e homem próximo a Mao Zedong. Lin, aliás, foi responsável por compilar uma série de citações de Mao Zedong no que ficou conhecido como “Pequeno Livro Vermelho”. Após uma alegada tentativa de golpe contra Mao, Lin Biao morreu em um acidente aéreo que, até hoje, permanece contraditório. (KISSINGER, 2011, p. 130)

ideológicos, fundamentados, em essência, nos ideias de Mao Zedong e disposto a dar continuidade a elas.

Em 1976 – um ano após Chiang Kai-Shek – Mao Zedong veio a falecer, deixando seus sucessores com suas conquistas e premonições e o legado de sua grandiosidade e brutalidade. Ainda assim, o mesmo deixou como legado uma China unificada – fato que não ocorria há tempos. Além disso, com boa parte dos vestígios do antigo regime eliminados – isto é, as interferências estrangeiras atreladas a um poder dinástico inerte – abriu caminho para reformas e progressos que talvez nem eram imaginadas por ele próprio.

Além disso, “Mao pegara um país arrasado pela guerra e o conduziu habilmente entre facções domésticas antagônicas, superpotências hostis, um Terceiro Mundo ambivalente e vizinhos desconfiados” (KISSINGER, 2011, p. 205). Conseqüentemente, com as ações tomadas pelo mesmo, a China atravessou guerras, dúvidas e impasses e, não obstante, conseguiu trilhar seu caminho em direção a constituição de uma superpotência. Em suma, portanto, “Mao destruiu a China tradicional e deixou os entulhos como blocos de construção para uma modernização completa. Deng teve a coragem de basear a modernização na iniciativa e resistência dos chineses individualmente.” (KISSINGER, 2011, p. 207).

Contrariando as expectativas e o fervor dos revolucionários fundamentalistas, Deng Xiao Ping se alçou ao poder após a morte de Mao. Com ele, vieram também inúmeras reformas e visões que, em maior ou menor grau, definiram a China que se vê no século XXI. Nesse intento, o mesmo “defendeu, nessa ocasião, a necessidade de fazer uma apreciação profunda da economia chinesa e passar por um período de reajustamento extenso e complexo, para transformar os vários graus de desequilíbrio existentes num equilíbrio relativo” (POMAR, 2003, p. 75). Dessa maneira, vale ressaltar, a China de hoje é um testemunho da visão de Deng.

Outrossim, Deng também logrou, direta ou indiretamente, mudanças que afetariam Taiwan – levando em conta, também, suas regulações frente a sua relação com os Estados Unidos. Apesar da aproximação outrora efetuada por Nixon – ratificando o Comunicado de Xangai e influenciando na troca de assento no Conselho de Segurança da ONU- ainda havia um impasse, visto que “por mais próximo que o diálogo entre China e Estados Unidos tivesse ficado, persistia a anomalia de que os norte-americanos ainda reconheciam formalmente Taiwan como o governo legítimo chinês e Taipei como a capital da China.” (KISSINGER, 2011, p. 223).

Com a subida de Jimmy Carter na presidência dos Estados Unidos junto com sua retórica de “defesa dos direitos humanos”, tomou proeminência dentre da agenda de Deng a normalização efetiva das relações sino-americanas. Tal “normalização”, por sua vez, “significava que a embaixada americana se mudaria de Taipei para Pequim; um diplomata de Pequim iria substituir o representante de Taipei em Washington.” (PINTO, 2005, p. 29). Em resposta a isto, o Congresso norte-americano aprovou, no mesmo ano, o *Taiwan Relations Act* (Lei das Relações com Taiwan) a qual, praticamente, substituíu o Tratado de Defesa Mutua assinado entre Estados Unidos e a RC na década de 1950, no contexto das Crises do Estreito.

Tal lei reforçava o imperativo norte-americano para com as questões referentes as relações entre o estreito de Taiwan, haja vista que a mesma atribui aos Estados Unidos o direito de intervir em caso de agressão armada contra a ilha – além, também, de permitir a venda de armamentos e material bélico para o governo da ilha. Da mesma forma, portanto, “expressava as preocupações americanas com o futuro como uma lei vinculante, para os americanos” (KISSINGER, 2011, p. 227).

Além de prezar pela regularização das relações com os Estados Unidos, o início da Era Deng Xiao-Ping foi marcado pelo abandono da outrora considerada política de libertação armada contra Taiwan, formulando, em seu lugar, uma orientação de “reunificação pacífica” (PINTO, 2005, p. 18). Com isso, Deng reiterava a possibilidade de conversações entre o PCC e o KMT, desde que as mesmas não se dessem entre duas entidades políticas distintas. Nesse sentido, Deng apresentou a bastante conhecida proposta de “um país, dois sistemas”. Esta que, apesar de ter sido aplicada na reunificação de Hong Kong em 1997, se destinava, originalmente, a Taiwan. (PINTO, 2005, p. 19).

#### 4. A NOVA CENA DE PARTIDA: A Subida de Lee Teng-Hui e a Contínua Busca por Legitimidade

Ao passo em que as lideranças eram alteradas no continente – propiciando, com isso, uma mudança quanto suas medidas políticas – uma igual ruptura ocorria no poder executivo de Taiwan. Após um mandato de uma década frente a chefia do executivo – a qual, vale lembrar, legou inúmeras conquistas aparentemente democráticas à ilha - Chiang Ching-Kuo, terrivelmente enfermo, faleceu deixando aberto o seu cargo, o qual seria passado para o seu vice. Apesar disso, tamanhas conquistas podem ser, eventualmente, ofuscadas pela relação de Taiwan com países autoritários e insipientes, como é o caso do Haiti ou o território da Somalilândia<sup>12</sup> – o qual tenta ser independente da própria Somália.

Com suas ações anteriores de “Taiwanizar” – ou seja, tornar nativos – os cargos dentro do governo, Ching-Kuo fomentou, direta ou indiretamente, uma inegável mudança de postura quanto as intenções e identidades presentes tanto dentro do governo, quanto na sociedade como um todo. Com isso, na medida em que os desejos democráticos da população se concretizavam, a identidade taiwanesa ganhava cada vez mais força e sentido. Assim, aqueles que outrora eram perseguidos e condenados por pura e simplesmente expressar suas aspirações nacionais e identitárias, agora eram permitidos a fazê-los.

A consciência taiwanesa e a busca da sociedade por uma identidade internacional separada foram por muito tempo suprimidas sob o antigo regime nacionalista, o qual justificou sua legitimidade governante e a domínio da elite do continente com base no princípio "Uma China". A consciência e a identidade de Taiwan foram desencadeadas pela abertura democrática. (CHU, 2004, p. 497, tradução nossa).

Dessa maneira, sem amarras institucionais ou a sombra do “terror branco”, os residentes de Taiwan puderam fomentar, sem embargo, uma camaradagem horizontal dentro da ilha, formando, com isso, um senso de comunhão entre os mesmos (ANDERSON, 2008, p. 12). Isto é, aquela imagem da comunidade a qual todos pertenciam havia mudado. Desta vez, porém, a mesma seria fomentada a partir da conquista da democracia junto ao pujante crescimento econômico dentro da ilha.

Tais fatores configuram um sentimento opositivo – isto é, de diferença – em relação ao sistema político existente na RPC. Como dito anteriormente por Anderson (2008, p. 33), com uma

<sup>12</sup> QUINTÃ, Vitor. **Somalilândia, A Lança Africana de Taiwan**. EXTRAMUROS, 2020. Disponível em: <https://www.extramuros.net/2020/09/01/somalilandia-a-lanca-africana-de-taiwan/>. Acesso em: 13 de março 2022.

*Comunidade Imaginada* sendo intrinsecamente limitada – ou seja, com suas fronteiras sendo indubitavelmente finitas – há um espaço para que, criada a comunhão entre os seus membros, a camaradagem se solidifique por decorrência das diferenças incutidas em relação ao próximo. Melhor dizendo, os residentes de Taiwan não só fomentavam sua identidade a partir de seus aspectos políticos e culturais internos, como também reforçavam os mesmos com o sentimento de diferença em relação ao outro além de suas fronteiras.

Apesar disso, é inegável que as raízes da identidade taiwanesa foram plantadas nas décadas anteriores, mais precisamente com o advento do período colonial Japonês (1895-1945) – o qual, ainda que de maneira tardia, se postou a assimilar seus habitantes, além de lhes conceder uma relativa estabilidade econômica. Fora isso, as mudanças propiciadas pelo término da Segunda Guerra Mundial e a posterior crise de legitimidade nos anos 1970 – causando a perda do assento no Conselho de Segurança da ONU e conseqüentemente, a fuga de embaixadas de Taipei em direção a Pequim – abriram o caminho para a própria abertura democrática na Ilha (CHU, 2004, p. 497)

Essencialmente, as identidades nacionais não são inatas, mas sim são sentimentos social e politicamente construídos que estão sujeitos a mudanças e manipulação, especialmente sob a intensa mobilização das elites políticas em tempos de transição de regime. Precisamos, portanto, saber como, durante a transição de regime de Taiwan, as lutas sobre a reforma democrática e a redistribuição do poder político entre o grupo do continente e os taiwaneses nativos se enredaram no conflito de identidade nacional e no choque de diferentes visões sobre as futuras relações políticas de Taiwan com a China continental (CHU, 2004, p. 498, tradução nossa).

Nesse sentido, “o conflito sobre a identidade nacional foi travado primeiramente entre a oposição e o Kuomintang controlado pelos nativos do continente” (CHU, 2004, p. 498, tradução nossa). Naquela época, visando minar a legitimidade do KMT, os líderes da oposição já ligavam a questão da democratização com o fomento da identidade nacional. Mais à frente, com a morte de Chiang Ching-Kuo em 1988 – uma das últimas figuras pertencentes a linha dura do KMT – a principal divisão mudou para “a luta pelo poder entre Lee Teng-hui, um nativo de Taiwan escolhido a dedo por Chiang como seu sucessor oficial, e a velha guarda do KMT. (CHU, 2004, p. 498, tradução nossa).

Lee Teng-Hui, por sua vez, se constituiu como um dos principais atores no que tange a democratização em Taiwan e a construção de uma identidade na ilha desatrelada com a China continental – não à toa, ganharia, posteriormente, o apelido de “Mr. Democracy”. Nascido próximo a Taipei em pleno período colonial japonês, Lee – no auge do *Kominka*, onde os residentes da ilha

eram obrigados a adotar nomes japoneses – se tornou *Iwasato Masao*, embora nunca ter usado o nome novamente após o fim do domínio nipônico (JACOBS; LIU, 2007, p. 375).

Ademais, tendo nascido em tal período, Lee se sentia mais à vontade falando japonês do que o próprio mandarim – fato recorrente em indivíduos que viveram seus anos de formação naquela época (RIGGER, 2006, p. 35). Tendo isso em vista, Teng-Hui pode ser incluído no grupo da primeira geração de residentes de Taiwan, enunciado propriamente no segundo capítulo. Isto pois, não obstante as políticas do *Kominka* na época, tais indivíduos nutriam grande simpatia em relação ao governo japonês e o desenvolvimento propiciado pelo mesmo na ilha.

Com isso, nota-se a diferença de postura de Lee em relação a, por exemplo, Chiang Kai-Shek ou seu filho – nascidos e formados no continente. Outrossim, Teng-Hui cresceu, praticamente, como um japonês em uma época onde o Império do Japão era o mais forte de toda a Ásia. Portanto, sua imagem quanto a Taiwan floresceu em uma era onde a ilha tinha pouca ou nenhuma relação com a China continental. Como consequência, para Lee, “a China era uma abstração enquanto que o Japão e Taiwan eram reais” (RIGGER, 2006, pp. 35-36, tradução nossa).

Não por acaso, Lee, em sua juventude, mudou-se para Quioto, lugar onde estudou economia agrária. Em 1944, o mesmo se tornou um “estudante soldado” dentro do exército japonês - fato este que geraria inúmeros debates quando o mesmo se tornou presidente. Mais à frente, retornado do Japão em 1969, Teng-Hui seria invocado pelo *Garrison Command* – já citada agência de segurança de Taiwan – para questionamentos acerca de suas posições contraditórias, embora tenha sido liberado posteriormente com tranquilidade. (JACOBS; LIU, 2007, p. 377).

Outro evento de destaque na carreira de Lee se deu quando, terminado seus estudos, ingressou definitivamente no KMT com o intuito de solucionar os problemas rurais de Taiwan. No entanto, o ponto alto se deu quanto Chiang Ching-Kuo – como parte de suas reformas onde chineses do continente eram substituídos por taiwaneses nativos – o apontou como ministro. Ao fim de suas reformas, o número de taiwaneses nativos dentro do governo cresceu de 1/6 para 1/3 dos participantes dos respectivos gabinetes governamentais (JACOBS; LIU, 2007, p. 377). Tais medidas, como dito anteriormente, catalisaram os movimentos democráticos e identitários dentro de Taiwan, na medida em que a velha guarda do KMT era substituída por nativos com uma imagem bem estabelecida da ilha, como era o caso de Lee.

Nesse ínterim, Teng-Hui havia desenvolvido um relacionamento próximo com Chiang Ching-Kuo. Como prova, após se tornar presidente por intermédio da morte de seu pai, Ching-Kuo

apontou Lee como prefeito de Taipei. Com sua popularidade cada vez mais em alta, foi posteriormente indicado a governador de fato da província de Taiwan. Devido a isso, acabou, por fim, sendo encabeçado como vice-presidente de Chiang Ching-Kuo (JACOBS; LIU, 2007, p. 378).

Entretanto, o ápice da carreira de Lee se deu, justamente, após a morte de Ching-Kuo em 1988. Em meio a debates e controvérsias, Teng-Hui foi empossado como presidente seis meses após a morte de seu antecessor – chegando até mesmo se tornar, ao mesmo tempo, presidente do KMT. Doravante, Lee trabalharia como um tecnocrata de natureza estritamente pragmática. Não por acaso, tão logo o mesmo encabeçou a presidência do executivo, utilizou sua influência e apoio como presidente do partido para implementar a democracia no país, além de se comprometer a criar, enfaticamente, uma nação taiwanesa completamente desatrelada da China Continental (JACOBS; LIU, 2007, p. 380).

#### **4.1. A Diplomacia Pragmática: Mudanças de Postura e de Identidade**

Tendo em vista o período da morte de Chiang Ching-Kuo – ou seja, um ano após o mesmo estabelecer o término da Lei Marcial no país, além da permissão quanto a formação de partidos de oposição – coube, então, a Lee Teng-Hui consolidar de fato suas mudanças. Vale lembrar, contudo, o enorme isolamento diplomático no qual se situava a ilha, com Estados Unidos e a Europa reconhecendo – já há mais de 10 anos - a RPC como representante de toda a China. Com efeito, na medida em que um país retirava seu reconhecimento sobre Taiwan, a ilha, da mesma maneira, rompia relações com a nação em retirada. Afinal, antes de Lee Teng-Hui, a política externa Taiwanesa era balizada sob o princípio de “Uma China”, fato que mudaria com a subida do formosino ao poder.

Entretanto, cabe aqui dizer que, longe de ser referendada pela da população local, a democracia em Taiwan foi, em seu nascimento, um compromisso entre os líderes do KMT a fim de garantir a estabilidade necessária para o crescimento econômico dentro da ilha – além de propiciar uma sustentação ideológica que garantisse a própria existência da República da China. Nesse sentido, “não houve assembleia constituinte. Tratava-se de outorga de direitos e, não, da conquista destes em lutas populares. Não se tratou de buscar novas garantias à cidadania ou parcerias com a sociedade, através do consenso ou projeto nacional” (PINTO, 2005, p. 50).

A princípio, porém, Lee manteve uma postura de certa ambiguidade em relação aos seus valores. Nesse sentido, no final da década de 1980, ainda declarava que “uma china é o princípio supremo”. Já no início da seguinte, incorporou o discurso vanguardista de que, através do estreito, existia, na verdade “Uma China, dois governos”. Tal disposição, contudo, já era o suficiente para que os chineses desconfiassem do compromisso de Teng-Hui com uma suposta reunificação com o continente.

Em primeiro lugar, não havia relações pessoais entre o novo líder formosino e dirigentes da RPC, ao contrário do que prevalecera, durante a era dos Chiangs. O segundo problema decorria do fato de Lee ser nativo de Taiwan, nunca ter ido ao continente e não dedicar, portanto, qualquer afeto especial com respeito a “mãe pátria”, na forma que demonstravam seus antecessores no governo de Taipé. Em terceiro lugar, seu forte anti-comunismo dificultava o diálogo com o PCC. Finalmente, sua então frágil posição na liderança do Kuomintang exigia que mantivesse equilíbrio entre facções pró e contra a reunificação (PINTO, 2005, pp. 19-20).

Junta a isso, em 1991, Taiwan revogou a emenda constitucional referente ao “Período de Mobilização para a Supressão da Rebelião comunista<sup>13</sup>” – fazendo com que o KMT desconsiderasse o PCC como sendo uma organização rebelde e, conseqüentemente, renunciasse, de maneira formal e definitiva, ao ímpeto de reconquistar o continente por intermédio da força. Além disso, tal revogação insinuou que, retirado do jargão governamental o princípio de uma china, duas entidades políticas passariam a existir, independentemente, ao cada lado do estreito. (CHU; LIN, 2001, p. 122).

Embora houvesse uma aura repousada nessa pretensão independentista, Lee, por sua vez, ainda permanecia com uma postura de ambiguidade para com a questão. Nisso, Teng-Hui chegava até mesmo a considerar a reunificação com a China – insinuando que ambas as unidades políticas estavam fadadas a tal. No entanto, a reunificação, segundo Lee, apenas se daria se cumprida uma condição: a RPC deveria, da mesma forma, se democratizar, condição esta que foi terminantemente negada pelo PCC (JACOBS; LIU, 2007, p. 382).

Contudo, a postura incerta construída por Lee haveria de, em algum momento, pender mais para um lado em detrimento do outro. A partir de 1991, tendo costurado seu apoio político entre as mais variadas facções políticas, Teng-Hui começaria a colocar suas intenções às claras,

---

<sup>13</sup> A mesma emenda, além de propiciar poderes adicionais ao chefe do executivo, também permitia a contínua reeleição dos parlamentares que foram eleitos em 1947, ainda na China continental. Ou seja, o parlamento de Taiwan (chamado de Yuan legislativo) deteve os mesmos membros por mais de 40 anos. Com isso, junto a revogação da emenda, houve, também, um esfacelamento da velha guarda do KMT. Curiosamente, a medida foi tão dramática que, na sessão do parlamento responsável pelo fim, foi-se presenciado discussões inflamadas, socos e pontapés entre os membros. (FELL, 2012, p. 33).

evidenciando, doravante, sua verdadeira postura em relação ao futuro de Taiwan: a pretensão de uma autonomia política na ilha, endossando uma identidade Taiwanesa própria. Prova disso foram, sobretudo, as inúmeras viagens realizadas por ele nos mais diversos países do mundo, promovendo a posição da ilha ao mesmo tempo que buscava investimentos e apoios adicionais em direção a mesma.

Dado este fato, supostos tratados e demais conversações entre a RPC e Taiwan acabaram se arrefecendo – devido, é claro, a nova postura de Lee Teng-Hui. Primeiramente, como referido acima, Lee realizou uma rodada de viagens em países que ainda mantinham o vínculo diplomático com Taipei – como, por exemplo, Filipinas, Indonésia e alguns países da América Latina – países que, vale ressaltar, muitas vezes não partilham valores inteiramente democráticos. Com efeito, entre os anos de 1994 e 1995, investimentos com cifras gigantescas foram ratificados no Sudeste Asiático, tornando Taiwan o segundo maior fornecedor de investimentos da região. (JACOBS; LIU, 2007, p. 382).

Outro detalhe dessas viagens, por assim dizer, foi a posição encabeçada por Lee, com o mesmo agindo como chefe de um Estado independente de fato – ainda mais se levado em conta os encontros tidos diretamente com os respectivos chefes de Estados dos países visitados. Isso chamou a atenção dos líderes da RPC, fazendo com que eles tivessem cada vez mais a certeza da postura independentista que era colocada pelo líder formosino.

Também ficou evidente, no mesmo período, as inúmeras tentativas de Lee Teng-Hui em prol de uma reaproximação com a ONU. Dessa forma, a partir de 1993, Lee passou a advogar, sem embargo, a participação simultânea da República da China e da República Popular da China na Organização. Como argumento, endossava a posição econômica de Taiwan, afirmando que “um ‘país’ de 23 milhões de habitantes, a décima-quarta maior economia no comércio internacional e o sexto maior parceiro comercial dos EUA, deveria ser membro pleno da Organização das Nações Unidas” (PINTO, 2005, p. 21).

Nada obstante, Lee fez questão de lembrar as situações das divisões da Alemanha e da Coreia, argumentando que, ainda que ambas contassem com representações paralelas – isto é, Alemanha Oriental e Ocidental e Coreia do Sul e Coreia do Norte – as mesmas gozavam de uma relativa convivência naquela época. Todavia, tais pretensões por parte de Lee continham uma razão oculta, visto que “uma vez que seu ingresso na ONU significaria o reconhecimento de Taiwan como um país e, não, uma província chinesa” (PINTO, 2005, p. 21), fazendo com que seu ingresso

não fosse ratificado – de fato, até os dias atuais.

Além de fatores políticos e diplomáticos, questões culturais e identitárias também evidenciavam a nova postura de Lee Teng-Hui. Logo após concordar em concorrer nas eleições de 1996 – as quais, vale dizer, foram as primeiras da história de Taiwan onde o povo, definitivamente, pôde escolher seus representantes – Lee enfatizou em um discurso o seu desejo por uma “consciência taiwanesa”:

Todos sabem que Taiwan é uma sociedade de imigrantes. Exceto pelos compatriotas aborígenes no período mais antigo, a maioria veio da China em vários períodos históricos. [...] Aqueles que se identificam com Taiwan e se simpatizam, que estão dispostos a lutar e se esforçar por Taiwan, são taiwaneses. Devemos encorajar um conceito de "Novo Taiwanês". Ao mesmo tempo, aqueles que acalentam sentimentos nacionalistas, defendem a cultura chinesa e não esquecem os ideais de unificação da China, são chineses (JACOBS; LIU, p. 385 apud LI, Deng Hui, *advocating for Taiwan*, p. 76, tradução nossa)

Consequentemente, tal discurso cunhou o conceito de novo taiwanês referido por Lee – o qual, não obstante, seria usado por inúmeros candidatos nas eleições posteriores na ilha. A partir disso, não havia mais espaço para ambiguidade nos dizeres de Teng-Hui. Ou seja, o mesmo estava, claramente, empenhado na construção de uma sociedade Taiwanesa totalmente desatrelada, ou, melhor dizendo, de um “novo Taiwanês”. Nada obstante, Lee tornou, no mesmo ínterim, a exibir suas opiniões mais íntimas ao afirmar que “o presidente do Kuomintang é taiwanês, seu secretário-geral é taiwanês, seu diretor do departamento de organização é taiwanês. O Kuomintang há muito tempo taiwanizou. seria correto chamá-lo de Kuomintang de Taiwan” (JACOBS; LIU, p. 385 apud LIN, Yao Song, *Lee Teng-Hui and the Kuomintang split*, p. 7).

Tais afirmações não eram por acaso, haja vista que, naquela altura, evidências a respeito desta taiwanização eram cada vez mais vistas dentro do cotidiano da ilha. Em outras palavras, símbolos, literaturas e nomes Taiwaneses floresciam em cada canto da Ilha Formosa. Na época, inclusive, visitantes do quartel-general central do KMT se surpreendiam ao se depararem, naquele local, líderes e secretários do partido conversando em Hokkien (Taiwanês) em uma atmosfera totalmente informal – fato este que dificilmente seria visto nos governos de Chiang Kai-Shek (JACOBS; LIU, 2007, p. 385). A respeito das demais medidas imputadas pelo Estado:

O conteúdo dos livros escolares foi reformulado para promover a florescente consciência taiwanesa ao mesmo tempo em que não enfatizava a cultura e a história chinesas. A literatura nativa e as artes cênicas foram enfaticamente promovidas e subsidiadas. Em particular, Lee promoveu vigorosamente o conceito de "Novo Taiwanês" como um veículo cultural para uma nova identidade assimilativa (CHU, 2004, p. 499, tradução nossa).

Levando em conta estes fatos, pode-se afirmar que Lee Teng-Hui – agora definitivamente posto como um Taiwanês obstinado - “reformulou a orientação cultural do Estado, transformando-o de um agente cultural do nacionalismo chinês em um poderoso agente patrocinador do crescimento da identidade taiwanesa” (CHU, 2004, p. 499, tradução nossa). Dessa maneira corrobora-se a tese de Anderson (2008, p. 78) a respeito do papel do Capitalismo Editorial na construção de uma comunhão entre os membros de uma nação, no sentido que, ao se depararem com essas novas insígnias, projetam uma nova ideia em seu imaginário a respeito da imagem que os mesmos possuem sobre a nação em si.

Ainda nessa linha, note-se o que Anderson (2008, p. 278) chamou de “amnésias do nacionalismo” ou “amnésias típicas”. Ou seja, da mesma maneira em que – na construção de uma *comunidade imaginada* – há o interesse em privilegiar e relembrar certas narrativas em detrimentos de outras, há, também, o ato de esquecer e deixar de lado outros aspectos outrora vigentes na sociedade<sup>14</sup>. Com isso, no contexto de Taiwan, privilegiou-se a narrativa da construção do “novo taiwanês” ao passo em que se ignorava, por assim dizer, a narrativa dominante do KMT – esta gerada a partir do conceito de Uma China que privilegiava a cultura chinesa do continente.

Nesse sentido, foi-se construindo uma nova consciência nacional dentro da ilha – assim como foi pretendido por Lee com seu conceito de “novo Taiwanês”. Contudo, diferentemente das outras épocas, nessa há o advento da democracia e da livre expressão, fazendo com que os preceitos referidos acima – símbolos, literaturas e até mesmos línguas – se espalhassem de maneira exponencial por toda a sociedade (CHU, 2004, p. 497). Com isso, construindo não só uma nova imagem do que seria ser taiwanês, como também na formulação de, como enunciado por Anderson (2008, p. 32) uma camaradagem horizontal, propiciando uma sincera comunhão entre os membros dentro do mesmo espaço geográfico limitado.

---

<sup>14</sup> Outro exemplo pode ser encontrado na invasão russa da Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022. Em certo ponto da guerra, tropas russas faziam questão de destruir monumentos, museus e até queimar livros pertinentes para a cultura e consciência ucraniana, numa tentativa de, realmente, apagar tais fatos do imaginário popular daquele país. Tais destruições ficaram tão evidentes que, a partir de um momento, ucranianos começaram a colocar proteções em seus monumentos - como pilhas de sacos de areia – a fim de tentar salvaguardar suas memórias de uma destruição iminente.

## 4.2. Balanço de Defesa entre Taiwan e China

Embora as capacidades militares da RPC tenham crescido de maneira exponencial, especialmente após a subida ao poder de Xi Jing-Ping – com a marinha chinesa, inclusive, prestes a suplantar a marinha norte-americana em termos quantitativos<sup>15</sup> - tamanha evolução já vem acontecendo, sem embargo, desde o final da década de 1980. Com isso, exhibe-se o empenho chinês em não só fortalecer suas forças armadas, como também em se tornar independente quanto às suas fabricações e projeções.

Tal movimento, iniciado aos fins do governo de Deng Xiao-Ping, tomou ainda mais força e empenho a partir do governo de Jiang Ze-Min – o qual presidiu o país entre os anos de 1993 e 2003. Antes disso, as forças armadas chinesas eram vistas como um grande amontoado de equipamentos militares adquiridos sob a licença da URSS – que como se pode deduzir, consistiam, em sua grande maioria, em equipamentos defasados e de confiança duvidosa. Com o governo de Ze-Min, porém, a RPC começou a trilhar seu caminho rumo a uma maior autonomia.

A princípio, Jiang reuniu inúmeras empresas do setor da defesa sob a égide de uma única estatal: a chamada Norinco, maior indústria de defesa da China e uma das maiores do mundo. O mesmo aconteceu com a indústria de aviação chinesa, com a mesma sendo unificada sob a AVIC – sigla para “Corporação industrial de aviação da China” – consistindo, também, em uma estatal controlada pelo PCC, a qual absorveu grande parte das indústrias chinesas ligadas ao ramo da aviação. Além disso, ambas as estatais contam com inúmeras subsidiárias responsáveis pelos mais diversos projetos de caças, embarcações e mísseis.

Dessa maneira, diferentemente como ocorre nos Estados Unidos – onde praticamente todas as indústrias do ramo da defesa são privadas – a produção de material bélico na China repousa, em sua totalidade, sob o comando do PCC. Consequentemente, não só há uma maior coordenação quanto a projetos essenciais de longo prazo no país, como também se permite um maior manejo em relação ao orçamento nacional da defesa. Ou seja, se nos Estados Unidos os preços dos equipamentos são definidos pela lei do mercado, na China, os mesmos são definidos a partir das

---

<sup>15</sup> **Porque a China tem Mais Navios de Guerra do que os EUA.** EXAME, 2021. Disponível em: <https://exame.com/pop/por-que-a-china-tem-mais-navios-de-guerra-do-que-os-eua/>. Acesso em: 12 março 2022.

decisões do próprio PCC<sup>16</sup>.

Tal dinâmica foi ainda mais aprofundada no governo de Hu Jin-Tao que, por sua vez, sucedeu a Jiang Ze-Min na presidência daquele país. Apesar de ambos os presidentes tenham incorrido em duras declarações a respeito da situação de Taiwan, foi justamente no governo de Xi Jing-Ping em que o uso da força para a resolução do conflito começou a ser proferida de maneira mais enfática.

Taiwan, pelo seu lado, também iniciou uma maior reforma em suas forças armadas nos fins da década de 1980, período no qual, curiosamente, as ameaças chinesas repousavam em ambiguidade – fato que mudaria repentinamente após a nova Crise do estreito iniciada em 1995. Apesar disso, naquele período, quando a dinâmica militar na ilha mudou de uma reconquista do continente – proferido incessantemente por Chiang Kai-Shek – para a defesa de Taiwan sob a liderança pragmática de Lee Teng-Hui, o desbalanço entre as forças armadas de ambos os países se tornou mais do que evidente.

Tendo isso em vista, o governo de Taiwan não mediu esforços para diversificar os fornecedores de seus materiais bélicos dentre mais de 20 países já no começo da década de 1990 – um movimento que, obviamente, visava diminuir a dependência daquele país em relação aos Estados Unidos. Além disso, foram grandes as tentativas a fim de se desenvolver projetos nativos dentro do ramo, na intenção de refrear ainda mais a dependência da ilha no ramo da defesa (LIN, 1996, p. 579).

Tamanho ímpeto se estabeleceu em todos os âmbitos das forças armadas do país, ou seja, marinha, força aérea e exército. Apesar disso, o orçamento da defesa em Taiwan, nas últimas décadas, variou em maior ou menor grau levando em conta o nível da ameaça em que o país vivia. Prova disso foi quando, na década de 1990, o orçamento declinou dos 27.7% em 1992 para os 22.6% em 1996. Porém, o mesmo orçamento, curiosamente, obteve um acréscimo neste mesmo ano, muito levado pelo escalamento da ameaça chinesa por decorrência das Crises do Estreito de 1995. A respeito de outros fatores que coibiram maiores investimentos em tempos de relativa paz:

A rápida liberalização sociopolítica de Taiwan desde o a década de 1980 desafiou o estabelecimento anteriormente incontestável de defesa, com efeitos prejudiciais sobre o moral das tropas [...] uma série de escândalos de aquisição de armas submeteu oficiais de alto escalão a investigações intermináveis e impeachments humilhantes que, por sua vez, alimentaram o desrespeito civil para com os militares e corroeram a confiança e autorrespeito dos soldados. (LIN, 1996, p. 584)

---

<sup>16</sup> RIOS, Marcelo. “**Permaneçam leais e acima de tudo preparem-se para a guerra!, Xi JingPing**”. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hkGBnEFQdp4&list=WL&index=1&t=348s>.

Curiosamente, além das forças armadas, o próprio terreno e condição geográfica da Ilha Formosa também dificultam o advento de uma invasão estrangeira. Dentre tais fatores naturais de deterrência, cabe citar o litoral, as monções, as marés e a lama. Isto é, a relativa distância do estreito entre Taiwan e China; os grandes ventos de monções que assolam a ilha em certos períodos do ano; as grandes marés inclusas no local, as quais retardam o avanço de tropas; e a grande linha de lama compressada que se estende por vários metros além das praias, consistindo em uma verdadeira armadilha para tropas e dificultando ainda um desembarque anfíbio (SHAMBOUGH, 2000, p. 122).

Além disso, talvez o maior trunfo de Taiwan em relação a sua proteção consiste no suposto compromisso dos EUA para com a defesa da ilha – ratificado, aliás, em 1979 sob a *Taiwan Relations Act*. Uma lei que, além de garantir a venda de armamentos defensivos para a ilha – compromisso honrado até os dias atuais – permite, também, a intervenção dos EUA caso haja uma agressão armada em direção à mesma. Contudo, sérias dúvidas repousam em relação a tal compromisso estadunidense, principalmente se levarmos em conta o passado recente quanto aos aliados daquele país.

Primeiramente, cabe lembrar que os EUA também possuem um mecanismo que regula suas relações com a RPC, materializado no Comunicado de Xangai – sendo este ratificado em 1972 após o aperto de mãos entre Mao Zedong e Richard Nixon. Como consequência, se estabelece uma dúvida em relação a quais medidas irão possuir um maior privilégio em caso de conflito. Em outras palavras, qual medida terá maior peso em caso de agressão: Um comunicado internacional ou uma lei nacional, a qual foi ratificada por intermédio do Congresso Nacional e o Poder Executivo daquele país<sup>17</sup> (PINTO, 2005, p. 30).

A despeito disso, há de se citar, também, os abandonos norte-americanos frente a seus aliados em certas ocasiões históricas, as quais geram sérias dúvidas quanto ao real compromisso daquele país em relação a Taiwan. Por exemplo, o abandono dos curdos por Donald Trump no contexto da Guerra da Síria, a retirada inusitada de tropas estadunidenses do Afeganistão e, mais recentemente, a relativa impotência dos Estados Unidos frente a invasão russa da Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022.

A propósito, tal agressão russa pode servir de exemplo no que tange as consequências

---

<sup>17</sup> Curiosamente, tal lei recebeu o voto de aprovação e o endosso de Joe Biden, então senador em 1979.

geradas por uma invasão estrangeira a um país soberano. Isto é, por um lado, uma grande leva de sanções e, conseqüentemente, o isolamento do país agressor. Por outro, a relativa impotência do sistema internacional, aqui traduzido no Conselho de Segurança da ONU, quando um dos seus próprios membros permanentes incorrem em violações. Melhor dizendo, o relativo engessamento do Conselho impede maiores medidas de contenção, ainda mais se a agressão for cometida por um membro permanente do Conselho detentor do poder de veto – como é o caso de Rússia e China.

Não à toa, Taiwan já enxerga tal invasão como um fato a ser estudado. Exemplo disso foi a publicação, por parte do governo da ilha, de um manual de defesa civil em caso de “crise militar” - ou seja, agressão chinesa<sup>18</sup>. Tal manual, produzido essencialmente pelo Ministério da Defesa, orienta os cidadãos da ilha quanto a estocagem de alimentos, procura de abrigos antibomba e técnicas de sobrevivência frente ao colapso de prédios, casas e infraestruturas. Tendo isso em vista, torna-se cada vez mais premente a preocupação taiwanesa frente a uma possível agressão, ainda mais levando em conta as medidas unilaterais incorridas pela Rússia, as quais podem servir de modelo para uma futura invasão chinesa.

#### **4.2.1. As Crises do Estreito na Década de 1990**

Foi notável, como enunciado no segundo capítulo, as incertezas e agressões propiciadas pelas Crises entre o Estreito encabeçadas entre Taiwan e a RPC na década de 1950. Naquela época - muito levado pelo contexto de desconfiança premente da Guerra Fria, com corridas armamentistas e a aura do ímpeto de reconquista por ambos os lados – inúmeros ataques de artilharia por parte da RPC em direção as ilhas do largo – ou seja, Qemoy, Matsu e Pescadores – entraram em cena.

Tais episódios, por sua vez, evidenciaram o caráter belicista e agressivo do conflito entre Taiwan e RPC – mostrando que, além de trocas de acusações verbais, ambos os países estavam realmente dispostos em utilizar fogo contra fogo. Melhor dizendo, se trata de um precedente que, levando em conta o impasse sempre perene entre as nações, pode ser tomado de exemplo e utilizado frente a algum outro desentendimento futuro. Ainda assim, tal desentendimento, no entanto, foi sempre desencadeado por ações ousadas por parte de Taiwan.

---

<sup>18</sup> **De olho na Ucrânia, Taiwan lança manual para enfrentar invasão da China.** FOLHA DE S. PAULO, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/04/de-olho-na-ucrania-taiwan-lanca-manual-para-enfrentar-invasao-da-china.shtml>. Acesso em: 13 de março 2022

Dessa maneira, se nas décadas anteriores à crise foi propiciada pelas ações do KMT na região – tal qual o bloqueio dos portos Chineses no Cantão, modernização das suas forças armadas e as sucessivas reeleições de Chiang Kai-Shek com suas intenções de reconquista – o conflito que entrou em meados da década de 1990 foi levado, justamente, pelas ações incorridas por Lee Teng-Hui desde que o mesmo revelou sua posição como um Taiwanês obstinado com ideias independentistas.

Em outras palavras, as medidas tomadas por Lee após sua subida ao poder – tais como suas pretensões em relação a ONU, fomento de uma identidade Taiwanesa própria dentro da ilha e a realização de viagens sob a imagem de um chefe de Estado – acarretaram, desta vez, em inúmeros exercícios militares em conjunto com testes de mísseis balísticos no outro lado do estreito. No entanto, o estopim para o início da crise se deu, definitivamente, após uma viagem de Teng-Hui para os Estados Unidos – país que, por sua vez, detém uma relação ambígua com a ilha, possuindo uma lei aprovada pelo congresso americano que ratifica a defesa de Taiwan em caso de agressão armada<sup>19</sup>.

Isto posto, o advento da visita de um líder formosino ao país que, supostamente, se coloca como o baluarte da defesa de Taiwan – se constituindo, assim, como um dos únicos obstáculos para que a RPC não tenha se empenhado em uma reconquista de fato da ilha por intermédio da força – chamou a atenção dos líderes da RPC, colocando-os em modo de alerta assim como ocorreu na década de 1950. Ou seja, a postura de Lee chegou em um ponto delicado, fazendo com que a única saída vista pelos dirigentes do PCC foi a de uma demonstração de força, como se quisessem dar-lhe um aviso.

A ocasião, contudo, se iniciou após um infamado discurso em uma cerimônia na Universidade de Cornell – *alma mater* de Lee Teng-Hui. De início, a ida de Lee apenas foi possível graças ao cancelamento de uma medida que impossibilitava a entrada de autoridades taiwanesas no país, negando-lhes seus respectivos vistos – estando vigente há mais de 16 anos na época. Uma das explicações para a mudança de postura por parte dos Estados Unidos pode ser vista pela doação de mais de 1 milhão de dólares para a referida universidade. Além disso, naquele ano, cerca de 2000 estudantes asiáticos haviam assinado uma petição para que o visto fosse emitido (PINTO, 2005, p. 23).

---

<sup>19</sup> Vale lembrar que se trata da *Taiwan Relations Act* (1979). Lei esta que foi aprovada no governo Jimmy Carter, logo após o mesmo retirar, definitivamente, a embaixada norte-americana de Taipei e colocá-la em Pequim.

Com seu visto definitivamente aceito, Lee voou para os Estados Unidos – novamente, sob uma aura de chefe de Estado e de caráter oficial, fato que inquietava ainda mais a RPC. Chegando na cerimônia, proferiu um discurso considerado amplamente como independentista. Como represália – levando em conta os precedentes já citados de Lee, juntamente com sua postura como chefe de Estado nos Estados Unidos – militares da RPC realizaram – entre 1995 e 1996 - uma série de testes de mísseis em conluio com uma grande movimentação de tropas em províncias opostas ao estreito de Taiwan

Em meados de outubro de 1995, novas manobras chinesas combinaram forças aéreas e navais, incluindo lançamentos de mísseis a partir de navios. Um submarino nuclear foi deslocado para o Mar da China Oriental. Entre 22 e 25 de novembro, foi realizado exercício de desembarque anfíbio, na ilha chinesa de Dongshan, com terreno e condições de clima semelhantes aos de Taiwan (PINTO, 2005, p. 33).

Desse modo, movimentações sem precedentes entraram em cena no em 1996 – dado, é claro, ao efetivo empregado pela RPC. Além disso, chama ainda mais atenção o fato de que, no mesmo ano, ocorreriam as primeiras eleições presidenciais da história de Taiwan. Em outras palavras, poucos dias antes de os residentes de Taiwan escolherem seus futuros representantes, a RPC lançou uma das maiores demonstrações de força de sua história. Dado este fato, Lee Teng-Hui notou que os chineses não só pretendiam mandar-lhe um aviso a respeito sua recente postura, como também esperavam que tais manobras militares pudessem influenciar a primeira eleição da história do país. (JACOBS; LIU, 2007, p. 387).

Percebendo a situação, “os EUA enviaram às águas formosinas a maior armada, reunida na Ásia Oriental, desde o término da Guerra do Vietnã” (PINTO, 2005, p. 34). Dessa maneira, enquanto que alertavam os chineses sobre as possíveis consequências em caso de ataque, os Estados Unidos posicionaram, próximo ao Estreito de Taiwan, dois porta-aviões com suas respectivas escoltas, além de mais dois submarinos nucleares – fato que lembra o ocorrido na eclosão da guerra da Coreia, onde, da mesma forma, os Estados Unidos coibiram uma iminente invasão à Taiwan colocando um porta-aviões no estreito entre os países.

Com isso, não obstante o término das demonstrações de força por parte dos chineses do continente, os mesmos haviam deixado claro que a opção do emprego da força não tinha sido em nenhum momento descartada – ainda mais se Taiwan ousasse buscar sua independência de fato<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> **China diz que Declaração de Independência de Taiwan Significa Guerra.** FOLHA DE S. PAULO, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/china-diz-que-declaracao-de-independencia-de-taiwan-significa-guerra.shtm>. Acesso em: 2 março 2022

Tal dinâmica, contudo, é conservada até os dias atuais. Assim, com ou sem pretensões independentistas, aviões e navios chineses se postam, de maneira inteiramente recorrente, no espaço geográfico próximo a Taiwan, chegando até mesma a violá-lo.

É devido a esses fatos – juntamente com as crises precedente na década de 1950 – que os residentes da ilha repousam em um eterno estado de vigilância, ainda mais se consideradas as capacidades militares e econômicas da RPC - onde há a incerteza de que uma invasão virá de fato algum dia ou não. Com isso, os mesmos encaram uma situação semelhante aos residentes do Estado de Israel, onde, praticamente todos os dias, não se há a certeza de que mísseis inimigos irão destruir suas casas ou não.

Não por acaso, Taiwan vem, ao longo dos últimos anos, recorrendo em compras gigantescas de material bélico – incluindo mísseis, armas e caças – dos Estados Unidos<sup>21</sup>. Tamanho receio fez com que as autoridades de Taiwan também cogitassem o aumento do prazo do serviço militar obrigatório no país<sup>22</sup>. Além disso, Taiwan conta com periódicos exercícios de simulações de ataque estrangeiro, conscientizando a população e construindo abrigos seguros em inúmeros cantos da ilha.

### 4.3. O Advento das Eleições Diretas e o Crescimento da Oposição

Apesar de que tal período foi marcado pelo desentendimento entre Taiwan e a RPC – com esta incorrendo numa tentativa de influenciar as intenções políticas da ilha - as eleições democráticas não deixaram de ocorrer. Nelas, houve a esperada vitória de Lee Teng-Hui como presidente da ilha – desta vez, porém, escolhido pelo próprio povo taiwanês, diferentemente de sua subida ao poder nos anos 1980, onde acabou encabeçando o poder executivo por decorrência da morte de Chiang Ching-Kuo.

Junta a isso, o caminho trilhado por Taiwan deixava os líderes da RPC em uma posição cada vez mais inquietante. Isto é, as movimentações políticas e diplomáticas incorridas pela ilha – sumariamente sob a responsabilidade de Teng-Hui – deixavam a ideia de que Formosa estaria a

---

<sup>21</sup> **U.S approves \$1.8 billion weapons sale to Taiwan.** BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-54641076>. Acesso em: 2 Março 2022

<sup>22</sup> **Governo de Taiwan Admite Aumento do Serviço Militar Obrigatório.** MUNDO AO MINUTO, 2022. Disponível em: <https://www.noticiasominuto.com/mundo/1959759/governo-de-taiwan-admite-aumento-do-servico-militar-obrigatorio>. Acesso em: 2 março 2022

caminho de uma independência de fato. Nisso, cabe lembrar a crescente onda nacionalista que surgiu e se espalhou no mesmo período. Ou seja, o conceito de Novo Taiwanês dado por Lee; suas viagens ao redor do mundo em busca de parcerias e investimentos sob a postura de Chefe de Estado; e, é claro, as medidas tomadas pelo governo no que tange a propagação de uma identidade taiwanesa, por intermédio de livros, folhetins e propagandas incessantes.

Consequentemente, “aos olhos dos proponentes do cenário de guerra, os líderes de Pequim não só se tornaram apenas cada vez mais frustrados e impacientes, como também mais sérios em relação as opções militares” (CHU, 2004, p. 488, tradução nossa). embora as opções militares nunca deixaram de ser consideradas, o empecilho da defesa norte-americana sobre a ilha sempre coibiu maiores movimentações. Prova disso foi, justamente, o envio de porta-aviões e submarinos nucleares norte-americanos no auge das crises do estreito de 1995 e 1996 – além de, é claro, a intervenção dos Estados Unidos na própria Guerra da Coreia, fato que desencorajou uma reconquista comunista em direção da ilha.

Porém, além da eleição de Lee Teng-Hui em 1996, outro fator viria a arrefecer o canal diplomático entre a ilha e o continente. Isto é, o cada vez mais minada princípio de “uma china” – este que, vale ressaltar, era defendido tanto pelo PCC, quanto pelo KMT na época de Chiang Kai-Shek. Com isso, à revelia do modelo outrora apresentado por Deng Xiao-Ping – uma país, dois sistemas – Lee Teng-Hui, em uma entrevista à Deutsche Welle em 1999, afirmou que não havia a necessidade de Taiwan declarar sua independência, dado o fato de que a República da China se tratava de um país independente desde a sua fundação, em 1912.

Mais ainda, levando em conta esse fato, Lee definiu em sua entrevista que as relações entre Taiwan e a RPC deveriam ser tidas, na verdade, como “entre dois Estados”. Com isso, Lee, praticamente, elevava a ilha a outro patamar, ignorando completamente o princípio já obsoleto de “uma China”. A esta altura, Lee – que já era chamado pelo PCC de Traidor do Milênio devido as suas ações – passou a ser conhecido na RPC de “um bebe de profeta defeituoso, gerado nos laboratórios dos inimigos da China” (PINTO, 2005, p. 24).

Cabe lembrar, aqui, que Lee Teng-Hui era um partidário do KMT. Ou seja, a despeito de sua postura pró-Taiwan, o mesmo ainda era adepto de um partido que, supostamente, renegava a posição independentista na ilha, privilegiando, com isso, uma maior relação com a RPC – chegando até a corroborar com o princípio de “uma china”. Nesse sentido, o processo entre ambas as nações, até o início do século XXI, era visto muito mais como um conflito não resolvido a respeito de quem

teria o mandato e a legitimidade para governar toda a China do que um exercício a fim de elucidar se, no lado taiwanês do estreito, existe algum Estado ou entidade política.

Entretanto, tal paradigma mudaria por completo na medida em que, pelo advento das eleições seguintes ocorridas em 2000, se alçou ao poder um partido que não se tratava do KMT, mas sim o PDP – Partido Democrático Progressista, o qual passou a existir de fato no final da década de 1980, com o fim da lei marcial e a autorização da formação de novas agremiações políticas. Sob a liderança de Chen Shui-Bian – o qual viria a encabeçar o poder executivo a partir de 2000 – o PDP afastou o KMT do poder após décadas de hegemonia, levando, pela primeira vez, a oposição no poder dentro da ilha.

Nessa perspectiva, a situação em Taiwan, desde o dia 20 de março de 2000, quando o KMT foi afastado do poder pelo voto, passou a exigir que a dimensão política através do estreito passasse a ser acompanhada a partir de nova dinâmica, agora determinada por ações da sociedade civil cada vez mais identificada com uma nação taiwanesa (PINTO, 2005, P. 52).

Chen Shui-Bian, por sua vez, também se tratava de um taiwanês obstinado – assim como seu predecessor, Lee Teng-Hui. Nascido em Hsi-Chaung em Taiwan, teve uma infância dificultosa. Apesar disso, conseguiu formar-se em Direito na Universidade Nacional de Taiwan e, com isso, passaria a exercer a profissão de advogado. Curiosamente, a partir de 1979, o mesmo passou, também, a advogar em casos de dissidentes políticos na ilha – que, na época, eram perseguidos pelo Kuomintang. Em 1994, já envolvido com a política por decorrência de seu ofício, venceu as primeiras eleições diretas para prefeito de Taipei. Na época, filiou-se ao PDP, partido que havia se formado a pouco tempo e era voltado, fundamentalmente, à independência de Taiwan.

Curiosamente, o título do discurso de posse de Chen era “Taiwan Levantou-se”, se tratando de uma alusão a famosa frase de Mao Zedong quando o mesmo proclamou a independência da RPC. Além disso, ainda carregado de simbolismo, declarou-se, ao final do discurso, como “Um filho de Taiwan” – e, com isso, fazendo referência à imagem a qual o mesmo tinha de nação (PINTO, 2005, p. 54). Melhor dizendo, da mesma forma que Lee Teng-Hui, Chen nasceu e crescer em solo formosino, não tendo, portanto, nenhum contato ou referência da RPC. Sua nação e sua casa eram Taiwan.

A nova cena de partida da ilha, no entanto, se iniciou quando Chen, questionado a respeito de sua opinião a respeito do princípio de “Uma China”, respondeu dizendo que, na verdade, o que existia de fato era “dois Estados, em cada lado do estreito”. Em outras palavras, negando o status de Taiwan como sendo apenas uma província Chinesa e elevando-a a um status de nação de fato

(CHU, 2004, p. 490).

Apesar de se constituir como uma ideia corriqueira nos dias atuais, tamanhas declarações eram vistas com surpresa tanto para a população local, quanto em relação aos líderes do PCC. Ou seja, a partir das medidas incorridas por Lee Teng Hui e Chen Shui-Bian, uma nova aura começou a pairar sobre a ilha, a aura da autonomia em conluio com a rejeição de uma unificação com o continente. É claro que, como dito anteriormente, tais ideias variam em maior e menor grau dentre os cidadãos da ilha.

Em outras palavras, aqueles pertencentes a uma geração mais antiga – possuindo, com isso, uma maior relação e lembranças do continente – ainda preferem se considerar com chineses, renegando a dinâmica de dois estados em cada lado do Estreito e privilegiando uma maior aproximação com a RPC. Por outro lado, aqueles pertencentes a gerações mais novas – ou seja, indivíduos que possuíram pouco ou nenhum contato com a cultura do continente – se consideram ao mesmo tempo chineses e Taiwaneses, ou apenas taiwaneses. Consequentemente, encaram uma maior aproximação com a RPC uma ameaça, além de acatarem a ideia de maior independência e desatrelamento em relação a mesma.

Tais premissas também são corroboradas, sem embargo, por inúmeras pesquisas quantitativas realizadas no começo década de 1990 – período em que a propaganda pelo surgimento de uma identidade taiwanesa estava em seu início, assim como o governo de Lee Teng-Hui. A exemplo disso, uma pesquisa realizada pela Universidade Nacional de Chengchi entre 1992 e 2005 revelou que, no início da coleta dos dados em 1992 revelou que 55% dos indivíduos entrevistados se identificavam como chineses. Pouco mais de oito anos depois, porém, tal cifra decaiu para os 29% (JACOBS; LIU, 2007, p. 392).

Outras pesquisas também entram em concordância com esse resultado. Por exemplo, dados de uma outra pesquisa – desta vez liderada pela Universidade Nacional de Taiwan – realizada no mesmo espaço de tempo chegou à conclusão de que, entre os entrevistados em 1993, 33% se declararam apenas como chineses, com tal valor decaindo para incríveis 7.9% em 2003. Por outro lado, a proporção de indivíduos que se declararam como apenas taiwaneses cresceu de 27% em 1993 para 38% em 2002. (CHU, 2004, p. 20).

Números tão expressivos ainda no começo do século XXI deixam um questionamento sobre resultados futuros de tais pesquisas, haja vista que, mantendo esta tendência, em algum momento do século XXI, talvez poderemos afirmar que a ilha Formosa conta com a imensa maioria de seus

residentes se identificando apenas como taiwaneses. Conseqüentemente, uma reunificação pacífica com a China tornara-se praticamente impossível, restando, portanto, apenas a opção do uso da força para tal.

Tamanho acréscimo em uma margem de pouco mais de uma década também evidencia, sem embargo, o impacto do governo de Lee Teng-Hui e Chen Shui-Bian no que tange a formação de uma nova identidade nacional na ilha. Fatores como o aumento da economia taiwanesa, principalmente no que diz respeito a sua participação dos chamados Tigres asiáticos, com a ilha detendo liderança em setores de alto valor agregado e tecnologia de ponta aumentam o sentimento nacional em formosa. Todavia, a crescente ameaça da RPC – com a mesma aumentando o tom de suas declarações a cada ano que passa – também faz com que os habitantes incorram em uma defesa de sua cultura, a qual foi construída a partir de um amálgama entre aborígenes originários do território, japoneses, chineses e, por fim, taiwaneses de fato.

## 5. CONCLUSÃO:

A esta altura, fica evidente que as relações entre a RPC e Taiwan transitam entre os mais variados níveis, teores e contradições. Uma nação que, não obstante as ameaças frente a sua própria existência, conseguiu trilhar um caminho em direção a prosperidade econômica e a representação democrática. Uma ilha que foi visitada, nas grandes navegações dos séculos XV e XVI, por holandeses e portugueses – os quais, de maneira sincera, a batizaram como Ilha Formosa. Apesar disso, o local serviu de moradia para seus próprios povos aborígenes, japoneses, chineses advindos do continente e, por fim, Taiwaneses de fato.

Tratada com indiferença pelos próprios soberanos da Dinastia Qing no século XIX – período no qual a mesma foi incluída como mais uma província chinesa – Taiwan, por intermédio da Guerra Sino-Japonesa de 1895 e a subsequente ratificação do Tratado do Shimonoseki, tornou-se uma colônia modelo para os japoneses. Tanto é que, ao fim do período nipônico – o qual, vale lembrar, durou exatos 50 anos – a ilha havia servido desde um local para o plantio de arroz que iria alimentar boa parte da população japonesa, até como uma base militar naval nos períodos da segunda guerra mundial.

Os japoneses, todavia, legaram a ilha não tão somente seu uso utilitário, como também a usaram – devido a sua localização geográfica - como uma colônia modelo, a qual receberia volumosos investimentos em sua infraestrutura e educação, fazendo com que a mesma tivesse um desenvolvimento maior do que qualquer província chinesa. Consequentemente, somado isso junto com as medidas de assimilação para com os residentes da ilha (*Kominka*), Formosa veria crescer em inúmeros círculos de sua população um grande sentimento de identificação com a imagem japonesa.

Com isso, aos fins de 1945, a ilha já não era tão somente um reduto chinês. Ou seja, devido as grandes influências japonesas – em conluio com a cultura aborígine que já era estabelecida de antemão – Taiwan se afastava cada vez mais em relação a sua origem chinesa, no sentido que seus residentes haviam se assemelhado vividamente com a língua, cultura e ritos nipônicos. Melhor ainda, como diria Anderson (2008, p. 32) haviam já se imaginado como tal. Isto é, os residentes da

ilha, apesar de não se conhecerem em sua totalidade, tinham em suas mentes a mesma imagem de nação, a qual foi construída pelos japoneses, fazendo com que todos vivessem em comunhão.

Tal comunhão, no entanto, seria parcialmente desintegrada com a realocação da soberania da ilha para a República da China – a qual, apesar de ter sido fundada em 1912, apenas conseguiu unificar seu território nacional em 1927, por intermédio da Expedição do Norte liderada por Chiang Kai-Shek. Com isso, levando em conta essa relação visceral com os japoneses, os residentes da ilha eram vistos como colaboracionistas dos mesmos por aqueles chineses que lá chegavam. Dessa maneira – atendo-se as atrocidades feitas pelos nipônicos em solo chinês na Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), os taiwaneses naquela época eram vistos não só como colaboracionistas, como também seres inferiores e detestáveis.

Com efeito, os residentes da ilha eram discriminados corriqueiramente. Dentre tais abusos, eram proibidos de ter cargos no governo, exercer comércio onde já havia chineses, além de, é claro, serem verbalmente e fisicamente violados no dia-a-dia. Prova disso foi o infeliz massacre de 28 de fevereiro de 1947, onde cerca de pelo menos 5.000 taiwaneses foram vítimas da opressão estatal propiciada pela República da China. Tal data se constitui, sem embargo, como um dos baluartes da independência de Taiwan, além de ser lembrada todos os anos pelos residentes da ilha.

Entretanto, o KMT – partido que governava a RC – não contava com uma derrota frente as tropas do PCC em 1949, forçando Chiang Kai-Shek – então presidente da mesma – a realocar seu governo para a província de Taiwan. Nesse movimento, milhões de habitantes chineses foram acrescentados na população da ilha, fazendo com que a discriminação contra seus residentes chegasse a um novo nível de violência – conhecido como o Terror Branco.

A despeito disso, não era da intenção de Chiang Kai-Shek permanecer, doravante, na ilha. Ao contrário disso, o mesmo tratava sua reaplicação como uma retirada estratégica. Ou seja, o Generalíssimo pretendia, sumariamente, angariar esforços a fim de lança uma reconquista do continente outrora vencido pelos comunistas. Nesse sentido, Chiang era um grande partidário do princípio de Uma China, o qual endossa a existência de apenas um governo frente a soberania do território chinês. Com efeito, durante seu governo em Taiwan, Kai-Shek perseguia tanto comunistas, quanto partidários da independência da ilha.

Contudo, tal ímpeto de reconquista também repousava nos planos do PCC. Prova disso foram as Crises do Estreito ocorridas na década de 1950, onde a RPC colocava sob fogo de artilharia as ilhas do largo de Taiwan – Qemoy, Matsu e Pescadores. Aliás, os planos do PCC

apenas foram frustrados por decorrência do apoio norte-americano na ilha, especialmente no contexto da Guerra da Coréia (1950-1953) – onde os norte-americanos posicionaram um porta-aviões no estreito entre Taiwan e a RPC, impossibilitando quaisquer tentativas de ataque em direção a ilha.

Os norte-americanos não só possibilitaram a continuação da existência da RC<sup>23</sup>, como também ofereceram empréstimos e concessões para o desenvolvimento da mesma – no intento de torná-la uma vitrine do capitalismo e seus benefícios dentro do contexto da Guerra Fria. Consequentemente, devido ao apoio americano, a RC conseguiu se estabelecer de fato em solo taiwanês, colocando sua economia nos trilhos e controlando seus empecilhos.

Na mesma época, à semelhança do que ocorreu no período nipônico, o KMT incorreu em inúmeras medidas para assimilar a população de volta aos moldes chineses. Com efeito, o mandarim se tornou a língua oficial do país – renegando a fala do japonês –; nomes como o de Sun Yat-Sen eram colocados em ruas, avenidas e institutos; e a condicionamento da educação na ilha voltou-se para o estudo dos clássicos chineses, à exemplo de Confúcio e Lao Tse. Ao mesmo tempo, porém, havia uma grande repressão a quaisquer tipos culturais antagônicos a cultura chinesa, fazendo com que os residentes de Taiwan tivessem sua própria vivência restringida.

Contudo, vale ressaltar que, ainda nesse período, Taiwan – ou melhor, a RC – eram considerada mundialmente como representante de toda a China – detendo, inclusive, o assento chinês dentro do Conselho de Segurança da ONU. Porém, na medida em que a RPC ganhava cada vez mais terreno no âmbito internacional, tal configuração tornava-se obsoleta. Com isso, a partir de um momento, as nações passaram a uma a uma, retirar seu apoio da RC, realocando-o em direção à própria RPC.

Foi nesse interim que Taiwan sofreu uma de suas maiores derrotas: a perda de seu assento dentro do Conselho de Segurança da ONU e, consequentemente, sua legitimidade como soberana de toda a China. Tal movimento, por sua vez, foi catalisado pela reaproximação entre EUA e RPC no começo dos anos 1970 ainda no governo de Richard Nixon. Com efeito de tal reaproximação, não só houve o rearranjo dentro do Conselho de Segurança por intermédio de uma votação majoritária, como também houve a ratificação do Protocolo de Xangai, documento que ratificaria e balizaria, a partir de então, as relações entre EUA e RPC.

---

<sup>23</sup> Vale lembrar, também, o Tratado de Defesa Mútua assinado entre Taiwan e EUA em 1954, o qual definia que quaisquer agressões sofridas por Taiwan deveriam ser defendidas pelos Estados Unidos, coibindo ainda mais uma reconquista comunista da ilha.

Tal mudança se constitui como um verdadeiro choque para o governo de Taiwan. Isto porque, além de minar sua legitimidade não só como soberano da China como um todo, também retirava sua legitimidade como um Estado em si. Além disso, devido ao crescente apoio do sistema internacional frente a RPC naquele período, as pretensões de reconquista do continente de Chiang Kai-Shek tornavam-se cada vez mais impossíveis.

Após a morte de Chiang Kai-Shek em 1975, o poder executivo da ilha foi passado para o seu filho, Chiang Ching-Kuo. Apesar de se tratar de um indivíduo tão alheio as liberdades individuais como seu pai – haja vista sua atuação como líder no *Garrison Command*, órgão que policiava e reprimia a população dissidente de Taiwan – Chiang Ching-Kuo, até o fim de sua vida, legaria inúmeras conquistas democráticas à ilha. À exemplo disso, o mesmo cessou a Lei Marcial dentro do país em 1987 – esta que havia sido estabelecida ainda no continente, em 1947 – além de permitir a existência de partidos políticos de oposição.

Tamanhas mudanças não foram feitas tão somente devido moralidade ou ideologia de Ching-Kuo. Mais do que isso, foram utilizadas como artifício a fim de angariar maior legitimidade e atuação da ilha frente ao âmbito internacional. Dessa maneira, portanto, Taiwan repousaria sua legitimidade, doravante, sobre sua dinâmica econômica pujante em conluio com a primazia das liberdades individuais dentre da ilha. Melhor dizendo, se Taiwan já não podia ter sua legitimidade levando com conta sua representação sobre toda a China, a mesma atentou-se a seus aspectos internos a fim de substituir essa carência.

Chiang Ching-Kuo, por sua vez, não teve a oportunidade de deixar mais conquistas para Taiwan. Com isso, após sua morte em 1988, restou ao seu vice, Lee Teng-Hui, terminar o que Ching-Kuo havia iniciado. Nada obstante, Teng-Hui viria a ser lembrado como “Mr. Democracy” pelo povo de Taiwan, além de ser ovacionado pelo mesmo devido a sua atuação frente a implementação de um regime democrático na ilha. Ademais, sugerindo durante um de seus discursos o conceito de novo taiwanês, Lee iniciou um processo para reimaginar a a consciência dos habitantes de Formosa.

Sendo um taiwanês de nascimento, Lee nutria pouco ou nenhum afeto em relação a China continental – motivo que explica suas medidas como chefe do executivo. Dentre elas, há de se citar a imensa propaganda realizada por Teng-Hui por intermédio de suas viagens ao estrangeiro. Nelas, o presidente buscava investimentos, apoio e solidariedade para a ilha, chegando inclusive a se portar nelas como um Chefe de Estado de fato. No entanto, um episódio que marcou o mandato de

Lee foi sua viagem para os EUA, onde proferiu um discurso eminentemente independentista.

Como era de se imaginar, tamanhas ações não agradavam os líderes da RPC. Com efeito, ao fim de sua viagem para os EUA em 1995, os chineses lançaram uma série de movimentações com tropas militares, além de inúmeros testes de mísseis na província paralela ao estreito de Taiwan. Uma das intenções por parte do PCC era, claro, mandar um recado para os políticos formosinos a respeito das possíveis consequências que a independência de Taiwan teria. Além disso, o ápice, por assim dizer, do governo de Lee deu-se em uma entrevista do mesmo à Deutsche Welle em 1999, na qual Teng-Hui afirmou que as relações entre a RPC e Taiwan deveriam ser concebidas como entre dois Estados independentes e autônomos.

Fora os aspectos políticos e diplomáticos, a maior contribuição de Lee frente a sociedade taiwanesa repousou, sem embargo, em seus aspectos culturais e identitários. Sob a égide do “novo taiwanês”, Teng-Hui iniciou uma reformulação dentre dos livros escolares, nomes de avenidas e edifícios e até no próprio dialeto taiwanês (Hokko). Com isso, o mesmo privilegiou imensamente a cultura e os ritos Taiwaneses ao passo em que renegava a cultura advinda do próprio continente<sup>24</sup>. Consequentemente, “o estado foi redesenhado a fim de promover o crescimento do nacionalismo taiwanês e consolidar a “comunidade re-imaginada” tanto em casa como no sistema internacional.” (CHU; LIN, 2001, p. 123).

Devido ao seu apreço pela ilha, Lee acabou se reelegendo presidente nas primeiras eleições presidenciais do país, ocorridas em 1996. Ao fim de seu mandato, aposentou-se, deixando o vácuo de sua presença para Chen Shui-Bian – outro taiwanês de nascimento e que nutria sentimentos independentistas. Chen, por sua vez, endossou a fórmula de Teng-Hui a respeito do teor em que a relação entre RPC e Taiwan deveria ter. Contudo, em um discurso ainda mais contundente, o mesmo afirmaria que, na verdade, não há uma só china, mas sim dois Estados nacionais em cada lado do estreito.

Dessa forma, ao fim do cabo, corrobora-se a tese de Anderson sobre *comunidades imaginadas* (2008, p. 32), visto que, devido a tais rearranjos frente a cultura dentro da ilha, acabou florescendo um sentimento de pertencimento a mesma, de maneira que a maioria de seus residentes tivessem a mesma imagem de Taiwan em suas mentes – isto é, a imagem imputada, inicialmente, por Lee Teng-Hui. Consequentemente, há a decorrência de uma grande camaradagem horizontal

---

<sup>24</sup> Tais ações remetem novamente, às já citadas “amnésias do nacionalismo”. Ou seja, o movimento de privilegiar certas imagens ao passo que se “esquece” outras. No caso, escolheu-se privilegiar a identidade taiwanesa em detrimento da identidade chinesa.

(2008, p. 32) no sentido de que, não obstante o desconhecimento mútuo entre seus membros, persiste uma grande comunhão entre os mesmos.

Levando isso em conta, torna-se cada vez mais difícil encontrar um cenário de resolução pacífica na relação entre Taiwan e RPC – ainda mais se lembrarmos que esta considera Taiwan como uma mera província rebelde e não um Estado em si. Em outras palavras, com uma população de Taiwan cada vez mais identificada como taiwanesa e não chinesa, o advento de uma reunificação pacífica entre ambas as unidades se torna, sumariamente, impossível. Isso somado às pretensões da RPC em se alçar como a principal potência do mundo nas próximas décadas, torna-se claro que uma reunificação por meio da força militar é cada vez mais concreta e plausível.

Embora o uso da força seja cada vez mais cogitada pelo RPC, cabe lembrar que tal ação não remete a um cenário prioritário para a mesma. Ou seja, Pequim preferirá levar Taipei à mesa de negociações – fato pouco provável devido ao afloramento da consciência taiwanesa – em virtude de minimizar os problemas econômicos e conciliatórios em um momento pós-reunificação. Contudo, se o uso da força realmente vir a cabo, Pequim, conseqüentemente, pode usar de todos os seus artifícios a fim de minimizar ao máximo a devastação causada por uma guerra. Tal dinâmica lembra os preceitos de Sun Tzu, baluarte do pensamento estratégico militar Chinês, o qual afirmava que “A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar”. Com isso, a RPC, devido a tal tradição, se atém muito mais à guerra psicológica e indireta – mesmo que dure décadas - em detrimento a um conflito aberto, direto e relativamente desesperado.

Em suma, a cada década de passa, não só a população de Taiwan estará cada vez inserida em uma consciência taiwanesa de fato, como também rejeitará quaisquer acordos de reunificação. Ademais, estando incluída em um regime democrático pujante assim como sua economia<sup>25</sup>, os residentes da ilha terão pouco ou nenhum motivo para se atentarem a uma reunificação com a RPC<sup>26</sup>, privilegiando cada vez mais – a cada década que passa – sua própria identidade à revelia

---

<sup>25</sup> Taiwan se configura, hoje em dia, como uma das economias com maior valor agregado do planeta, especialmente no que tange a fabricação e exportação de chips e semicondutores para o mercado internacional, produtos indispensáveis para a sociedade contemporânea – especialmente com a participação da TSMC, uma das maiores empresas do ramo existente no mundo

**How TSMC has mastered the geopolitics of chipmaking.** ECONOMIST, 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2021/04/29/how-tsmc-has-mastered-the-geopolitics-of-chipmaking>. Acesso em: 6 março 2022

<sup>26</sup> Nesse sentido, tonar-se pertinente citar a situação em que acabou Hong-Kong. Sendo uma colônia britânica por mais de 100 anos, sua população local endossava sua autonomia e relativa sob o conceito de Um País, Dois Sistemas – com a mesma população chegando a considerar uma independência de fato em relação a RPC. No entanto, com uma lei aprovada em 2020, a região de Hong-Kong, à revelia de sua população, tornou-se novamente uma província chinesa

das intenções do PCC.

---

sob a jurisdição de Pequim

LIY, Macarena. **China aprova a polêmica lei de segurança para subjugar Hong Kong e eliminar a dissidência.** EL PAIS, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-28/china-aprova-a-polemica-lei-de-seguranca-para-subjugar-hong-kong-e-eliminar-a-dissidencia.html>. Acesso em: 6 março 2022.

## REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, Benedict. **“Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FELL, Dafydd. **“Government and Politics in Taiwan”**. Londres, Routledge, 2012.
- ARON, Raymond. **“Paz e Guerra Entre as Nações”**, Brasília, Editora UNB, 2002.
- FELL, Dafydd, **“Government and Politics in Taiwan”**. Nova Iorque, Routledge, 2012.
- HINTON, Harold, **“A China Comunista na Política Mundial”**. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1967.
- RIGGER, Shelley, **“Taiwan’s Rising Rationalism: Generations, Politics and ‘Taiwanese Nationalism’”**. Washington, East-West Center, 2006.
- CHENG, Peter P.C, **“Taiwan Under Chiang Kai-Shek’s Era: 1949-1976”**. [S.I]: Asian Profile, 1988.
- PINTO, Paulo A. Pereira, **“Taiwan – Um Futuro Formoso para a Ilha?”**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2005.
- POMAR, Wladimir, **“A Revolução Chinesa”**. São Paulo, Editora Unesp, 2003
- ANDRADE, E. O. **“A Revolução chinesa”** In: Carlos Alberto Sampaio Barbosa. (Org.). **As revoluções contemporâneas paradigmáticas**. 1ed. MARINGÁ, 2016 EDITORA URM/PGH, 2016.
- KEATING, Jerome. **“Taiwan: The Search for Identity”**, Taipei, SMC publishing inc, 2008
- FENBY, JONATHAN. **“Generalissimo: Chiang Kai-Shek and the China he Lost”**, Nova Iorque, Carroll & Graf Publishers, 2003.
- CHU, Yun Han. **“Taiwan’s National Identity Politics and the Prospect of Cross-Strait Relations”**. In: Asian Surveys, Vol. 44, No. 4, pp.484-512. [S.I] University of California Press, 2004.
- FLEISCHAUER, Stefan. **“The 228 Incident and the Taiwan Independence Movement’s Construction of a Taiwanese Identity”**. In: China Information, Vol. XXI, No. 3, pp. 373-401. [S.I], 2007.
- CHU, Yun-Han; LIN, Jih-Wen. **“Political Development in the 20th-Century Taiwan:**

**State-Building, Regime Transformation and the Construction of National Identity**". In: *The China Quarterly*, Vol. 165, pp. 102-129. [S.I] Cambridge University Press, 2001.

CHIANG, Yung- Ching. **"The Kuomintang and Democratic Movements in Early Republican China"**. In: *Chinese Studies in History*, Vol. 23, pp. 38-54. [S.I] M.E Sharpe Inc, 1989.

WELLS, Audrey. **"The Political Thought of Sun Yat-Sen"**. Nova Iorque, Palgrave, 2001.

TSANG, Steve. **"Democratization in Taiwan: Implications for China"**. Grã-Bretanha, Mcmillan Press, 1999.

JACOBS, Bruce; LIU, I-Hao Ben. **"Lee Teng Hui and the Idea of 'Taiwan'"**. In: *The China Quarterly*, Vol. 190, pp. 375-393. [S.I] Cambridge University Press, 2007.

KISSINGER, Henry. **"Sobre a China"**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.

LIN, Chong-Pin. **"The Military Balance in the Taiwan Straits"**. In: *The China Quarterly*, Vol. 146, pp. 577-595. [S.I] Cambridge University Press, 1996.

SHAMBAUGH, David. **"A Matter of Time: Taiwan's Eroding Military Advantage"**. In: *The Washington Quarterly*, Vol. 23, pp. 119-133. Washington, Taylor & Francis, 2000.

